

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2006. -----
----- **ACTA NÚMERO VINTE E TRÊS** -----

----- No dia 12 de Dezembro de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente

Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Carlos Alberto Rebelo Costa, José Luís Borges da Silva, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, Manuel Fernando Dias de Almeida, João Diogo Santos Moura, Maria Augusta Barata Marques Oliveira, João Gordo Martins, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Vitorino da Silva, Sílvia Alexandra Fragoso Fernandes Mota Lopes. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal: -----

----- João Miguel Martins Ferreira. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Vasco Valdez (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Ana Drago (BE), por 90 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Duarte Mata. -----

----- Lúcia Canha Fernandes (BE), por 20 dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Rita Susana Folgosa. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Marques de Oliveira. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, primeira da Sessão Ordinária, e depois de cumprimentar a Vereação, os Srs. Deputados Municipais e os Srs. funcionários, disse que queria aproveitar este início dos trabalhos para saudar vivamente, no dia de hoje, o 30º aniversário das primeiras Eleições Autárquicas Democráticas. Era um dia muito importante que seria bom que fosse transformado num exemplo. “Vamos lá ver se somos capazes desse desafio em matéria de trabalho”.

----- Saudou também o Congresso que, sobre o Poder Autárquico, decorria no Pavilhão Atlântico.

----- Disse, ainda, que na altura própria da condução dos trabalhos guardariam um minuto de pesar por todos os autarcas entretanto falecidos.

----- Seguidamente, declarou aberto o período destinado à intervenção do público.

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

----- **O Sr. Libério Violante Domingues**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, com sede na Rua de São Lázaro, n.º 66, Lisboa, disse que estava agendada para esta Sessão da Assembleia Municipal uma proposta cujo conteúdo era da maior importância para todos os trabalhadores do Município de Lisboa.

----- Referia-se, segundo disse, à proposta de alteração do Quadro de Pessoal, da criação de um novo Quadro de Pessoal contratado ao abrigo do contrato individual de trabalho e, ainda, da definição das bases a estabelecer para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho.

----- Considerando a importância de tais matérias, o STML procurara, por todos os meios disponíveis ao seu alcance, que sobre elas se desenvolvesse um verdadeiro processo de discussão e negociação com as estruturas representativas dos trabalhadores.

----- Desconhecia se o mesmo se efectuara com outras estruturas sindicais, mas podia afirmar que com o STML, estrutura que representava cerca de 90% dos trabalhadores do Município de Lisboa sindicalizados, tal processo pura e simplesmente não existira.

----- Como prova inequívoca de tal situação, referia apenas o facto de, pela primeira vez no longo historial entre o STML e os diversos Executivos municipais, o STML desconhecer em absoluto o texto final da proposta que a Assembleia ia hoje discutir.

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o orador, chamou a atenção da Assembleia dizendo que não havia condições para continuar os trabalhos e que a continuar o ambiente que estava na Sala iria interromper a reunião. Celebravam hoje 30 anos da data das primeiras eleições autárquicas democráticas, era uma boa oportunidade para aprofundar o exercício da democracia e ouvir com atenção o público que se dirigia à Assembleia e que merecia que fosse ouvido.

----- **O Senhor Libério Violante Domingues**, prosseguindo, disse que as apreciações e as propostas de alteração, que com extrema dificuldade conseguiram fazer chegar ao conhecimento da Assembleia, tinham por base apenas os documentos iniciais que lhes foram distribuídos. Embora tivessem manifestado, repetidamente, a total disponibilidade do Sindicato para discutir as matérias em apreço, mas salvo uma ou

outra honrosa excepção, a receptividade ou abertura para tal foi praticamente nula, nomeadamente por parte de quem tinha a responsabilidade máxima em termos da gestão dos recursos humanos. -----

----- Disse que não estavam a intervir em desespero de causa, mas sim a procurar que a Assembleia, a quem compete a decisão final, o fizesse na plenitude do conhecimento das posições de todas as componentes envolvidas no âmbito das propostas em discussão, nomeadamente dos trabalhadores do Município de Lisboa, principais destinatários da mesma e que por isso mesmo deveriam merecer o maior respeito. -----

----- Referiu que os objectivos enunciados no âmbito da fundamentação das propostas eram, efectivamente, de extrema importância para a prossecução dos objectivos do Município numa área fundamental como era a gestão dos recursos humanos. Era em função disso que as medidas preconizadas no âmbito das propostas em causa, lhes levantavam muitas dúvidas e sérias reservas. Dúvidas e reservas perante uma proposta de alteração do Quadro de Pessoal que, pela primeira vez, propunha a extinção, com a vacatura, de 43 carreiras profissionais, sendo que em 13 dessas carreiras existiam pedidos dos serviços para aumento da sua actual dotação. Dúvidas e reservas também porque o STML defendia, por princípio, o mesmo que o texto constitucional no que respeitava ao exercício de funções públicas, que definia para tal exercício a detenção de um vínculo público. -----

----- Por isso, de igual modo defendiam que as regras se deviam manter como forma privilegiada de contratação futura de trabalhadores para o Município de Lisboa. -----

----- Nesse contexto, a existência de outras formas de contratação, como a que se apontava por via da criação de um Quadro de Pessoal em regime de contrato individual de trabalho, não se tratando de uma situação transitória, deveria, no mínimo, obedecer aos mesmos princípios. A sua existência só faria sentido se as admissões futuras para tal Quadro fossem estabelecidas por tempo indeterminado, porque, a não ser assim, estavam perante a institucionalização de situações de trabalho precário e não da sua resolução, como era referido nos objectivos da proposta. -----

----- Nessa questão, uma preocupação saltava a olhos vistos, porque, com base nos dados disponíveis, 550 trabalhadores corriam o risco de despedimento, já que a dotação prevista era de 1.249 e as situações de vínculo precário existentes, pelo menos as identificadas, eram 1.799. -----

----- Disse, ainda, que estas e muitas outras questões estavam referidas no Parecer do STML que, apesar de todos os condicionalismos, foi possível elaborar e pensava serem do conhecimento da Assembleia. Era para elas que, em nome dos trabalhadores do Município de Lisboa, solicitava a melhor atenção, porque eles confiavam e acreditavam no sentido de justiça da Assembleia. -----

----- Por fim, disse que, para reforçar, se permitia referir à interrupção que a Sra. Presidente há pouco fez, porque entendia que as matérias que ali trouxe e a representação que ali teve, mereciam, de facto, uma atenção diferente por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- **O Senhor Carlos Artur Ferreira de Moura**, morador na Rua Ribeiro Sanches, n.º 23 cave A, 1200-786 Lisboa, falando em representação da QUERCOS disse que todos sabiam que os trabalhos preparatórios para a construção dos edifícios que iriam receber a Agência Europeia de Segurança Marítima e o Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, já tiveram início, e como sabiam também nesses edifícios se localizava o edifício onde esteve instalada a Hora Legal, importante património cultural do Município de Lisboa. -----

----- Sabiam que essa área não era directamente tutelada pela Câmara Municipal de Lisboa, mas tinham consciência que a aprovação desses edifícios passara pela Câmara, como tinham consciência também que a Câmara e a Assembleia Municipal podiam influenciar no sentido da protecção desse importante património da cidade. ---

----- Tinham ainda consciência que nesse espaço existiam inúmeras árvores que foram derrubadas para dar início aos tais trabalhos preparatórios, árvores essas que significavam um importante espaço verde da cidade e que, segundo os planos de reabilitação da Baixa-Chiado, esse espaço verde deveria pertencer a uma área pedonal situada nessa área, que já não existia. Sobrara apenas uma glicínia junto ao edifício da Hora Legal, era importante que a Assembleia Municipal tomasse uma posição na defesa desse património ambiental e cultural da cidade. -----

----- Para isso apelavam à Mesa, à Assembleia e à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **A Sra. D. Maria Ondina Figueiredo Duarte**, moradora na Rua Prof. Sousa da Câmara, n. 138, Vila Romão da Silva, 1070-218 Lisboa, disse que foi realojada numa casa situada numa vila junto a Campolide, não queria viver no Bairro do Loureiro já que não tinha nada a ver com certas e determinadas coisas que lá se passavam, e então pedira ao Sr. Presidente da Câmara que lhe desse uma casa nem que fosse antiga. Tem marido e uma filha com 13 anos, e quando chegara a esta casa, em 2005, reparara que pelos tectos em madeira via a luz do dia, o que achara estranho. -----

----- Passou um ano a correr para a Câmara e ninguém queria saber, até que a Dra. Orícia, assessora da Vereadora Dra. Maria José Nogueira Pinto, foram a sua casa e viram que não havia condições para viver ali. É diabética e a sua filha perdeu um ano na escola apesar de ser uma excelente aluna. -----

----- Em suma, passaram a ter em casa 40 graus de temperatura no verão, e no Inverno, apesar dos aquecedores, a temperatura era de 2 graus. Aliás, ia ao hospital fazer punções e lá diziam-lhe que isso era do frio, que fosse à Câmara porque não podia viver nessas condições com a sua filha porque iam morrer ali. -----

----- Disse que o Dr. Rui Lima sabia o que se passava, a Vereadora da Habitação, que já não era agora, foi a sua casa e disse que iam pôr por cima dos tectos de madeira uma folha de platex, depois os homens foram lá, entraram pelo tecto da vizinha do lado, porque não vivia lá ninguém, e estava tudo amplo. -----

----- Em conclusão, estava tudo na mesma, a sua filha todos os dias deitava sangue pelo nariz e já começava a faltar às aulas outra vez, quando era uma menina muito inteligente como se podia ver pelas notas. O seu marido não ia trabalhar porque andava cheio de dores no corpo, e ela, que era diabética, todos os dias desmaiava. Já falara com o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide que lhe disse que não

podia fazer nada, mas ele tinha que poder, as pessoas tinham que poder ajudar porque não podiam ali morrer os três com frio e não tinham dinheiro para fazer tectos falsos, como a Câmara já fez às vizinhas do 1º andar a quem tirou os tectos de estuque e pôs de madeira. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara não tinha culpa porque não sabia como as casas estavam, a culpa era dos técnicos, mas alguém tinha que fazer alguma coisa, tinham que lhe fazer os tectos falsos como fizeram às suas vizinhas. Alguém tinha que ajudar, não podiam destruir uma família. Se uns eram PS e fizeram, porquê a outros que eram PSD não podiam fazer? Ela não era de partido nenhum e era de todos, era daquele que a ajudasse. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tomaram boa nota daquilo que foi referido, uma das Senhoras funcionárias iria já ter com a Senhora para que se tivesse processo aberto fornecesse o número, se não tomaria uma nota sucinta daquilo que acabara de expor por forma a poderem encaminhar a questão para o Sr. Vereador responsável pela acção social. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, apartado 19099, 1991-901 Lisboa, falando em nome do Agrupamento de Municípios AMA-Lisboa, pediu que a Sra. Presidente lhe concedesse um minuto para cada ponto, portanto eram 5 minutos, e alguma tolerância porque só voltava a falar no dia 25 de Maio de 2007 devido ao novo Regimento. -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo, disse que o munícipe respeitaria o tempo regimental, e se por alguma razão fosse entendimento da Mesa que o devia fazer, fazê-lo-ia fundamentando. Senão respeitaria integralmente o tempo que lhe estava adstrito e aquilo que era o princípio da igualdade. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, retomando a palavra, disse que lhe pediam sempre que respeitasse, que respeitasse, mas parecia-lhe que os municípios não eram muito respeitados. -----

----- Depois de repetir que só podia voltar a intervir na Assembleia Municipal de Lisboa no dia 25 de Maio de 2007, portanto eram seis meses, mas que com certeza arranjaría outros fóruns adequados para isso, perguntou à Sra. Presidente se podia informar a Câmara, o público e a comunicação social quando previa fazer a tão falada Assembleia Extraordinária sobre o Aeroporto da Ota, de que já o Sr. Presidente da Câmara falara e que estava à espera que a Sra. Presidente a pudesse marcar. -----

----- Claro que sobre a Ota o Sr. Presidente da Câmara saberia fazer bem a defesa do Aeroporto da Portela, porque ele também estava contra que o aeroporto abandonasse a situação actual que tinha. -----

----- O Aeroporto da Portela ainda iria continuar por muitos e bons anos como Aeroporto Internacional de Lisboa e, mesmo que de lá fosse retirado, a Portela com certeza nunca deixaria de ser aeroporto, embora existissem já ideias para transformar a Portela num “Shopping Portela” pensava que isso nunca teria lugar e a Portela continuaria sempre como aeroporto. -----

----- Sobre a Carris, felicitou a tomada de posição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, que fizera uma providência cautelar para assegurar os direitos dos

lisboetas relativamente a essa empresa. A Carris andava-se a portar muito mal, era uma empresa autista, e neste preciso momento podia dizer que as carreiras 767 e 729, que conhecia bem, eram um autêntico disparate porque era a mesma coisa que uma pessoa que quisesse ir para o Rossio ter que ir primeiro a Cascais, ou seja, eram boas para turistas mas não eram boas para quem se quisesse deslocar com velocidade. -----

----- E também a maior parte dos *placards* temporizadores enganavam os passageiros. Por exemplo, o terminal da carreira 207 não tinha nenhuma informação no Cais do Sodré, e depois a Carris também não sabia o que andava a fazer porque dizia na propaganda que ia meter fiscais com farda vermelha a partir do dia 8 de Agosto de 2006, e a verdade era que esses fiscais, com farda vermelha ou com outra cor qualquer, não se viam. -----

----- Congratulou-se, mais uma vez, com a posição assumida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, acrescentando que esperava que a Câmara, uma vez que tinham competências nessa área, seguisse o seu exemplo. -----

----- Terminou desejando a todos um Bom Natal e um ano de 2007 melhor que 2006, porque este, quanto a si, não foi muito bom. -----

----- **A Sra. D. Maria de Fátima G. da Silva Vidigal**, moradora na Rua Bulhão Pato, n.º 5 – 1º esqº, 1700-081 Lisboa, disse que era vítima de um problema da Câmara desde 1998, tinha uma pasta cheia de documentos, de cópias de cartas enviadas para a Câmara, cada vez se sentia mais revoltada porque tem gasto dinheiro que não tem e realmente parecia-lhe que em Portugal havia filhos e enteados. Eram privilegiadas as pessoas que construía, eram privilegiadas as pessoas que tinham dinheiro, porque as que viviam do seu ordenado e pagavam os seus impostos eram as vítimas. -----

----- Disse que tinha consigo um comunicado que foi metido na caixa do correio pela pessoa que estava a construir, que dizia: -----

----- “Aos inquilinos do prédio n.º 5 da Rua Bulhão Pato. Os subscritores desta denúncia, infundadamente conforme fotocópia que se junta, vão ser processados por perdas e danos. Igualmente serão processados todos os que com eles colaborarem nesta sabotagem, com grave prejuízo pela má fama criada à construção, 100% legal mas que os subscritores insistem em classificar de clandestina, sabendo que não o é.” -

----- Sobre isso, perguntaram à Câmara mas a Câmara nunca respondeu esclarecendo se era ou não. -----

----- Mas o que muito a admirava era que o mesmo construtor tivesse nas suas mãos uma carta escrita pelo seu marido para o Sr. Arqtº Sérgio de Melo, da Câmara, e que depois metesse nas caixas do correio do prédio todo cópias dessa mesma carta. -----

----- Referiu que no ano passado já interveio na Assembleia Municipal, recebera uma carta do então Presidente, Sr. António Modesto Navarro, a dizer que iam tomar precauções, entretanto já foram a sua casa “n” engenheiros e nada estava resolvido. Tinha muitas fotografias tiradas e perguntava como era que em plena Lisboa se podia fazer de um logradouro num silo, deixando-a num rés-do-chão quando morava no primeiro andar, com portas viradas para a sua casa, a relva era uma alcatifa, era um monte de lixo e não podia viver assim. -----

----- Disse, ainda, que foi à Câmara pedir uns documentos e até agora ainda ninguém lhos deu, já falou com inúmeras pessoas, escrevera durante anos para o Dr. João Soares e recebia sempre a mesma resposta: “foi entregue à Vereadora”. Como era que um Presidente da Câmara recebia “n” cartas de uma pessoa a dizer sempre as mesmas coisas? Ou a pessoa era maluca ou então ele não recebia as cartas e a resposta era sempre a mesma: “foi entregue à Vereadora”. Nesse caso a Vereadora não fazia nada, estava lá só a fazer grupo. -----

----- Terminou dizendo que o seu marido também era engenheiro, gostava de saber como era que as pessoas estudavam nos mesmos livros e tinham pontos de vista diferentes. Ele não se metia nisto porque já não acreditava no País, mas ela ainda queria acreditar e por isso vinha tratar do assunto. Falava com arquitectos e todos lhes diziam que aquilo estava horrível. Realmente não percebia que tendo todos estudado nos mesmos livros tivessem opiniões diferentes. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que uma das Senhoras funcionárias a iria acompanhar para fazer a recepção dos documentos que referira, a Assembleia encaminharia o assunto para o Vereador respectivo e depois de ter o ponto da situação sobre o que se passava informá-la-ia. -----

----- Depois, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 16 e 17.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, mas como ninguém desejou pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar a acta n.º 16, por unanimidade. -----

----- Aprovar a acta n.º 17, por unanimidade. -----

----- Seguidamente, tal como tinha anunciado no início da reunião, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das personalidades que exerceram funções autárquicas na Cidade de Lisboa, nestes primeiros 30 anos de Poder Local Democrático. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas seis moções, e dez recomendações que estavam já distribuídas, sendo que havia uma n.º 7 que foi retirada. -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “Durante sete edições, a Festa da Música, iniciativa cultural de enormes méritos e mobilização, com uma programação de qualidade, apostada em fazer renascer a música clássica, tomou-se num acontecimento marcante no panorama cultural de Lisboa, com sucesso e mobilização crescentes e bem evidentes, permitindo a todos aqueles que, desde 2000, nela foram participando um contacto com compositores e períodos da história da música muito diversificados. -----

----- Critérios claramente economicistas, e fundamentados em razões orçamentais que estão por demonstrar face ao desacerto das contas e as afirmações contraditórias a este respeito proferidas pelo Governo PS, através da Ministra da Cultura, e pela

Administração do CCB, através do seu Presidente, Dr. Mega Ferreira, sobrepuseram-se ao apoio a uma actividade cultural de grande alcance e dimensão, com um efeito multiplicador junto dos Cidadãos de Lisboa, que a ela já se tinham habituado. -----

----- Esta decisão é tanto mais de lamentar quanto se esperaria que a actual Administração do CCB demonstrasse uma maior sensibilidade para a importância da Festa da Música cujo fim, por si determinado, e com a concordância do Governo PS, é lesivo para os interesses culturais de Lisboa e dos Lisboaetas. -----

----- A dimensão negativa desta decisão está bem expressa em depoimentos colhidos junto de personalidades insuspeitas de oportunismo no tratamento desta questão, como sejam o Dr. Jorge Sampaio, o maestro António Vitorino d'Almeida, o sindicalista Carvalho da Silva, o vereador Manuel Maria Carrilho, o músico Sérgio Godinho, entre outros, bem como pelas iniciativas de cidadãos e entidades que pretendem salvar a Festa da Música. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 12 de Dezembro de 2006, delibera: -----

----- 1. Manifestar a sua profunda discordância com a decisão tomada pela Administração do CCB, com o apoio do Governo do PS, de acabar com a Festa da Música. -----

----- 2. Relevar o apoio que a Câmara Municipal de Lisboa deu, e se preparava para dar também em 2007, à Festa da Música. -----

----- 3. Dar a conhecer a presente Moção ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Cultura, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à Administração do CCB.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “A EPUL foi criada em 1971, no período marcelista da ditadura, época em que com o objectivo de modernizar as estruturas então existentes, se criou o sector empresarial do Estado. -----

----- Para além do tempo necessário à sua instalação, com o 25 de Abril de 1974, esta empresa foi direccionada para a construção de habitação apoiada/social, de cujo exemplo temos os bairros construídos em Carnide e na Ajuda. -----

----- As dificuldades económicas que o País atravessou entre 1975/1978 reflectiram-se na EPUL, a qual, na década de 80 viu relançada a sua actividade com o início das vendas de fogos em Telheiras Sul e o lançamento de várias empreitadas. -----

----- Entre 1990 e 2001 a empresa reposiciona-se centrando a produção no apoio aos programas de realojamento da CML (mais de 1.000 fogos) e lançando o programa de maior sucesso – EPUL JOVEM (cerca de 2.000 fogos). Além disso produz para o mercado produtos de melhor qualidade (habitação, equipamentos, escritórios e comércio), obtendo franca melhoria de imagem de marca. A produção atinge, nesse período, o maior volume de sempre. -----

----- Com a vitória do PSD e de Santana Lopes, a tutela da EPUL é inicialmente entregue ao então Vice-Presidente da CML, Carmona Rodrigues, o qual acentua a actividade da EPUL na componente de agente urbanizador, em detrimento do seu papel na produção. É o caso das grandes operações de urbanização – Vale de Santo

António, Parque Mayer, Alcântara, Quinta do José Pinto – e de intervenções directas em operações da CML, como é o caso dos contratos com o SLB e SCP no âmbito do Euro 2004. -----

----- Esta linha de actuação de orientações directas da CML levava o endividamento para níveis muito altos (cerca de 100 milhões de €), com serviço/encargo de dívida muito alto. -----

----- Foi também neste período, gestão Santana Lopes/Carmona Rodrigues, que aumentaram significativamente os custos de estrutura/despesas de funcionamento – encargos com nova sede e admissão de quadros para lugares de direcção muito bem remunerados, triplicando o número de directores. Simultaneamente pagaram-se elevadas indemnizações pela rescisão de contratos de outros dirigentes, aliás, na generalidade, detentores de um apreciável know-how. -----

----- Poder-se-á, muito resumidamente, fazer o seguinte diagnóstico da empresa: -----

----- a) - situação financeira muito apertada e sem folga de tesouraria; -----

----- b) - estrutura de custos fixos muito pesada; -----

----- c) - burocracia em excesso, pessoal desmotivado e muitos sem o necessário know-how; -----

----- d) - linha hierárquica de comando mal definida, falta de liderança e falta de clareza nos objectivos; -----

----- e) - modelo organizacional desadequado (fará sentido, como fazia em 1993, o actual modelo Grupo EPUL com uma mediadora dentro?). -----

----- Contrariamente a opiniões já avançadas por diversas personalidades de diversas correntes de pensamento, o Partido Socialista entende que a EPUL pode ainda vir a desenvolver um papel importante para a cidade, se for encarada como um instrumento de apoio à implementação das políticas municipais para o desenvolvimento harmonioso da cidade, intervindo essencialmente onde o mercado não intervém. -----

----- Para o Partido Socialista a EPUL, futuramente deve seguir as seguintes linhas de orientação: -----

----- 1º - Fazer aquilo que o Mercado não Faz; -----

----- 2º - Acrescentar Valor para a Cidade e para o Município; -----

----- 3º - Apresentar Resultados Económico-Financeiros Equilibrados; -----

----- 4º - Apostar na contratualização CML/EPUL. -----

----- Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal apresente ao Sr. Presidente da Câmara a seguinte proposta de missão para a EPUL: -----

----- 1º - Mediante a contratualização rigorosa com a CML, implementar a empresa como agente de Desenvolvimento Urbanístico, para actuações estratégicas de Planeamento e Desenvolvimento; -----

----- 2º - Na vertente da Promoção Imobiliária, observando rigorosamente o princípio de que a EPUL deve estar apenas onde o mercado não está, recuperar o EPUL JOVEM e promover o programa EPUL SÉNIOR - programa de habitação sénior acessível e/ou com esquemas de apoio, como residências assistidas; -----

----- 3º - Investir na Renovação Urbana – com a possibilidade, a exemplo do que acontece em Barcelona, de promover contratos programa envolvendo privados e a CML, e preparar-se para entrar no mercado da Reabilitação Urbana.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Terceira Travessia do Tejo e respectivo Espaço Canal -----

----- “Os estudos elaborados com vista aos novos atravessamentos sobre o Tejo na região de Lisboa vêm demonstrar a necessidade da futura construção de uma terceira transposição do rio no eixo Chelas - Barreiro. -----

----- A valia desta solução tem vindo a ser corroborada pelos trabalhos em curso de preparação do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) para a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Encontrando-se em fase de finalização a elaboração deste PROT, bem como dos planos directores municipais das autarquias da região, convém que nestes instrumentos de planeamento sejam previstos os corredores para a referida travessia. --

----- Finalmente, importa garantir, à semelhança das regras consagradas para o atravessamento nascente do Tejo, que a execução deste projecto não venha a ser inviabilizada ou gravemente dificultada pelas pressões urbanísticas e especulativas nas áreas urbanas e suburbanas adjacentes aos corredores em causa...” -----

----- Este é o preâmbulo do Decreto Lei nº 17/95 de 30 de Maio, assinado pelo então Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco e Silva, no qual, no corpo do seu articulado, nomeadamente no n.º 3 em todas as alíneas obriga a Câmara Municipal de Lisboa a solicitar prévia autorização à Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo antes da aprovação de projectos para a zona. -----

----- Considerando ter já ficado esclarecido junto da opinião pública que o Governo informou a Câmara Municipal de Lisboa da inconveniência da aprovação precipitada do projecto de loteamento previsto para os terrenos da antiga Fábrica Nacional de Lisboa; -----

----- Considerando, não obstante as afirmações da Sra. Vereadora Responsável pelo pelouro e do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de não haver nenhuma obrigação legal que levasse o município a interromper o processo de aprovação deste loteamento, nomeadamente quanto à inexistência de parecer negativo emitido pela REFER, argumentação já comprovadamente desmentida pelo comunicado de 14 de Novembro dos Vereadores do Partido Socialista, resta apurar se a Câmara Municipal de Lisboa tinha, ou não tinha conhecimento do conteúdo do Decreto Lei 17/95, o qual, independentemente dos factos recentes, não isenta o executivo municipal do seu cumprimento; -----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia delibere: -----

----- 1º - Solicitar informação ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de apurar se o executivo cumpriu o determinado pelo Decreto-Lei 17/95; -----

----- 2º - Em caso afirmativo, solicitar à Sra. Vereadora informação referente à resposta prestada pela CCDR; -----

----- 3º - Caso se confirme não ter o executivo cumprido com a lei, propor ao Sr. Presidente da Câmara que em próxima reunião do executivo municipal proponha a anulação da deliberação tomada. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa aprovou a “Estratégia Municipal de Intervenção para as Dependências”, a qual contempla a possibilidade de “criação de Instalações de Consumo Apoiado para Recuperação”, através da readaptação de estruturas existentes. -----

----- Porém, a proposta aprovada não define nenhuma localização. Os dois locais anunciados na imprensa pelo Vereador Sérgio Lipari não são referidos na Estratégia Municipal posta à votação, pelo que não foram aprovados nem votados. -----

----- Aliás, na reunião da Câmara, o PS manifestou a sua discordância em relação aos referidos locais, porque ao estarem previstos para centros residenciais consolidados não cumprem a lei, e também porque não tinham sido ouvidas as Juntas de Freguesias e o Instituto da Droga e da Toxicodependência. -----

----- Daí, a proposta apresentada pelos Vereadores do PS nessa reunião, no sentido de forçar o cumprimento da lei, ou seja ouvir as Juntas de Freguesia, o Instituto da Droga e da Toxicodependência e as instituições que trabalham no terreno, bem como não as instalar em centros residenciais consolidados. O PS bateu-se também, e continuará a fazê-lo, para que essas instalações sejam móveis. -----

----- Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- - Que a proposta de localização das ICAR, seja, no prazo de 90 dias, colocada à consideração das respectivas Juntas de Freguesia e dos técnicos do Instituto da Droga e Toxicodependência, para que estas entidades se possam pronunciar.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Sofia Dias, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Despenalização da interrupção voluntária da gravidez -----

----- “Está marcado novo Referendo sobre a despenalização da IVG para o dia 11 de Fevereiro de 2007. -----

----- Esta é uma questão de grande importância, considerando a existência de uma norma legal desadequada da realidade social, que empurra as mulheres que necessitam interromper uma gravidez para o aborto clandestino, com consequências para a sua saúde sexual e reprodutiva e para a própria vida, sujeitando-as (em particular, às de mais fracos recursos económicos), à estigmatização social, à perseguição e à prisão. Temos de por termo a uma lei que envergonha Portugal. -----

----- Não podemos aceitar, de forma passiva, a dupla penalização de mulheres a quem muitas vezes quase tudo falta, sendo ainda acusadas de criminosas. Crime é criminalizá-las. Por isso, há que por termo à hipocrisia política vigente. -----

----- O PCP sempre considerou que a Assembleia da República tem a capacidade, a legitimidade e a responsabilidade de mudar a lei. Por isso, apresentou o seu projecto-lei de despenalização do aborto, porque se torna imperioso pôr fim às sucessivas

investigações, devassas, humilhações, julgamentos e condenações de mulheres que vêm as suas vidas expostas na praça pública. -----

----- Há Directivas Europeias que recomendam a resolução deste grave problema de saúde pública, o aborto clandestino, em Portugal; há conferências Internacionais, cujas conclusões foram subscritas por governos deste país em que a recomendação de resolver este problema em Portugal é salientado. Convém salientar que a despenalização do aborto não obriga ninguém a abortar. -----

----- Tardam em chegar acções de prevenção, como a real implementação da Educação Sexual nas escolas e em meio familiar, bem como do Planeamento Familiar, para que um melhor conhecimento evite a gravidez e o recurso ao aborto. Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de gravidez na adolescência, estimando-se que uma em cada 200 jovens, entre os 15 e os 19 anos, já tenha abortado. -----

----- Face a esta grave situação que se vive no nosso país e na cidade de Lisboa, o Grupo Municipal do PCP: -----

----- 1. Apela ao debate sereno e esclarecedor na sociedade, de forma a permitir o voto consciente e responsável das e dos cidadãos eleitores; -----

----- 2. Reclama a superação das insuficiências em matéria de acesso ao planeamento familiar e à implementação da educação sexual nas escolas, bem como o cumprimento da legislação de protecção da maternidade e da paternidade; -----

----- 3. Apela a um empenhamento activo das cidadãs e dos cidadãos eleitores para que se pronunciem, no âmbito do processo referendário sobre a DESPENALIZAÇÃO DA IVG; -----

----- 4. Enviar esta moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo e à Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

MOCÃO NÚMERO SEIS

----- Parque de estacionamento subterrâneo no Largo Barão de Quintela -----

----- “1. Considerando as notícias vindas a público na semana passada, de que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) promovera uma reunião para determinar a instalação do estaleiro para a construção do parque de estacionamento no Largo Barão de Quintela; -----

----- 2. Tendo em conta que a referida obra foi, em Outubro deste ano, reprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, através da aprovação de um relatório elaborado pela Comissão Eventual para Apreciação do Processo do Largo Barão de Quintela que recomenda à CML “não autorizar a construção do parque”; -----

----- 3. Sabendo-se que a mesma reunião, realizada há duas semanas, foi convocada pela Divisão de Gestão e Controle Automático de Tráfego, Circulação e Estacionamento da CML; -----

----- 4. Atendendo a que a referida Divisão da CML afirmou, *a posteriori* que desconhecia a suspensão da obra, dando ainda a conhecer que o pedido de licenciamento para a mesma permanecia nos serviços. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 12 de Dezembro de 2006, delibere: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa os devidos esclarecimentos sobre a promoção da reunião convocada pela Divisão de Gestão e Controle Automático de Tráfego, Circulação e Estacionamento, onde estiveram presentes a Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL), o dono da obra (Emparques) e a Chefe da Divisão acima referida; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa os devidos esclarecimentos pela não divulgação juntos dos serviços municipais envolvidos da decisão desta Assembleia Municipal.”-----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- Esta Moção, também apresentada pelo BE, foi retirada em Conferência de Representantes, embora tivesse chegado a ser distribuída ao Plenário, sendo o seu teor o seguinte: -----

----- RTP censura Bloco de Esquerda -----

----- “1. Considerando que a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, a Televisão Pública Portuguesa, não endereçou qualquer convite ao Vereador José Sá Fernandes para o programa “Prós e Contras”, emitido a 12 de Dezembro, sobre o futuro de Lisboa, onde estarão presentes todos os outros cabeças de lista eleitos nas eleições autárquicas de Outubro de 2005; -----

----- 2. Atendendo a que José Sá Fernandes, com um passado de mais de dez anos em defesa de Lisboa, encabeçou a lista “Lisboa é Gente”, a lista do Bloco de Esquerda para as Autárquicas em 2005, apoiada pelo Partido da Terra, Renovadores Comunistas e diversas personalidades, como Gonçalo Ribeiro Telles, António Barreto e Rui Vieira Nery, e que obteve o quarto melhor resultado, com quase o dobro dos votos da quinta força política (CDS/PP), representando assim, como vereador da Câmara Municipal de Lisboa, milhares de lisboetas; -----

----- 3. Sabendo-se que o Vereador José Sá Fernandes apresentou, durante o seu primeiro ano de mandato, quarenta propostas, muitas delas estruturantes para a cidade – Plano Verde, Rede de Eléctricos Rápidos, Programa de Estacionamento para Residentes, Criação de Salas de Injecção Assistida, Rede de Bibliotecas Municipais – representando uma oposição responsável, construtiva e propositiva; -----

----- 4. Atendendo a que a ausência do convite para participar no programa acima referido constitui, claramente, um acto antidemocrático e discriminatório e que viola o princípio da pluralidade informativa; -----

----- 5. Considerando que a Televisão Publica Portuguesa deve ser sinónimo de democracia, não podendo fomentar qualquer tipo de exclusão, nem devendo cercear a liberdade de expressão, mas sim pautar-se pela igualdade de tratamento entre as várias forças políticas no pleno respeito da vontade democrática dos cidadãos, expressa nas urnas. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 12 de Dezembro de 2006, delibere: -----

- 1. Repudiar e indagar a não participação do Vereador José Sá Fernandes, eleito pelo Bloco de esquerda, no programa “Prós e Contras” da RTP – Rádio e Televisão de Portugal sobre o futuro da cidade de Lisboa; -----
- 2. Condenar a RTP – Televisão Publica Portuguesa, por não respeitar o voto dos cidadãos, ignorando a sua liberdade e direito à democracia; -----
- 3. Enviar esta moção à Direcção da RTP, ao Provedor do Telespectador da RTP, à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro dos Assuntos Parlamentares.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Prémio Literário Mário Cesariny -----

----- “Mário Cesariny de Vasconcelos, recentemente falecido, é uma figura ímpar da literatura portuguesa. É considerado, muitas vezes, o mais importante representante poeta português da escola Surrealista. Nasceu em Lisboa e integrou o primeiro grupo surrealista de Lisboa. Envolveu-se em intensa actividade, ao longo da sua vida, e foi poeta, romancista, ensaísta, dramaturgo, tendo-se também dedicado às artes plásticas, sobretudo à pintura. -----

----- Considerando ser importante homenagear Mário Cesariny de Vasconcelos, poeta de Lisboa, nos campos artísticos e criativos a que se dedicou ao longo da sua vida. ----

----- Considerando que os prémios literários e artísticos incentivam a criatividade e produção de obras de autores que se vêem assim reconhecidos, quer sejam eles jovens estreados, quer estejam já na maturidade do seu exercício. -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa poderia desempenhar um maior papel de incentivo da produção literária e artística, nesta vertente. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Seja implementado o Prémio Literário Mário Cesariny, de frequência anual ou bienal, na área da poesia.” -----

----- 2. O Prémio Literário Mário Cesariny contemple dois escalões: juvenil e geral.” -

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Gordo Martins, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Árvores para Lisboa -----

----- “O município de Lisboa é um espaço densamente povoado e cada vez mais urbanizado. A cidade, outrora rica em quintas e zonas de lazer que formavam um mosaico diversificado de paisagens de grande beleza, tem vindo a perder alguns desses espaços a um ritmo acelerado. O desenvolvimento não precisa de ser depredador da paisagem, pois o crescimento da cidade não necessita de ser feito sacrificando os seus locais mais emblemáticos. Algumas das manchas verdes que ainda subsistem poderão vir a ser perdidas a curto prazo se não forem tomadas medidas de revitalização ambiental. -----

----- Ao nível ambiental as áreas verdes cumprem também funções de enorme importância, já que são locais onde a biodiversidade prospera, onde as águas se

infiltram e depuram, onde o ar é renovado. A nível de bem-estar é onde as pessoas podem passear, relaxar de um dia de trabalho mais árduo, brincar com os filhos e conviver. Existem porém quarteirões inteiros em que o número de árvores plantadas se conta pelos dedos de uma mão. -----

----- Considerando que o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) vai lançar em 2007 uma campanha a nível internacional, apoiada por personalidades internacionais proeminentes como Wangari Maathai (fundadora do Movimento Green Belt e Prémio Nobel da Paz), que tem por objectivo promover a plantação de espécies arbóreas em larga escala e alcançar mil milhões de árvores plantadas a nível mundial, para o que vai necessitar do envolvimento dos municípios e dos restantes sectores da sociedade. -----

----- Considerando que o futuro Plano Director Municipal prevê que as áreas verdes existentes e programadas, cujas características naturais, culturais, paisagísticas e urbanísticas devem ser preservadas e valorizadas, a fim de se assegurar um conjunto de funções ecológicas no meio urbano e o apoio ao recreio e lazer da população. -----

----- Considerando que a Câmara dispõe de viveiros municipais, espaço onde inúmeras espécies arbóreas, arbustivas e de floricultura são semeadas e/ou plantadas para se desenvolverem até ao momento e porte correcto para que possam ser transplantadas para os seus diversos destinos, quer estes se tratem de jardins, cemitérios, alamedas ou simples canteiros de rua. -----

----- Considerando que a cidade só é apreciada quando edifícios e áreas verdes se conjugam de forma harmoniosa, sendo estes espaços de proximidade quem confere às cidades um espírito próprio e que permitem aos seus habitantes identificarem-se com elas. -----

----- Considerando que, os espaços verdes são fundamentalmente um factor de conforto, amenidade do ambiente e valor estético, que permitem contribuir para a melhoria da qualidade do ar, bem como, facilitar a drenagem das águas pluviais, evitando as crescentes situações de cheias nas cidades. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Integre na estrutura ecológica da actual revisão do PDM um programa de plantação sistemática de espécies arbóreas autóctones, provendo à substituição das que se encontram mortas ou em avançado estado de degradação; -----

----- 2. Dê início, durante o ano de 2007, à promoção da plantação de árvores em zonas delas carentes, no espírito e no âmbito do Programa do PNUA. -----

----- 3. Estenda essa campanha à rede escolar, como forma de sensibilização dos jovens para as questões de recuperação ambiental.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Gordo Martins, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Património paisagístico no Cais do Sodré -----

----- “As escavações para a preparação da construção dos edifícios que irão receber a Agência Europeia de Segurança Marítima e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, em terrenos sob a tutela da Administração do Porto de Lisboa (APL) no Cais do Sodré, têm conduzido a um atentado às zonas verdes da área, com o sucessivo abate de dezenas de árvores aí presentes. -----

----- Além da construção dos dois edifícios, está ainda prevista a alteração do emblemático edifício da Hora Legal e a construção de um novo edifício de quatro andares acima do solo e um andar em subsolo para estacionamento. Esta alteração do edifício da Hora Legal representa um atentado a um património de valor incalculável, uma vez que neste edifício estiveram instalados os dois relógios da Hora Legal: o primeiro de 1914 a 2001 e o segundo, de tecnologia digital e “design” mais moderno, que foi colocado posteriormente e que recentemente terá sido retirado, existindo apenas, actualmente, o espaço circular que os albergou. -----

----- Considerando que no futuro PDM de Lisboa, que actualizará o de 1994, ainda em vigor, vem preconizado que se aumentarão as áreas destinadas aos espaços verdes; ---

----- Considerando que a construção terá um impacto gravíssimo a nível do trânsito e da poluição na zona, uma vez que mais de 500 funcionários ali irão trabalhar diariamente, não tendo sido feitos estudos prévios de impacto ambiental ou de tráfego; -----

----- Considerando que o projecto terá igualmente um impacto visual, já que irá desvirtuar para sempre as vistas desde e para a Colina de São Francisco, criando uma obstrução à paisagem, representando também um sério retrocesso na fruição da zona ribeirinha, uma vez que vai dificultar o acesso a esta; -----

----- Considerando que a área destinada aos referidos projectos se insere numa área abrangida pelo projecto de revitalização do centro histórico da cidade, estando igualmente inserida na Candidatura da Baixa-Chiado a Património Mundial da UNESCO; -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Assegure se o projecto em questão será compatível com a Candidatura da Baixa-Chiado a Património Mundial da UNESCO; -----

----- 2. Impeça o abate de mais árvores ali presentes, reabilitando o património verde na frente Ribeirinha, do Cais do Sodré até à Praça do Comércio, para usufruto público; -----

----- 3. Diligencie junto da APL para que seja preservado o edifício emblemático do Cais do Sodré, onde esteve instalado o relógio da Hora Legal, para que este possa regressar ao seu local de origem; -----

----- 4. Diligencie junto da APL para que seja protegida a “glicínia”, uma trepadeira centenária, a qual faz parte integrante do edifício da Hora Legal. “ -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e João Gordo Martins, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Alfama é, há mais de dez anos, um bairro permanentemente em obras. Não desvalorizamos o muito que já foi reabilitado, mas existem várias obras que se encontram paralisadas e outras que se arrastam por anos a fio, com enorme prejuízo para os moradores, quer para os que ficam, quer para os que são realojados noutros pontos da Cidade, perdendo os seus laços culturais, sociais e afectivos com o bairro. --

----- Os casos são muitos. Indicamos alguns exemplos: -----

----- Na Rua Guilherme Braga, as obras arrastam-se num prédio municipal. Os moradores são pessoas idosas, estão realojados em vários pontos da cidade e há muito se interrogam quando poderão, afinal, regressar, pois os prazos inicialmente anunciados já estão mais do que expirados. Na mesma rua, um prédio particular está vazio e com andaimes, para entrar em obra, há mais de 15 anos. -----

----- Na Rua da Regueira, há mais de três anos que foi colocada uma tela a tapar um edifício municipal e, até hoje, nada mais foi feito. -----

----- São montados estaleiros e andaimes, mas as obras não começam; depois de começarem, não se sabe quando terminam, pois sofrem interrupções e paragens muito longas e sem fim anunciado. É o que acontece no Beco do Espírito Santo, onde os moradores e os proprietários de um restaurante estão fartos de se queixar dos andaimes e das coberturas, que lhes tapam o sol e a visibilidade. Para agravar a situação, vivem aqui moradores idosos e com alergias ao pó que se acumula nas coberturas dos andaimes. -----

----- Vários prédios foram entregues pela CML à EPUL para reabilitar, sem que se tenha iniciado até agora qualquer obra. Um dos casos mais graves ocorre na Calçadinha de Santo Estêvão, onde um desses prédios se mantém emparedado há longos anos, suscitando já preocupações quanto ao estado de segurança dos taipais. ---

----- Tendo em conta os factos atrás descritos, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 12 de Dezembro de 2006, recomende à Câmara Municipal: -----

----- 1. Que sejam reavaliados os prazos de execução da obra municipal no Beco do Espírito Santo e, caso não fique prevista uma rápida conclusão dos trabalhos, que sejam removidos os andaimes, acautelando as necessárias medidas de protecção. Caso os prazos de execução, reavaliados de forma realista, não aconselhem a remoção dos andaimes, que seja retirada a cobertura de plástico, de cor preta, ou substituída por outra de cor mais clara, de forma a minorar o incómodo para moradores, comerciantes e visitantes do bairro; -----

----- 2. Que sejam tomadas todas as medidas necessárias para que as obras de recuperação dos prédios municipais (incluindo os que estão entregues à EPUL) decorram de maneira mais célere. -----

----- 3. Que a CML e a EPUL prestem informação completa e actualizada acerca da intervenção municipal, na área da reabilitação urbana, na freguesia de Santo Estêvão. -

----- 4. Que seja garantida informação aos moradores e à Junta de Freguesia, sobre os prazos das obras de reabilitação em curso, nas suas diferentes fases. Com este objectivo, será desejável que, entre outras medidas, seja recuperada a prática da realização de reuniões regulares entre moradores, Juntas do bairro e a CML.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Lurdes Pinheiro, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 39º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A esquadra existente no Bairro do Arco do Cego encerrou há vários anos. -----

----- 2. Não foram tomadas medidas no sentido de manter os níveis de segurança. -----

----- 3. As queixas dos moradores sobre a falta de segurança são constantes. -----

----- Propõe-se o seguinte: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa actue, em colaboração com a Junta de Freguesia de São João de Deus, junto do Ministério da Administração Interna e do Comando Metropolitano da PSP, no sentido de ser encontrada uma solução definitiva que garanta a segurança de pessoas e bens; -----

----- 2. Enquanto essa solução definitiva não for tomada, a CML, através da Polícia Municipal, assegure o policiamento da zona, garantido a segurança que os cidadãos têm direito. -----

----- 3. Que esta recomendação seja enviada à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da São João de Deus, ao Ministro da Administração Interna e ao Comandante da PSP.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 39º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A Administração Pública, onde se incluem as autarquias locais, deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência desses serviços e das suas decisões. -----

----- 2. É do conhecimento público a complexidade dos actuais procedimentos administrativos camarários. -----

----- 3. As novas tecnologias permitem a adopção de soluções com vista à simplificação dos procedimentos. -----

----- 4. A competitividade exige a adopção de procedimentos mais facilitados. -----

----- Propõe-se o seguinte: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa elabore um estudo, com a elaboração final de um guia prático, sobre os vários procedimentos administrativos sobre os quais tem competência. -----

----- 2. Que a CML diligencie no sentido dos procedimentos administrativos que de si dependem, possam ser efectuados através do acesso à Internet, evitando a deslocação dos munícipes aos balcões dos serviços.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 39º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. O Gabinete Autárquico de Lisboa do CDS-PP e o Grupo Municipal efectuaram uma visita ao Bairro Lopes, na Freguesia de São João; -----

----- 2. Foi constatado o estado degradado em que se encontra o pavimento das várias artérias desse bairro; -----

----- 3. As queixas dos moradores são constantes; -----

----- 4. Não se verifica qualquer intervenção definitiva no pavimento há vários anos; --

----- Propõe-se o seguinte: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa actue no sentido de proceder ao repavimento integral das várias artérias do Bairro Lopes. -----

----- 2. Que esta recomendação seja enviada à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de São João.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 39º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A abertura ao trânsito do novo troço entre as Olaias e a Praça Paiva Couceiro, provocou forte aumento da circulação na Av. Mouzinho de Albuquerque. -----

----- 2. Nessa artéria os veículos circulam a velocidades elevadas. -----

----- 3. A zona é habitada, em grande parte, por pessoas idosas. -----

----- 4. Existem várias passadeiras de peões que acabam por passar despercebidas aos condutores. -----

----- 5. Já existiram vários atropelamentos nessa Avenida. -----

----- Propõe-se o seguinte: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa, actue, no sentido de minimizar os efeitos acima descritos, implementando as medidas que, por estudo a desenvolver com a maior urgência, se venham a revelar necessárias. -----

----- 2. Que esta recomendação seja enviada às Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia da São João e Penha de França.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 39º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A falta de estacionamento é um grave problema na zona da Rua Morais Soares/ Praça Paiva Couceiro. -----

- 2. O número de estacionamentos não tem aumentado nessa área da Freguesia da Penha de França. -----
- 3. Esteve prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo que nunca foi concretizada. -----
- 4. Verifica-se uma situação caótica e irregular do estacionamento e paragem na Rua Morais Soares que provoca um congestionamento na circulação do trânsito. -----
- 5. As queixas dos moradores são constantes; -----
- Propõe-se o seguinte: -----
- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a situação em que se encontra o projecto de construção do parque de estacionamento da Praça Paiva Couceiro. -----
- 2. Que a CML actue no sentido de criar, num prazo razoável, um número de lugares necessários para a resolução do problema do estacionamento, que sirva os munícipes da Penha de França e São João. -----
- 3. Que seja intensificada a fiscalização e o sancionamento ao estacionamento irregular na Rua Morais Soares. -----
- 4. Que esta recomendação seja enviada à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Penha de França e São João.” -----
- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----
- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ** -----
- “1. Considerando a singular importância histórica, cultural e ecológica que a Tapada da Ajuda representa para a cidade de Lisboa, com os seus 100ha de zona verde; -----
- 2. Constatando-se o abandono crescente a que este espaço tem sido sujeito nos últimos anos, bem patente pela degradação crítica do coberto vegetal, cuja situação de risco máximo de incêndio decretada durante todo o último Verão é disso bem exemplificativa, assim como os depósitos de lixo ilegais um pouco por toda a Tapada e a abertura casuística de acessos automóveis; -----
- 3. Atendendo ao elevado número de utilizadores diários da Tapada, constituídos pela comunidade escolar afecta ao Instituto Superior de Agronomia, à Faculdade de Ciências e a vários serviços do Ministério da Agricultura, para além das centenas de visitantes, na maioria jovens de todo o País, em permanentes visitas guiadas e de descoberta da Natureza e do Património; -----
- 4. Considerando as recentes intervenções do Instituto Superior de Agronomia na mata da Tapada da Ajuda, desbastando em alguns casos a totalidade do coberto vegetal, tal como se verifica na encosta poente, como a foto anexa pode comprovar, onde se prevê um investimento polémico e de duvidoso interesse, assente na plantação de um extenso eucaliptal para servir de habitat para koalas; -----
- 5. Tendo em conta a recente controvérsia entre o Ministro da Ciência e do Ensino Superior e o Instituto Superior de Agronomia, resultante das acusações de “má gestão” do Dr. Mariano Gago àquele Instituto, assim como as recentes notícias vindas a público de enorme dificuldade financeira daquela Faculdade em fazer face a despesas correntes, pondo em risco, por exemplo, o pagamento do subsídio de Natal aos seus funcionários; -----

----- 6. Entendendo a Tapada da Ajuda como um espaço de referência da cidade de Lisboa e do enorme interesse e potencial que representa para os seus cidadãos. -----
----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 12 de Dezembro de 2006, decida: -----
----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa um urgente esclarecimento junto do Instituto Superior de Agronomia sobre as intervenções em curso na Tapada da Ajuda, nomeadamente avaliando a sua conformidade com os regulamentos municipais em vigor no que respeita às intervenções em património natural e histórico da Cidade;
----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o estabelecimento de um protocolo para a gestão do património natural e cultural da Tapada da Ajuda, assente num plano ambientalmente e economicamente sustentável e respectivo regulamento, na partilha de meios, podendo em troca a autarquia instalar uma Quinta Pedagógica nesta zona ocidental de Lisboa, à semelhança da que já existe na zona oriental, revendo entre outros pontos o desadequado investimento no eucaliptal para koalas; -----
----- 3. Recomendar o urgente esclarecimento da situação levantada pelas declarações do Ministro Mariano Gago sobre uma possível má gestão do Instituto Superior de Agronomia, exigindo do Tribunal de Contas uma urgente e completa auditoria à sua gestão; -----
----- 4. Enviar esta moção ao Instituto Superior de Agronomia, ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior e às Juntas de Freguesia de Alcântara e Ajuda.” -----
----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----
----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, depois de referir que o Grupo Municipal do PSD se juntava aos votos da Sra. Presidente sobre as comemorações dos trinta anos de Poder Local, disse que, de forma breve, se ia referir a algumas moções, começando então pela n.º 1, apresentada pelo PSD, sobre a Festa da Música, matéria que já na última reunião da Assembleia Municipal o PSD trouxera a debate e que hoje consubstanciava numa Moção, porque era óbvio que não podiam deixar passar essa situação em claro. A Festa da Música ganhara um lugar claro e inequívoco naquilo que era o panorama da música na Cidade de Lisboa, uma iniciativa que era conhecida de todos pelo seu sucesso, pela sua qualidade e pelo arrastar de imenso público, e acabar com isso sem mais nem menos, por uma mera visão economicista da situação, não lhes parecia correcto e entendia que devia ser encontrada outra solução porque seria importante a Festa da Música continuar. -----
----- Em relação à Moção n.º 2, relacionada com a EPUL, disse que compreendiam que o PS quisesse marcar politicamente o seu momento com a apresentação desta Moção. Mas todos sabiam que a questão da EPUL não era de hoje, e o Sr. Presidente da Câmara assumira isso claramente ao solicitar um estudo com vista a reformular aquilo que era a missão da EPUL, dando orientações estratégicas claras nesse sentido. Era do conhecimento público que esse estudo tinha um prazo para ser entregue, prazo esse que, como também era do conhecimento de todos, não terminara. E aquilo que fosse a conclusão desse estudo, obviamente seria levado a reunião de Câmara para discussão e trazido também à Assembleia para discussão, pelo que seria esse o tempo

para apresentar propostas e para fazer análises acerca da decisão da Câmara, e não neste momento. Por isso, o PSD votaria contra essa Moção. -----

----- Quanto à Moção n.º 3, sobre a terceira travessia do Tejo, disse que também estava de alguma maneira desfasada. Os acontecimentos que vieram a público, nos últimos dias, demonstraram claramente que existia um erro da parte da CCDR em relação a alguns documentos, a Câmara tendo conhecimento desses documentos e dessa nova situação, obviamente iria agir em conformidade com isso, não viam nenhum motivo para essa Moção continuar a existir pelo que iriam votar contra. -----

----- Acerca da Moção n.º 4, também apresentada pelo PS, sobre as instalações de consumo assistido, disse que gostava de começar a sua apreciação saudando a Câmara, porque foi aprovada em reunião de Câmara, com uma votação que considerava bastante expressiva, uma estratégia municipal de intervenção para as dependências, um documento importante que revelava a postura da Câmara no sentido atacar uma situação, como eram a droga e as toxicodependências, de uma maneira sistematizada, organizada e não de uma maneira avulsa. E o resultado que essa proposta teve em Câmara revelava bem qual era a posição dos diferentes partidos nessa matéria. -----

----- Era uma proposta que não nasceu isolada, mas que nascera, ao que se sabia, de conversações e de todo um acordo com o IDT, de maneira a que não fosse uma estratégia isolada de Lisboa mas que fosse uma estratégia integrada naquilo que era o combate nacional nessa matéria. Na sequência desses acordos foi estabelecida a necessidade de haver uma Comissão Técnica de Acompanhamento, onde era óbvio que existia um conjunto de instalações e de equipamentos que iria ser apreciado, e que iria com certeza ser debatido com os Presidentes de Junta, fossem eles quais fossem, onde se previsse que houvesse acontecimentos desse género. Portanto, a questão de não ouvir os Presidentes de Junta estava perfeitamente ultrapassada. Era um processo que estava em curso, a Câmara estava perfeitamente atenta a essa situação e, por isso, pensavam que a Moção não fazia sentido e também iriam votar contra. -----

----- Sobre a Moção n.º 5, disse que o PSD, por motivos semelhantes ao que já fizera no passado relativamente à questão do aborto, iria dar liberdade de voto relativamente a essa Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que assinalando-se hoje os trinta anos do Poder Local, talvez tivesse sido oportuno que não tivessem realizado esta reunião da Assembleia Municipal para poderem participar também no Congresso dos autarcas. De qualquer modo, ali estavam a trabalhar! -----

----- Disse, depois, que o PS apresentara hoje três moções, a primeira das quais se referia à EPUL. Ultimamente têm ouvido falar na EPUL quase sempre por más razões, entendiam que, naturalmente, era um assunto que teria o seu percurso, que os ultrapassava a todos na esfera política, mas aguardariam pelas conclusões de todas essas confusões, trapalhadas e situações que careciam de esclarecimento urgente. -----

----- Entendera o PS que era altura de se abordar a EPUL numa outra perspectiva, não na perspectiva das más razões, mas na perspectiva para que era que servia a EPUL, da

utilidade da EPUL e, naturalmente, fazerem ali uma primeira reflexão sobre um novo desígnio da EPUL, se chegassem à conclusão que o actual modelo estava esgotado. ---

----- Para o PS, a EPUL, empresa criada em 1971, teve o seu papel ao longo desses anos. Entre 1990 e 2001, a EPUL tivera o seu período áureo, o seu período de participação nas políticas da Cidade de Lisboa, foi um instrumento eficaz para as políticas de realojamento da Câmara Municipal, fizeram-se mais de mil fogos sob a sua responsabilidade nesse período, a EPUL lançara programas de sucesso, programas de reconhecido mérito como era o caso da EPUL-Jovem que teve cerca de 200 fogos também lançados nesse período. -----

----- Mas, curiosamente, com a vitória do PSD nas eleições autárquicas, no tempo do Dr. Santana Lopes, fizera-se uma viragem, diria de 180 graus, em relação à função que a EPUL vinha desenvolvendo. A EPUL foi praticamente transformada num arejento urbanizador, foram cometidas à EPUL funções que naturalmente extravasavam as suas próprias competências e a sua própria finalidade. Ao fim e ao cabo, a EPUL foi posta a competir com o mercado, a competir com os privados e, no entender do PS, esse foi um erro pelo qual a empresa estava a pagar hoje em dia. -----

----- E estava a pagar com mais de 100 milhões de euros de dívidas que tinha e sem nenhuma folga de tesouraria, estava a pagar pela política que foi seguida em termos de sangria de quadros, pois muitos quadros foram afastados pelas novas administrações da EPUL, pagando-se até indemnizações avultadas para eles saírem, quiçá porque não teriam uma conotação partidária do agrado da nova equipa dirigente da Câmara Municipal e da EPUL, e foram substituídos por outros quadros, esses sim, sem nenhum *know-how* no funcionamento da empresa e que levaram a que a empresa estivesse agora numa situação com uma cadeia de comando mal definida, com custos fixos muito pesados e, naturalmente, com graves dificuldades. -----

----- Disse que o PS entendia, contrariamente a algumas vozes, que a EPUL tinha viabilidade e era importante para a Cidade de Lisboa. Não defendiam, como já ouviram no passado, a extinção da EPUL, mas entendiam que a empresa tinha que ter um novo desígnio, tinha que ter uma nova missão, e a Moção que hoje apresentaram ia justamente nesse sentido, fundamentalmente baseada no seguinte princípio: a EPUL devia fazer aquilo que o mercado não fazia, a EPUL não foi feita para competir com o mercado, para competir com os privados, devia entrar onde o mercado não entrava, devia ter uma política de contratualização com a própria Câmara Municipal muito clara, para que se percebesse muito bem quais eram os encargos da Câmara, quais eram os serviços prestados pela EPUL e o que era que isso valia, para que tal pudesse contribuir para uma efectiva política de saneamento financeiro. -----

----- A EPUL tinha que recuperar áreas de intervenção que até aqui não teve. Desde logo a EPUL-Jovem, um programa de sucesso que não percebiam a razão porque foi asfiziado pela política do PSD, que já levava quase seis anos na Cidade de Lisboa. E a EPUL teria, talvez, que procurar um novo mercado, aquilo a que chamavam a EPUL-Sénior, que era um mercado equacionado para a terceira idade, para as pessoas a partir de uma determinada faixa etária, um mercado que o PS entendia que tinha grande viabilidade e que poderia vocacionar muita da próxima actividade da empresa. -----

----- Portanto, aquilo que esperavam que o PSD dissesse, seria, no mínimo, que iriam reflectir sobre a Moção, que não a iriam rejeitar, que até a iriam discutir noutra fórum para reflectir sobre os problemas e o futuro da EPUL. Não esperavam, confessava, uma declaração tão seca em que apenas se dizia que iam votar contra porque eram ideias do PS. De facto, não estava à espera disso! -----

----- Sobre a Moção n.º 3, que também apresentaram e que tinha a ver com a terceira travessia sobre o Tejo e respectivo espaço canal, disse que já ouviram falar muito sobre isso, até ouviram o Sr. Presidente da Câmara, pelo menos em declarações que o citavam, dizer que iria revogar a decisão que foi tomada, e se já o tivesse feito o PS teria retirado esta Moção. Mas isso não aconteceu, só aconteceram, pelos vistos, eventuais declarações nesse sentido. -----

----- E aquilo que o PS ali vinha dizer era que foi uma grande irresponsabilidade o que a Câmara Municipal fez, ao aprovar o loteamento da antiga Fábrica Nacional de Sabões, e foi uma grande irresponsabilidade por três razões: primeiro, porque havia um pedido do Senhor Ministro para que se protelasse essa decisão, o que era sinal que se estava a reflectir sobre essa matéria no seio do Governo; segundo, porque havia um parecer da Refer que não aconselhava essa aprovação, como viram e já foi demonstrado pelos Vereadores do PS na Câmara; terceiro, porque a Câmara Municipal de Lisboa ignorara completamente um parecer da CCDR que dizia que não se podia construir naquele lugar e que por isso não autorizava a construção ali. -----

----- Aliás, era um parecer sustentado pelo Decreto-Lei n.º 17/95, assinado pelo então Primeiro-Ministro, Prof. Aníbal Cavaco Silva, que no seu preâmbulo chamava a atenção que importava garantir que a execução do projecto para a terceira travessia sobre o Tejo não viesse a ser inviabilizado, ou gravemente dificultado, pelas pressões urbanísticas especulativas das áreas urbanas. Pois foi precisamente isso que a Câmara Municipal de Lisboa possibilitara ao aprovar, precipitadamente, esse loteamento. -----

----- Disse que estava ciente que o PSD ia votar contra esta Moção, até porque isso já foi ali declarado, finalmente uma vez eram solidários com a Sra. Vereadora Gabriela Seara, mas isso tinha a ver com as guerras do PSD! Contudo, era um grande disparate o que iam fazer! E aquilo que esperava era que a Sra. Vereadora, ou o Sr. Vice-Presidente da Câmara, anunciasse ali que cometeram um erro e que iam revogar essa decisão porque, de facto, ela estava ferida de ilegalidade. -----

----- Relativamente à Moção sobre instalações de consumo assistido, disse que a sua camarada, Deputada Municipal Sofia Dias, faria uma intervenção sobre a matéria, e quanto à Moção n.º1, apresentada pelo PSD, sobre a Festa da Música, desejava dizer que o PS iria votar contra, sem nenhuma espécie de constrangimento, porque essa era a política demagógica mais barata que se podia fazer. -----

----- Naturalmente o PS também tinha muita pena que a Festa da Música não tivesse possibilidade de continuar, mas aquilo que queriam era que houvesse uma boa gestão. Aliás, era pena que os Deputados Municipais do PSD não se preocupassem com a má gestão que tinha vindo a ser feita na Câmara Municipal de Lisboa. Aquilo que o PS queria era que as instituições que dependiam do Orçamento de Estado e as instituições que eram financiadas por ele, tivessem contas equilibradas e não que se caísse numa

situação como a da Câmara Municipal de Lisboa, que tinha uma dívida astronómica, tinha um encargo de juros da dívida que subira agora de uma forma extraordinária, como puderam constatar pelo último Orçamento, e a que Câmara nem sequer estivesse ainda, porque se calhar não tinha possibilidades, a pagar a amortização da dívida, que era algo que os preocupava fundamentalmente. -----

----- Portanto, aquilo que se passava com Centro Cultural de Belém era que o encerramento da Festa da Música derivava de que ele custava 1,2 milhões de euros e o retorno era cerca de metade do que estava previsto. Por isso, era uma questão de boa gestão, e era uma questão de boa gestão porque ao encerrar-se um evento, que era nitidamente superior às possibilidades orçamentais daquela instituição, não se encerrara dizendo que a partir de agora não havia nada. Não! Encerrara-se substituindo por uma alternativa digna, uma alternativa de qualidade, que não podia ter a dimensão que tinha a Festa da Música porque não estavam num Estado rico que pudesse fazer tudo o que lhe apetecia, mas que era uma alternativa de grande dignidade que com certeza também ia satisfazer a Cidade de Lisboa e os lisboetas. ----

----- Era óbvio que havia na Moção muita demagogia e talvez muita sofreguidão em querer atacar o Governo, quiçá até o Dr. Mega Ferreira fosse lá saber-se porquê, mas era um facto que havia uma grande preocupação do PSD nessa matéria. E ao se ter feito isso não se pusera em causa a temporada cultural do Centro Cultural de Belém, porque a alternativa era que ou se fazia a Festa da Música e não se fazia mais nada, ou substituíam-se a Festa da Música por um evento semelhante e de grande qualidade, embora com outra dimensão, para a temporada inteira. -----

----- Por todas essas razões, o PS, muito naturalmente também, iria rejeitar, liminarmente, essa Moção, do PSD, que com certeza, já estava a antever, teria ali uma aprovação política da Assembleia Municipal. -----

----- Disse, por fim, que o PS iria votar a Moção apresentada pelo PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez, e ia votar até porque já tinha conhecimento que poderiam ser introduzidas algumas alterações que a tornassem mais consentânea com a instituição Assembleia Municipal, da qual todos ali faziam parte. Esse, para o PS, era um assunto muito sério, era um assunto de consciência mas também era um assunto de saúde pública do País, era um assunto que tinha a ver com a hipocrisia dos costumes e das mentalidades, e nessa matéria estava convencido que toda a bancada do PS se iria empenhar activamente no referendo, pelo “sim” à interrupção voluntária da gravidez. -----

----- **A Senhora Presidente**, a propósito da alusão a que talvez tivesse sido oportuno a não realização desta reunião da Assembleia Municipal para poderem participar também no Congresso dos autarcas, recordou que a marcação desta reunião foi anuída em Conferência de Representantes e que o Congresso foi convocado posteriormente, mas sem prejuízo da iniciativa, se os Srs. Deputados Municipais assim o tivessem entendido, de pedirem a alteração da data. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia apresentar a Moção, por si subscrita, sobre a despenalização da interrupção

voluntária da gravidez, cujo Referendo estava marcado para o dia 11 de Fevereiro de 2007. -----

----- Esta, disse, era uma questão de grande importância, como ali já foi referido também, que os obrigava a uma envolvência eficaz porque consideravam que a norma legal existente estava desadequada da realidade social, e empurrava as mulheres que necessitavam de interromper uma gravidez para o aborto clandestino, com aquelas consequências que todas e todos conheciam, que cada uma não queria para si e por isso mesmo não devia querer para as outras. Era a sua saúde sexual e reprodutiva, era a própria vida dessas mulheres que ficava sujeita, que ficava exposta e a própria morte era muitas vezes aquilo a que elas eram sujeitas. E eram particularmente as mais necessitadas, ou seja, as que mais fracos recursos económicos tinham e que em termos sociais eram as mais desqualificadas. Era a estigmatização social que sobre elas recaía, era a perseguição, era a prisão, enfim, tudo aquilo a que têm assistido. -----

----- Portanto, tinham que pôr termo a uma lei que envergonhava Portugal, as portuguesas e os portugueses. -----

----- Não podiam aceitar, de forma passiva, essa dupla penalização de mulheres a quem muitas vezes quase tudo faltava e, ainda por cima, eram acusadas de criminosas, quando criminoso era criminalizá-las. Por isso, era preciso pôr termo à hipocrisia política vigente. -----

----- Disse que o PCP já apresentara um projecto de lei na Assembleia da República exactamente para que se pudesse pôr termo a essa questão da despenalização do aborto, porque se tornava imperioso pôr fim às sucessivas investigações, à devassa da vida privada, às humilhações, julgamentos e condenações de mulheres que assim viam as suas vidas expostas na praça pública. -----

----- Uma outra questão que também tinha que ser acentuada cada vez mais, e à qual, aliás, se tem feito alusão sempre que este tema vem a lume, era a questão da educação sexual nas escolas e também em meio familiar, era a questão do planeamento familiar, uma lei que estava feita há vinte anos mas que não se aplicava sem que se soubesse porquê. E tinham que exigir que ela de facto se implementasse para que um melhor conhecimento fosse ao encontro dos jovens de ambos os sexos, e assim o recurso ao aborto não acontecesse da forma a que hoje assistiam. -----

----- Referiu que Portugal apresentava uma das mais elevadas taxas de gravidez na adolescência, e não era isso que queriam. Estimava-se que uma em cada 200 jovens, entre os 15 e os 19 anos, já teria abortado, e tinham que pôr termo a isso. -----

----- Por essa razão e face à grave situação que se vivia no País e na Cidade de Lisboa, o Grupo Municipal do PCP, propunha, na sua Moção, a seguinte deliberação: -----

----- “1. Apela ao debate sereno e esclarecedor na sociedade, de forma a permitir o voto consciente e responsável das e dos cidadãos eleitores; -----

----- 2. Reclama a superação das insuficiências em matéria de acesso ao planeamento familiar e à implementação da educação sexual nas escolas, bem como o cumprimento da legislação de protecção da maternidade e da paternidade; -----

----- 3. Apela a um empenhamento activo das cidadãs e dos cidadãos eleitores para que se pronunciem, no âmbito do processo referendário sobre a despenalização da IVG; -----

----- 4. Enviar esta Moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo e à Câmara Municipal de Lisboa.” ----

----- Por fim, disse que alguns contactos que foram feitos, ainda antes do início desta reunião, pareceram consensuais pelo que esperavam que a Moção fosse aprovada, para bem das mulheres, dos homens e da sociedade em geral. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por saudar as palavras da Sra. Presidente da Assembleia, assim como dos Deputados Municipais que já ali falaram dos 30 anos de Poder Local Democrático. Não valia a pena falarem sobre a importância democrática que tinham como órgãos mais próximos dos cidadãos, as Câmaras e as Assembleias Municipais, as Juntas e as Assembleias de Freguesia, mas até porque ontem isso surgira num debate, desejava referir que ao festejarem os 30 anos do Poder Local Democrático, era altura de reflectirem no caso dos poderes reais que tinham as Assembleia Municipais. -----

----- Ao contrário do edifício constitucional que tem o País no geral, em que os poderes executivos emanavam dos poderes deliberativos e estavam sujeitos, não apenas que se aprovasse ou rejeitasse o que os poderes executivos faziam, mas a um poder deliberativo efectivo, um poder fiscalizador rigoroso e efectivo que poderia levar até à exoneração. Era altura de dizerem que era preciso dar poderes sérios às Assembleias Municipais. -----

----- Quando se discutia esta problemática, e ela tem sido discutida ao longo dos últimos anos, até já surgiram algumas propostas na Assembleia da República para alterar a forma de organização e os respectivos poderes dos vários órgãos autárquicos, e também ontem, nesse tal debate, se discutira a ideia dos Executivos serem monocores ou serem pluripartidários, e na opinião do BE o existirem forças pluripartidárias no Executivo tinha um papel importante mesmo que ele emanasse da Assembleia Municipal. Isto porque todos sabiam que ou tinham poderes para fiscalizar tudo, o que implicava um enormíssimo encargo para o Estado porque significava que teria que haver Deputados Municipais com disponibilidade física e material para poderem fazer uma fiscalização rigorosa da quantidade de *dossiers* que passavam pelos Executivos municipais, ou então teriam que ter essa fiscalização também interna. E não constava que não houvesse inoperacionalidade dos Executivos municipais por essa pluripartidarização. -----

----- Mas isso não retirava o problema de fundo que estava colocado, que era os poderes que tinham as Assembleias Municipais. Aliás, como sabiam, até nas freguesias a Junta de Freguesia emanava da própria Assembleia de Freguesia, excepto o Presidente que era o primeiro da lista mais votada. Mas nas Assembleias Municipais não tinham esses poderes, e essa seria uma discussão séria que a Assembleia Municipal de Lisboa, como Assembleia Municipal da capital do País, deveria dar para um debate sério sobre como aumentar a democracia e o papel democrático que

deviam ter as Assembleias Municipais, porque, com isso, estariam a dar um contributo para os 30 anos desses importantes órgãos do edifício constitucional. -----
----- Disse, depois, que tal como informara na Conferência de Representantes o BE retirara a Moção sobre a Rádio Televisão Portuguesa, e desejava agradecer a vários Deputados Municipais de várias bancadas que manifestaram a sua solidariedade com o BE, perante um acto que não se consumara, felizmente, mas que a consumir-se teria sido uma clara violação do princípio democrático, nomeadamente de uma televisão que era um serviço público. -----

----- Continuando, disse que o BE estava de acordo com a Moção relativa as salas de injeção assistida, estava também de acordo que era preciso introduzir as Juntas de Freguesia e a instituição que controlava o combate ao consumo da droga, mas achavam que isso tinha que ter um prazo porque tinham um problema objectivo que também todos conheciam e não valia a pena meter a cabeça debaixo da areia como as avestruzes. É que quando se tratava de dizer onde era que iam colocar a sala, era evidente que toda a gente dizia “no meu quintal não, por favor no quintal do vizinho”. E este problema não podia ser tratado assim, teria que ser tratado de um ponto de vista objectivo, real e concreto para que se resolvesse isso. Por conseguinte, sugeriam ao PS que, se estivesse de acordo, colocasse na Moção um prazo concreto para que a questão não ficasse indefinida e não se começasse aí uma guerra que era muito normal acontecer, que era “no meu quintal não, mas no do meu vizinho sim”. -----

----- Disse, ainda, que apresentaram uma Moção sobre o parque de estacionamento do Largo Barão de Quintela, porque, sinceramente, ficaram sem entender como funcionava a Câmara Municipal de Lisboa, já que na Assembleia Municipal aprovaram um documento, havia um compromisso com a Sra. Vereadora e depois os serviços apareciam junto da Junta de Freguesia a pedir autorização para instalar um estaleiro. Na última reunião da Assembleia não falaram porque queria ter a certeza do que se estava a passar, mas a Presidente da Junta de Freguesia dizia que era verdade – aliás a notícia veio nos jornais também – que os serviços foram mesmo saber como era que se instalava o estaleiro. Não valia a pena fazer mais comentários sobre o assunto, até porque a Moção era clara e precisa. -----

----- Relativamente à Recomendação apresentada pelo PEV sobre o plano e os dois edifícios que estavam previstos para o Cais do Sodré, dois edifícios onde seriam instaladas instituições importantes para a cidade, não tinham dúvidas disso, mas para que a matéria pudesse ter algum debate mais sério e se conseguisse encontrar alguns pontos de convergência para ajudar a resolver o problema, sugeriam ao PEV que propusesse que a Recomendação baixasse à Comissão Permanente de Urbanismo para ver se seria possível que tivessem aí algum papel de maior consistência de posição para conseguirem resolver um problema que tinha alguma dificuldade. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que o PEV já requera a baixa à Comissão, mas falariam disso mais adiante. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, começando por comentar as moções e recomendações apresentadas, disse que a Moção n.º 1, apresentada pelo PSD, criticava, e bem no entender do CDS-PP, a contenção

dramática que no orçamento do Centro Cultural de Belém foi imposta pelo Governo, e que conduzira, entre outras coisas, ao desaparecimento de uma iniciativa cultural que tinha a maior relevância para a Cidade de Lisboa e para o País, e que trazia já vários anos de grande produtividade e grande incentivo à cultura nacional. Era um programa que merecia o apoio de toda a gente, da esquerda à direita, de todos os quadrantes culturais e que era claramente um exemplo do que de bom se fazia na promoção da cultura em Portugal. -----

----- Se essa medida tivesse sido tomada há algum tempo atrás, pelos Governos de direita, os comentários teriam sido suaves: incultos, economicistas, que era o maior insulto que a esquerda podia fazer a alguém, vândalos, unos, enfim, e outras coisas do mesmo tipo. -----

----- Eram claramente esses os epítetos que o PS, e outra esquerda, dariam a quem se atrevesse a fazer esse crime de lesa-cultura. No entanto, neste caso, nada disso acontecera, o próprio Presidente do Centro Cultural de Belém, pessoa que nem sequer se atrevia a considerar de menor competência, aceitara isso com a maior das contemplações, dizendo: “bem, meu caro, não há dinheiro paciência, vamos ter que fazer aqui umas coisitas conforme podermos e tal”. Mas isto era tudo a bem da Nação, porque, de facto, cortar dinheiro para a cultura, à esquerda, era a bem da Nação, mas cortar à direita era selvajaria! -----

----- Portanto, ficavam para julgar pelos portugueses essas pequenas diferenças de entendimento para os mesmos assuntos. Por isso, a Cidade de Lisboa sentia-se prejudicada e com razão, Portugal sentia-se desvalorizado porque também não tinha assim tanta coisa boa na área da cultura, e a cultura, coitada, essa então achava que nem a tinha visto ultimamente porque andava, no mínimo, envergonhada. -----

----- Esta era, de facto, a consequência dessa medida lamentável, que não tinha outro comentário a fazer, senão triste cultura assim tão maltratada. -----

----- No entanto, para que não julgassem que só maltratava “a rapaziada” do PS, era verdade que tinham ali uma Moção que era importante, não era a única, mas era um facto que dada a questão tratada merecia o apoio do CDS-PP, a reflexão de todos e um acompanhamento muito cuidadoso. Referia-se à Moção que abordava questões essenciais sobre a reformulação das competências, estruturas e meios da EPUL. -----

----- Não considerava, obviamente, que essa Moção fosse a única contribuição possível para a abordagem do problema, era uma contribuição e era um assunto suficientemente importante para a cidade para que guardassem e acarinhassem todas as contribuições, quando bem intencionadas como parecia ser o caso. E apoiavam todos os que – e o Presidente da Câmara estava incluído neste apoio – pretendiam devolver a EPUL à Cidade. O CDS-PP votaria favoravelmente esta Moção e acompanharia, passo a passo, o processo de refundação da EPUL porque era disso que, efectivamente, estavam a falar. A relevância da EPUL no desenho da habitação na Cidade de Lisboa assim o exigia e, como tal, a posição do CDS-PP ia nesse sentido. -----

----- Sobre a Moção relativa à terceira travessia do Tejo e a sua colisão com um eventual loteamento, disse que o CDS-PP não iria tomar uma posição formal sobre a

mesma, optando pela abstenção. De facto, o problema do CDS-PP, como pensava que da maior parte dos cidadãos de Lisboa e do País, era que ouviam tanta coisa de um lado e do outro que realmente ficavam confusos. Não estavam a duvidar de ninguém, mas a forma como alguma informação vinha sendo transmitida não era fácil de entender por ninguém e não tinha, se calhar, contribuído para o esclarecimento cabal do assunto. -----

----- Isso poderia significar, se calhar, uma posição de alguma distração sua. Acreditava e seria corrigido, se assim merecesse. -----

----- De qualquer forma, o CDS-PP tinha por certo que era necessário um inequívoco e urgente esclarecimento de todas as responsabilidades, do Governo, da Câmara Municipal de Lisboa e de quaisquer outras entidades que tivessem participado ou viessem a participar nesse processo. Os cidadãos de Lisboa precisavam de saber o que se passava, porque as consequências que sistematicamente se apontavam eram suficientemente graves para que todos se preocupassem com um esclarecimento inequívoco da situação. -----

----- Em relação à Moção do PCP, sobre a interrupção voluntária da gravidez, disse que a posição do CDS-PP era que cada cidadão deveria seguir a sua consciência. O esclarecimento de todas as questões envolvidas, como sejam, por exemplo, o direito inalienável de proteger a vida humana, a prevenção da gravidez indesejada passando pela educação sexual e o planeamento familiar, o apoio às mães fragilizadas que se sentissem em determinado momento incapazes de sozinhas levar por diante aquilo que de certo desejavam que era uma gravidez e a criação do filho nas melhores condições. Tudo isso eram coisas que a Moção contemplava, aparte alguns considerandos com os quais não concordavam em pleno mas que não eram relevantes face à gravidade e importância deste problema. Isso levava-os a votar os pontos que se referiam ao esclarecimento e à educação sexual, obviamente não votariam o ponto que suscitava a votação massissa pelo “sim” porque consideravam que a Assembleia Municipal não se devia pronunciar nesse sentido. Após uma ligeira paragem, disse que lhe fizeram um sinal que esse ponto já foi alterado, pelo que, melhor ainda, não haveria que votar contra. -----

----- Portanto, disse a terminar, a votação seria favorável nos pontos que referira porque considerava que eram pontos fundamentais no sentido de prevenir que a interrupção voluntária da gravidez se tornasse algo apenas de triste memória e que, no futuro, não se precisasse sequer de se preocupar com essa questão. -----

----- Que assim fosse, era o que desejavam, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que sobre a criação do prémio Mário Cesariny era de destacar que além de poeta, romancista e ensaísta, ele se dedicara também às artes plásticas, sobretudo à pintura; que da sua extensa obra se destacava o trabalho deontologista, compilador e historiador das actividades surrealistas em Portugal, sendo também a sua obra poética considerada dos mais ricos e complexos contributos para a história da poesia portuguesa contemporânea. -----

----- Disse que em 2005 Cesariny recebera as duas únicas distinções da sua carreira: o Grande Prémio Vida Literária, pelo conjunto da sua obra, e a Grande Cruz da Ordem da Liberdade, que lhe foi entregue pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, pelo que se propunha que a Câmara Municipal criasse um prémio literário homenageando o artista. -----

----- Quanto ao programa de replantação de árvores, disse no ano de 2007 o programa das Nações Unidas para o Ambiente ia lançar uma campanha, a nível internacional, que tinha por objectivo promover a plantação de espécies arbóreas em larga escala, e alcançar mil milhões de árvores plantadas a nível mundial. Esse programa iria, por isso, necessitar do envolvimento dos Municípios e dos restantes sectores da sociedade. -----

----- Reconhecendo-se que o futuro PDM previa a existência de áreas verdes cujas características naturais, culturais, paisagísticas e urbanísticas deviam ser preservadas e valorizadas, constatava-se que existiam lacunas em vários bairros de Lisboa, quer fossem novas urbanizações como o Parque dos Príncipes, quer fosse a zona histórica da Baixa como a Praça da Figueira, que tinha apenas um único par de árvores. -----

----- Desse modo, propunham que a Câmara desse início à promoção da plantação de árvores em quarteirões residenciais e zonas turísticas da cidade delas carentes, durante o próximo ano, no espírito e no âmbito do programa das Nações Unidas para o Ambiente. -----

----- Quanto à Recomendação sobre o património paisagístico no Cais do Sodré, disse que o PEV aceitava a sugestão de que baixasse à Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, no uso da palavra, disse que a Recomendação n.º 5, apresentada pelo CDS-PP, embora ainda fosse pertinente vinha fora de tempo pela simples razão que a esquadra do Arco do Cego encerrara em 2004, por razões que se prendiam com a degradação das suas instalações. A partir daí, embora na Recomendação se dissesse que não foram tomadas medidas no sentido de manter os níveis de segurança, era um facto que essas medidas existiam, embora concordasse que ainda não eram suficientes. As queixas dos moradores subsistiam e a esquadra de Arroios, que passar a agregar a Freguesia de São João de Deus, tinha conhecimento dessa situação. -----

----- De resto, desde 2004 a esta parte ele próprio teve várias reuniões com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, com a 5ª Divisão da PSP e com a esquadra de Arroios, inclusivamente em tempo muito recente. -----

----- Quanto à parte deliberativa da Recomendação, disse que concordava com o ponto n.º 1, embora ele próprio tivesse apresentado à Câmara Municipal de Lisboa e ao Ministério da Administração Interna a possibilidade da Junta de Freguesia mediar conversações entre essas duas entidades para arranjar uma solução. De facto, ainda não foi possível arranjar essa solução, mas, de qualquer modo, a Junta de Freguesia estava sempre em contacto com as forças policiais para tentar minimizar o problema da insegurança na freguesia. -----

----- Contudo, não podia concordar com o ponto n.º 2 porque, de facto, era à PSP que competia a segurança dos cidadãos, e neste caso não era possível a Polícia Municipal fazer essa segurança com eficácia. -----

----- Sobre o ponto n.º 3, disse que a Junta e a Assembleia de Freguesia tinham conhecimento das *démarches* feitas pelo Executivo desde 2004, mas, efectivamente, havia uma preocupação que estava subjacente tanto à Junta de Freguesia de São João de Deus como à PSP, no sentido de olhar com atenção os níveis de segurança da freguesia. E daí que tivesse ocorrido o recente destacamento de um agente para a freguesia, para apoio ao idoso e ao comércio, agente esse que tinha reuniões regulares consigo como Presidente da Junta de Freguesia para fazer o ponto da situação, semanal ou quinzenalmente. -----

----- **A Deputada Municipal Sofia Dias (PS)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 4, apresentada pelo PS, relativa às instalações de consumo assistido, disse que vinha apenas reforçar, enfatizar, aquilo que já constava da Moção no sentido de ser necessário ouvir as Juntas de Freguesia e o IDT-Instituto da Droga e da Toxicodependência, tanto mais que o PS, como era do conhecimento público, votara favoravelmente esta proposta em reunião de Câmara, e mais, tinha no seu programa eleitoral a necessidade de criar essas instalações, embora em unidades móveis. -----

----- Em todo o caso, a intervenção do Sr. Deputado Municipal do PSD levava-a a dizer mais alguma coisa. O aludido Deputado Municipal referira que o IDT foi ouvido, o PS não tinha conhecimento disso e o próprio Presidente do IDT, publicamente, mais tarde, não disse que tivesse sido ouvido. Não sabia se os técnicos teriam sido ouvidos. -----

----- Por outro lado, também não se tratava de ouvir os Presidentes de Junta como o Sr. Deputado Municipal de PSD ali disse, mas tratava-se, isso sim, de ouvir as Juntas e as populações. -----

----- Também era verdade que foi difícil convencer o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto, na reunião de Câmara, de que esta proposta se subsumisse ao diploma legal que regia a matéria, nomeadamente que as instalações de consumo assistido respeitavam os critérios da lei. -----

----- Também registavam, positivamente, a sugestão do BE no sentido de que deveria ser dado um prazo para a audição, pelo que desde já propunham que fosse de 90 dias e solicitava que a Moção fosse alterada nesse sentido. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que “salas de chuto” era um nome que assustava, salas de injeção assistida transformavam porventura o chuto num pontapé. Instalações de consumo apoiado para recuperação transformavam o chuto já não em pontapé mas em toques de bola. Mas a verdade era que estavam a falar de três designações para a mesma realidade! -----

----- Disse que a oradora anterior teve ocasião de se pronunciar sobre esta matéria no que dizia respeito à localização, e realmente desejava saber qual era, de facto, a sua posição sobre essa matéria. -----

----- Referiu algumas intervenções de Deputados Municipais do PS na Assembleia da República, em recente debate parlamentar, em que a Sra. Deputada Antónia Almeida Santos dizia sobre as “salas de chuto”, manifestando reserva quanto a elas, alegando não conhecer nenhum país na Europa ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o orador, lembrou-lhe que tinha solicitado a palavra para um pedido de esclarecimento e era isso que lhe pedia que fizesse, porque era uma intervenção que estava a fazer exorbitando a figura regimental do pedido de esclarecimento. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, retomando a palavra, disse que utilizaria os três minutos tal qual o Regimento determinava, a Sra. Presidente tinha liberdade para lhe retirar a palavra mas assumiria essa responsabilidade. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que o Sr. Deputado Municipal formularia o pedido de esclarecimento nos termos regimentais, portanto formulando a questão de forma clara e concisa. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)** retorquiu dizendo que a Sra. Presidente regeria a Assembleia nos termos do Regimento e ele falaria também nos termos do Regimento, o que significava que não haveria problema entre ambos, mas se a Sra. Presidente se excedesse no cumprimento do Regimento, aí sim haveria problema entre ambos. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu que terminasse o pedido de esclarecimento que era suposto formular. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, depois de dizer que agradecia que não lhe interrompesse o pedido de esclarecimento, prosseguiu dizendo que a Sra. Deputada Municipal Sofia Dias certamente desconhecia que a Sra. Deputada Antónia Almeida Santos teria os seus problemas achando que não haveria nenhum país na Europa onde houvesse salas assépticas para consumo, e, no mesmo sentido, o Sr. Deputado Vitalino Canas. -----

----- Portanto, desejava saber se a Sra. Deputada Municipal Sofia Dias achava ou não que as salas de chuto eram uma decisão desastrada, uma medida imprevidente, uma opção avulsa e um erro grave, e se não achava conveniente que em Lisboa se desse um chuto nas salas de chuto. -----

----- **A Deputada Municipal Sofia Dias (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que começara por referir que o PS votara favoravelmente a proposta em Câmara. Mais, uma proposta semelhante constava do programa do PS, simplesmente – foi disso que não conseguiram persuadir a maioria camarária – do ponto de vista do PS seria mais correcto, e pensavam que estavam apoiados pelo IDT nesse aspecto, a criação de unidades móveis, exactamente para evitar, como o Presidente do IDT disse, a estigmatização das zonas em que se instalavam as unidades de consumo assistido. -----

----- Portanto, que não houvesse dúvidas. O PS votara favoravelmente e fizera-o em consciência! Agora, o que vinham dizer era que foi por bondade da intervenção do PS, e também do BE, que se conseguira persuadir o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto a subsumir esse conceito ao conceito que estava previsto na lei. Portanto, obrigar a que

as instalações de consumo assistido obedecessem aos conceitos previstos em diploma legal. -----

----- Por isso, não havia confusão nenhuma em relação ao que os Deputados Municipais do PS teriam dito na Assembleia da República, o que desconhecia. -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, no uso da palavra, disse que desejava esclarecer que não foi aprovada nenhuma sala de injeção assistida, vulgo sala de chuto. Nada disso foi aprovado no dia 29 de Novembro! O que foi aprovado, isso sim, foi uma estratégia municipal de intervenção para as dependências, o que foi aprovado foi uma política global integrada, inovadora, que promovia e defendia a dignidade do valor humano e que, por outro lado, garantia a segurança e a saúde pública das comunidades, assente em quatro eixos prioritários: -----

----- Um ao nível da prevenção, em que alargaram a intervenção porque tinham uma nova população alvo, o pré-escolar e o 1º ciclo em que procurariam sensibilizar as crianças para os comportamentos aditivos; -----

----- Depois tinham uma mesa de concertação com os industriais da noite para explicar, nos locais de diversão, quantos dos adolescentes começavam com dependências mais fracas como o álcool e iam para dependências mais duras. -----

----- Também iam ter os educadores de rua, mais de trinta já estavam formados e iriam ter um registo de maior proximidade perante aqueles que mais precisavam, perante aqueles que têm sido esquecidos, os dependentes. -----

----- E ainda ou outro eixo. Ao nível da redução de riscos e minimização de danos, o que faziam era o seguinte. Lisboa já tinha dos GATs-Gabinetes de Apoio ao Toxicodependente, e entendiam que esses GATs, que apenas davam apoio psico-social e apoio médico, deveriam ter mais valências, em vez de duas passavam a seis. Passava a haver higiene, alimentação, informação detalhada para a recuperação, e, de facto, um consumo, mas um consumo que visava o tratamento. Era isso que estava em causa, levar o sistema de tratamento ao terreno, e apoiados por uma nova política de autonomização, uma nova política de reinserção social, emprego protegido. E para além do emprego protegido, apartamentos de reinserção. Não valia a pena andarem ali com equívocos. -----

----- Portanto, não se tratava de uma medida avulsa mas de uma política coerente e global. E insistia nisto porque de outra forma nunca a Câmara Municipal teria aprovado e nunca estariam ali a falar desse assunto. -----

----- Era uma estratégia que foi uma decisão política articulada com o IDT. Amanhã haveria uma comissão técnica no terreno, entre técnicos da Câmara e técnicos do IDT e, naturalmente, com o apoio da população queriam mudar esta política. Mas era preciso que falassem verdade aos munícipes, que se lhes explicasse o que estava em jogo e não que se estivesse a especular sobre uma medida que nada tinha a ver com uma estratégia. -----

----- Disse, ainda, que esses ajustamentos seriam naturalmente efectuados no terreno. A comissão técnica que, como já referira, iniciava amanhã os seus trabalhos saberia conduzir a questão a bem dessa população. Mas, mais do que isso, iriam ter uma

entidade independente no terreno, que iria dar informação, que iria acompanhar ao nível da investigação e que iria monitorizar esse programa. -----

----- Terminou dizendo que tivessem confiança, porque ele acreditava, a Câmara também acreditara como acreditaram uma série de forças políticas. Lembrava ali o voto que dera o PS, o voto que dera o PSD, o voto que dera o BE, a abstenção do PCP e o voto contra do CDS-PP. Todos acreditavam que estavam num virar de página ao nível da política municipal no que dizia respeito às dependências. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, disse que Alfama era, há mais de dez anos, um bairro permanentemente em obras. Não desvalorizavam o muito que já tinha sido reabilitado, mas existiam várias obras que se encontram paralisadas e outras que se arrastam por anos a fio, com enorme prejuízo para os moradores e comerciantes e esse descontentamento tinha vindo a agravar-se. -----

----- Disse que no debate sobre o Estado da Cidade, realizado no dia 17 de Outubro, colocara ali várias questões à Câmara relacionadas com algumas dessas obras, e como não obtivera resposta nesse dia, nem depois, apresentava hoje esta Recomendação à Câmara (n.º 4) chamando a especial atenção para a obra no Beco do Espírito Santo, uma rua pequena e estreita que tinha comerciantes e moradores muito idosos cuja saúde se agravava devido às obras municipais que lá estavam, com um andaime horrível e um grande taipal de plástico preto. Aquilo que recomendava à Câmara era que, pelo menos, fosse reavaliada a execução dessa obra, porque se ela não ia para a frente, se nunca mais acabava depois de ter sido dito aos moradores e comerciantes que era uma obra para dois meses e há dois anos estava parada, pelo menos fossem retirados os andaimes, ou retirada ou substituída a tela que fazia a escuridão naquela rua. -----

----- Por outro lado, colocava também a questão do colector do Beco do Mexias, cuja obra foi adjudicada a uma empresa no dia 14 de Novembro, empresa essa que começara a intervir há duas semanas abria um bocado da Rua da Regueira mas a partir daí a obra estava parada. Sabia que havia alguns pequenos problemas entre a Câmara e a EPAL, mas pedia que esses problemas fossem ultrapassados para que a obra avançasse e terminasse no mês de Fevereiro, altura para a qual as pessoas foram mentalizadas que terminava, e assim pudessem ter novamente a rua aberta ao trânsito e pudessem viver em paz sem o rio de água suja que entrava pelas casas dentro no Largo do Chafariz quando chovia. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, referindo-se à Recomendação que apresentaram sobre a Tapada da Ajuda, disse que provavelmente teriam sido surpreendentes as imagens que viram na fotografia anexa à Recomendação, mas na verdade tratava-se de um local com cerca de cem hectares na Cidade de Lisboa, em relação ao qual havia algumas dificuldades em perceber quem era que tinha a gestão do espaço, porque sendo um espaço de uma instituição pública, o Instituto Superior de Agronomia, que se envolvia nos últimos tempos nalgumas polémicas, uma vez que foi apontado pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior como uma escola de má gestão, uma situação que propunham que fosse de facto

avaliada, da única forma possível, através de uma auditoria do Tribunal de Contas, porque depois disso o Instituto ainda procedia ao desbaste indiscriminado de vegetação na Tapada da Ajuda. -----

----- Convidou todos os Deputado Municipais a fazerem um passeio pela Tapada da Ajuda porque certamente iriam ficar assustados com algumas das coisas. Era evidente que tinha que se intervir no coberto vegetal, mas não da forma como foi feita, e aquilo que se verificava era que uma escola que não tinha dinheiro para pagar o 13º mês aos funcionários e para pagar uma série de coisas que faltavam, tinha dinheiro para fazer um desbaste indiscriminado na encosta poente para fazer um *habitat* para koalas. Ou seja, o Instituto Superior de Agronomia ia fazer um eucaliptal para koalas, tendo desbastado espécies importantes da flora. -----

----- Por isso, aquilo que recomendavam era que a Câmara Municipal de Lisboa, apesar de não ser um espaço da sua gestão, reunisse com o Instituto Superior de Agronomia para verificar se os desbastes foram feitos de acordo com as regras da Câmara, de acordo com as regras do IPPAR, se eram abertas estradas sem o controlo do IPPAR, como já foi notícia nos jornais, e que propusesse a revisão de matérias não consideradas prioritárias como esse eucaliptal em pleno espaço da Tapada. -----

----- E, em função disso, propunham que pudesse haver um espaço como uma quinta pedagógica semelhante à que existia nos Olivais, porque essa poderia ser uma boa forma para a Câmara rentabilizar esse espaço e aproveitá-lo para ser desfrutado pelas populações. -----

----- **O Deputado Municipal Afonso Costa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que relativamente às recomendações n.ºs 7, 8 e 9, apresentadas pelo CDS-PP, o referido Grupo Municipal vinha demonstrando preocupação, no último ano, com a Freguesia de São João, o que agradecia. O CDS-PP não tinha ninguém na Assembleia de Freguesia, por isso tinha que trazer à Assembleia Municipal essas recomendações, mas esperava que regressassem à Assembleia de Freguesia, no próximo mandato. E com as alterações que foram sugeridas pelo PSD, votariam a favor das ditas recomendações. -----

----- Relativamente à Moção n.º 4, apresentada pelo PS, disse que ainda agora o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto veio reafirmar que seria feito em parceria com o IDT e com as Juntas de Freguesia. Mas, independentemente disso, na Quinta do Lavrado existia presentemente um Gabinete de Apoio à Toxicodependência que, infelizmente, em 2001, altura em que foi inaugurado, criara uma situação deveras *sui generis*. Desde logo porque a porta principal da Quinta do Lavrado estava virada para um cemitério, com uma estrada sem saída com dois sentidos, ao lado de uma ETAR, onde presentemente a população que outrora vivia na chamada Quinta da Curraleira conseguira realmente melhorar a qualidade de vida, conseguira estar livre de tráficos que existiam na Quinta da Curraleira, mas era realmente muito perigosa a forma como foi feita a construção da Quinta do Lavrado. -----

----- Isso foi feito no tempo em que era Presidente da Câmara o Sr. Dr. João Soares, e era de lamentar, porque também ele, enquanto Presidente da Junta, tinha algumas dúvidas se o Gabinete de Apoio à Toxicodependência se devia localizar num sítio que

na sua génese estava mal construído de raiz, que o PS, nessa altura, não tivesse pedido na Assembleia que a construção tivesse sido feita correctamente. Ou seja, que as portas para entrada das pessoas fossem viradas para a via principal, que tinha melhor acessibilidade, melhor capacidade de estacionamento e não envolvia o risco que agora existia na Quinta do Lavrado. -----

----- Disse, a terminar, que sabia que o PSD ia votar contra essa Moção, mas se o PS aceitasse a recomendação feita pelo BE, porque eram importante defender a população da Freguesia de São João, neste caso concreto da Quinta do Lavrado, ele estaria disposto, enquanto Deputado Municipal e Presidente de Junta, a votar a Moção favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com uma zona de insegurança na sua freguesia, concretamente na Calçada da Tapada, numa zona onde existia uma escola. No dia 28 de Novembro foi atropelada uma criança, um mês antes foi atropelado um professor e no ano anterior foram atropeladas três crianças, no atravessamento da passadeira de peões em frente da escola. -----

----- Recordou que até o Dr. Santana Lopes ganhar a Câmara havia um polícia a assegurar a entrada e a saída da escola, mas depois de ganhar as eleições o Dr. Santana Lopes mandara retirar o agente da PSP e foi para lá um agente da Polícia Municipal, mas, passados três meses, a Polícia Municipal deixara de colocar lá qualquer agente e a partir daí começaram os atropelamentos. -----

----- Por isso, aquilo que agora pedia era que fosse retomado a colocação de um agente da polícia em frente à escola. Aliás, ficaram contentes quando ontem, de manhã e à tarde, viram que havia um agente Polícia Municipal a acompanhar a entrada e a saída das crianças, hoje de manhã, às 08:30 horas, também lá estava o agente, agora às 17:30 horas iam-lhe telefonar para ver se realmente o agente lá estava, mas esperava que fosse para continuar a estadia do agente. -----

----- Mas independentemente do agente, a Câmara deveria colocar um semáforo, que estaria sempre verde e só passaria a vermelho quando as crianças ou as famílias quisessem atravessar. -----

----- Por fim, chamou a atenção da Câmara para que se nesta altura a Calçada da Tapada, com duas vias, já era altamente perigosa, se se fizesse a Via da Meia Encosta, com quatro faixas de rodagem, seria autenticamente pôr crianças no cemitério. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que na sua intervenção se ia referir, exclusivamente, a duas moções, uma sobre a EPUL e outra sobre a interrupção voluntária da gravidez. -----

----- Começando pela primeira que anunciara, disse que a sugestão que o BE fazia ao PS era que a Moção fosse entendida como um contributo para a redefinição das empresas que intervinham nos urbanismo e nos processos de urbanização na cidade, nomeadamente a EPUL, e que no âmbito desse processo de reflexão a Moção baixasse a uma Comissão da especialidade, nomeadamente a Comissão de Urbanismo e Mobilidade, bem assim como à Comissão de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, porque a redefinição da missão estratégica da empresa,

entre outras coisas, implicava, no entender do BE, que se repensasse o universo empresarial municipal existente e, nomeadamente, a pertinência ou não de manter algumas empresas que continuavam a existir no âmbito dos processos de urbanização.

----- Portanto, dentro dessa perspectiva, essa Moção poderia ser entendida como um contributo para a discussão que deveria ser feita no âmbito dessas duas Comissões. ---

----- Passando à Moção relativa ao aborto, recordou que foi aprovada pela Assembleia Municipal, por maioria, uma proposta para a promoção de processos de debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, e, por essa razão, perguntava à Sra. Presidente se estava prevista a realização de algum debate, dado que o Referendo sobre o aborto estava marcado para o dia 11 de Fevereiro. É que, se estava prevista a realização de algum debate sobre a matéria, parecia-lhe que a Moção do PCP ficava um pouco prejudicada por esse anúncio que esperava fosse favorável. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que estava previsto que essa matéria fosse levada à Conferência de Representantes, como era normal e como vinha sendo hábito desde o início do mandato. Portanto, era matéria que seria debatida em Conferência de Representantes não prejudicando o interesse da Mesa nenhum tipo de iniciativa em debate nesta Sessão. Pensavam que todas tinham o seu lugar, portanto a opinião da Mesa era de que não prejudicava, sem prejuízo da discussão e calendarização dessa matéria em Conferência de Representantes. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, disse que neste dia em que comemoravam os 30 anos do Poder Local, desejava fazer essa referência e acrescentar que para os autarcas era um momento histórico pois não era todos os dias que comemoravam 30 anos de Poder Local. Mas se nesta altura havia uma palavra que podiam e deviam dizer, era preocupação! E deviam dizer preocupação com base nas novas propostas que existiam a nível do financiamento das Autarquias Locais e, por outro lado, também a nível da eventual proposta de extinção de freguesias, que, nomeadamente no caso de Lisboa, segundo notícias que têm vindo a público, podiam ser 19 as freguesias a extinguir no ano de 2007, para entrar em vigor na próxima legislatura. -----

----- Face a essas duas situações, desejava dizer ali a palavra preocupação e, de certa forma, apresentar optimismo no sentido de que os próximos 30 anos fossem como estes, ou pelo menos não acabassem como estes e que fossem melhores. -----

----- Depois, referindo-se à Moção n.º 3, apresentada pelo PS, que tinha a ver com o TGV e com a ponte sobre o Tejo entre Chelas e o Barreiro, disse que uma vez que, aparentemente, houve uma situação de um erro material através das referências entre os pareceres da CCDR sobre as duas fases do loteamento da Fábrica dos Sabões e sobre as referências que foram enviadas para a Câmara, essa situação estava nesta altura em apreciação e fazia todo o sentido, pela parte do PS, que não tivesse apresentado esta Moção e que tivesse aguardado as decisões que em breve iriam ser emitidas, tanto por parte da Câmara como por parte da CCDR. -----

----- Por outro lado, também desejava frisar porque esta era uma questão óbvia e muito simples em termos de Direito Administrativo, que uma vez que ainda não houve o acto administrativo da licença de alvará do loteamento, ainda não havia

direitos adquiridos, portanto essa situação não se punha, ainda não havia um acto administrativo que fosse definitivo e executório, e não havendo esse acto, obviamente, não poderia haver nunca direito a uma indemnização. -----

----- Mas também desejava frisar que o PS usara expressões relativamente a essa matéria, como irresponsabilidade, assim como referira também que um Ministro pedira, mas tanto quanto sabia um Ministro não pedia, um Ministro agia. Aliás, nesta matéria, irresponsabilidade não era da Câmara, desde que o actual Governo tomara posse, há cerca de dois anos, nunca apresentara legislação sobre o assunto, e só no dia 30 de Novembro aprovara o Decreto-Lei 596/2006, isto é, após a situação ter sido despoletada na Câmara e ter tido desenvolvimentos é que o Governo veio legislar. Portanto, quem estava a ser irresponsável não era a Câmara mas sim o Governo que teve tempo suficiente, mais de dois anos, para apresentar legislação sobre a matéria. --

----- Em abono da verdade deveria dizer-se que a lei que se aplicava a este caso era a Lei 17/95, portanto já existia desde 1995, e o PS desde então esteve no Governo vários anos e nunca alterara essa legislação, só o tendo feito após a situação ter sido despoletada e ter tido os desenvolvimentos que teve. -----

----- Portanto, face a tudo isso, o PSD considerava que a atitude da Câmara foi a correcta, ao contrário da atitude do Governo. -----

----- **A Deputada Municipal Sofia Dias (PS)**, novamente no uso da palavra, aludindo à intervenção do Deputado Municipal Afonso Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São João e seu colega de Executivo, disse que, tal como referira anteriormente, o PS aceitava e agradecia a sugestão do BE pelo que acolhia na sua Moção o prazo de 90 dias para que fossem ouvidas as Juntas de Freguesia e o IDT. -----

----- Relativamente à questão da Curraleira, disse que não queriam de todo ir por aí, mas ainda bem que ali ficava dito que foi no Executivo presidido pelo Dr. João Soares que se acabara com a Curraleira, e precisamente por causa disso era que entenderam que uma putativa e cara instalação na Quinta do Lavrado não fazia sentido. -----

----- No tocante à sugestão do BE no sentido de que a Moção sobre a EPUL baixasse à Comissão, disse que o PS estava de acordo. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 6, apresentada pelo BE, relativa ao parque de estacionamento do Largo Barão de Quintela, disse que com certeza lembrar-se-iam que uma Comissão Eventual se pronunciara sobre esse mesmo parque, tendo então apresentado um relatório que foi votado na Assembleia, como recomendação, obtendo a unanimidade de todas as forças políticas. -----

----- Qualquer recomendação da Assembleia Municipal não era, obviamente, um acto administrativo, e o que os serviços da Câmara estavam neste momento a fazer, segundo informara a Direcção, era a acompanhar cautelosamente todo o processo para que não houvesse deferimentos tácitos, já que havia prazos a cumprir. -----

----- Não podiam esquecer que os termos do relatório, que foi transformado em recomendação, não permitiam um parque de estacionamento no Largo Barão de Quintela, o que proibiam era aquele parque de estacionamento nos termos em que

estava proposto, e não permitia, sobretudo, que se adulterasse o coberto vegetal e o seu aspecto final. -----

----- **O Deputado Municipal Brito Correia (PSD)**, no uso da palavra, disse que pedira a palavra para referir que ia votar contra a Moção do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez, por dois motivos: primeiro, porque considerava que não competia à Assembleia Municipal deliberar sobre matéria penal; segundo, porque entendia que as portuguesas e os portugueses deviam votar “não” à despenalização do aborto a pedido da mulher. -----

----- Caso a Assembleia deliberasse, e já se pronunciara uma vez nesse sentido, promover debates sobre o assunto, queria dizer que participaria nesses debates em defesa da vida. Mas uma vez que foram ali apresentados alguns dos principais argumentos no sentido do “sim” no Referendo, permitia-se também apresentar alguns argumentos a favor do “não”. -----

----- Primeiro, era pelo “não” à interrupção voluntária da vida, porque o que estava em causa não era só a gravidez da mulher mas também a vida do bebé, o direito à vida era o principal direito humano porque dele dependiam todos os outros, portanto merecia a protecção máxima. A esmagadora maioria dos cientistas entendiam hoje que a vida humana era um processo contínuo de desenvolvimento, que começava com fecundação do óvulo pelo espermatozóide, e terminava com a morte. A partir da concepção surgia um novo ser humano, distinto quer da mãe, quer do pai, tanto que tinha um genoma diferente do de ambos, e que era o mesmo em todas as células do corpo, desde a primeira divisão da célula resultante da fusão do óvulo com o espermatozóide até à morte. -----

----- Não havia qualquer diferença essencial de natureza em nenhum momento desse processo. Com dez semanas, o coração batia, o bebé chuchava no dedo, dava sinais de sofrimento, o que podia ser facilmente comprovado por ecografia e era bem claro num recente e interessantíssimo estudo e vídeo da National Geographic. -----

----- Havia quem dissesse que o embrião era um monte de células, pensava que ele, como todos, era também um monte de células mas com vida e da espécie humana, havia quem tivesse dúvidas sobre o momento em que começava a vida ou em que a vida era humana, mas, quanto a si, na dúvida o ser humano deveria ser protegido e não destruído. -----

----- Segundo, era pelo não para evitar mais sofrimentos da mulher. A experiência de vários países como os Estados Unidos da América e a Polónia, onde o aborto foi legalizado há décadas, mostrava que ele causava frequentemente sofrimentos à mulher, porque além dos riscos próprios do aborto em si, mesmo quando feito por médicos, provocava depois sentimentos de culpa, depressões, disfunção sexual, infertilidade e promiscuidade que levavam, muitas vezes, ao alcoolismo, à droga, à prostituição, ao crime e ao suicídio. -----

----- Disse que, segundo uma sondagem americana, 60% das mulheres presas por delitos comuns diziam que a sua vida criminal começara com o primeiro aborto que fizeram, e na Finlândia a taxa de suicídios era três vezes maior entre as mulheres que abortaram. Com a penalização do aborto não se pretendia agravar os problemas das

mulheres, pelo contrário desejava-se evitar-lhes problemas futuros de que elas não tinham muitas vezes consciência. -----

----- Era importante afirmar o princípio da proibição, mesmo que se admitissem, em casos concretos, causas de justificação ou de exclusão de culpa, como a inconsciência da ilicitude, o estado da necessidade desculpante, já estavam previstos no Código Penal. Isso não era hipocrisia mas, frequentemente, uma manifestação de justiça, de tolerância ou de perdão. -----

----- Prosseguindo, disse que ninguém queria pôr mulheres na prisão, o que se queria era que não houvesse abortos voluntários, quer legais, quer clandestinos. Se se queria despenalizar a interrupção voluntária da gravidez para não terem mulheres no tribunal ou na prisão dando a sensação de que se tinha pena das mulheres, era pura demagogia. Se a mulher queria abortar depois das 11, 12 ou 36 semanas não seria levada a tribunal? E não seria punida? A mulher que fizesse um aborto clandestino não seria punida? Deveriam ceder só para evitar manifestações na televisão? Então passariam a ceder perante tudo o que fosse exigido na televisão? -----

----- Seria menos mau mandar para a prisão algumas mulheres por aborto ilegal, do que muitas mulheres por crimes cometidos na sequência de abortos ilegais. Argumentava-se que o julgamento da mulher que abortara levava à violação da sua privacidade. Na verdade, a investigação e prova do crime exigia, normalmente, exames ginecológicos, em todo o caso tais exames seriam semelhantes aos que todas as mulheres faziam regularmente por motivos de higiene, e a necessidade de protecção do novo ser humano justificava tal intervenção na privacidade da mulher, que, aliás, ela podia evitar omitindo o aborto. -----

----- Acentuou que era pelo “não” ao direito da mulher ao aborto! Defender a despenalização em nome da liberdade de escolha da mulher equivalia a esquecer que a liberdade de cada um terminava onde começava a liberdade do outro, e o outro, neste caso, era um ser humano inocente e indefeso, que nunca teria liberdade nem sequer para chegar a nascer. -----

----- Era errado afirmar um direito absoluto da mulher a dispor do seu próprio corpo, porque a criança não era parte do corpo da mãe, tratá-la como simples parte do corpo da mãe era considerá-la como uma coisa como os antigos tratavam dos escravos. -----

----- Pretendia-se reconhecer o direito ao aborto, ou seja a que um serviço público prestasse ou pagasse um serviço de matar um ser humano indefeso, e isto quando não havia camas para todos os doentes, quando não havia verba para tratar todos os doentes, quando se fechavam maternidades e quando havia outros meios eficazes e acessíveis de planeamento familiar. Era chocante que os hospitais públicos, criados para salvar vidas, fossem utilizados para matar e que o Estado financiasse clínicas privadas para matar criancinhas à custa dos contribuintes que eram contra isso. -----

----- Era pelo “não” num projecto de lei retrógrado, uma lei que se pretendia fazer aprovar que era contra a modernidade e não o contrário. Era verdade que o aborto estava liberalizado em muitos países, mas não em todos, longe disso, e onde havia mais longas experiências de liberalização, como nos Estados Unidos e na Polónia, a tendência crescente era no sentido da defesa da vida. -----

----- Era pelo “não” relativamente a uma lei que agravava os problemas do aborto clandestino, tantas vezes feito sem cuidados mínimos de higiene. O aborto clandestino, tantas vezes feito sem cuidados mínimos de higiene causava, sem dúvida, problemas de saúde pública preocupantes, mas a despenalização não resolvia, antes agravava, esses problemas. Era o que revelava a experiência de muitos outros países onde o aborto foi despenalizado, portanto a despenalização não era solução para o aborto clandestino. -----

----- Era pelo “não” ao aborto pelos motivos económico-sociais, porque os problemas económico-sociais deveriam ter solução económico-social. Se a mulher não tinha rendimentos para sustentar o filho, ou receava não ter emprego, o Estado, em vez de pagar as despesas do aborto pondo em causa a vida da criança, deveria dar-lhe ajuda ou promover a adopção. O que o Estado iria ou irá gastar com os abortos, seria ou será suficiente para ajudar todas as mulheres em dificuldade para criar os seus filhos, porque a maior parte das mulheres que abortavam não tinham carências económicas. -

----- Era pelo “não” ao negócio milionário das clínicas de abortos. -----

----- Era pelo “não” a uma lei que agravava o problema demográfico. -----

----- Era pelo “não” a uma lei que considerava inconstitucional, e não estava sozinho. -

----- Era pelo “não” ao aborto a pedido. -----

----- Portugal, que foi pioneiro na abolição da pena de morte para criminosos, não devia ir a reboque da moda tendente a autorizar a morte de seres humanos inocentes, por mera conveniência da mulher e das clínicas de aborto. -----

----- Portugal, que foi pioneiro na abolição da escravatura, não devia ir a reboque da moda tendente a negar a vida a seres humanos em desenvolvimento, só porque uma lei modificável não lhes reconhecia a personalidade jurídica. Os escravagistas também utilizavam esse argumento. -----

----- Por todos esses motivos, disse a terminar, iria votar contra a Moção do PCP e pensava que todos deveriam votar “não” no Referendo. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que não tinha intenção de intervir sobre a questão do aborto, pelo que não tendo a intervenção preparada iria dizer algumas palavras não correctamente estruturadas como a Assembleia merecia ouvir. -----

----- Começou então por dizer que pensava votar a favor da Moção do PCP sobre o aborto porque considerava que não era um assunto que fosse preto e branco, mas um assunto que era da sensibilidade de todos e de cada um, o que eram coisas distintas. Cada um tinha direito à sua opinião. -----

----- Não lhe parecia correcto que se associasse a ideia de aborto a criminosos ou a pessoas que tivessem tendências criminosas, como também lhe parecia que associar o aborto a situações marginais da sociedade ajudasse, porque era preciso lembrar que em Portugal se faziam 25.000 abortos por ano e não queria acreditar que essas 25.000 pessoas fossem marginais, e muito menos mereciam ser tratadas como criminosas. ---

----- Por isso, tornava-se difícil para si aceitar uma intervenção numa lógica de preto e branco. Era óbvio que também não defendia que o aborto fosse utilizado como forma

de contracepção sexual nem pensava que era isso que estava ali em questão. Era um assunto demasiado sério para ser visto dessa forma. -----

----- Disse que não podia deixar de fazer esta intervenção porque dentro do PSD nem todas as pessoas pensavam da mesma forma, cada um tinha a sua forma de estar e pensar individual, e tinham liberdade de voto, como sempre tiveram, neste tema. -----

----- Um companheiro seu acabara de fazer uma intervenção noutra sentido, o que o levava a fazer esta intervenção, não tão brilhante como a dele, reconhecia-o porque estava muito bem preparada nos seus argumentos, mas não quis deixar passar isto em claro porque Portugal não investira em educação sexual, tinha agora 35 anos e quando tinha 13 ou 14 e andava no ensino secundário já se falava na questão da educação sexual, mas nunca chegara como não chegara quando foi adolescente e não chegara ainda hoje. Portugal não fazia um planeamento familiar como devia ser, era dos países da União Europeia aquele que percentualmente tinha mais jovens adolescentes a engravidar, que tinha 25.000 abortos que depois recorriam a clínicas para os efectuar, a classe média ia a Espanha, as classes elevadas talvez a Londres e depois, infelizmente, aqueles que não podiam tinham que recorrer ao vão de escada pondo a sua saúde em perigo, e não lhe parecia que se devesse discriminar as pessoas num problema tão sério devido à sua capacidade financeira. -----

----- Disse, ainda, que o que estava em questão não merecia uma intervenção tão violenta, porque não estavam a despenalizar o aborto, estavam a falar em 10 semanas, e comparativamente com o que existia no resto do espaço europeu 10 semanas era um número moderado, era diferente de 12, 14 ou 16 semanas. -----

----- Referiu que achava vergonhoso ver-se, na abertura dos telejornais, senhoras com 20, 30 ou 40 anos a correrem para entrar ou sair de um tribunal, com a cara tapada, como se tivessem cometido um crime hediondo. Isso, sinceramente, como pessoa fazia-o sentir menor. A sociedade a que pertenciam podia ser melhor, podia ser uma sociedade evoluída, rica, culta, educada. De certeza que não defenderia esta questão do aborto de uma forma tão agressiva como o PCP e o BE, porque, como já referira, não era uma questão de preto e branco havia um conjunto de tonalidades, o que não lhe parecia era que no extremo estivesse a razão. -----

----- Terminou dizendo que devia existir bom-senso e acreditava que esta lei trazia bom-senso já que não radicalizava para nenhum dos extremos. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que não tinha pensado intervir, mas uma intervenção que ali foi feita sob a interrupção voluntária da gravidez obrigara-a a usar da palavra por dever de consciência, por dever da verdade, por dever do respeito por todas as opiniões, mas havia limites para algumas opiniões. -----

----- Disse que o que estavam a discutir era uma Moção apresentada pelo PCP que tinha a ver com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E era tão somente isto: queria-se, ou não, que as mulheres fossem para a prisão por interromper a gravidez até às 10 semanas? Não estavam a falar de bebés! Já que eram tão cuidadosos com a linguagem, estavam a falar de embrião! -----

----- E porque estava em causa o respeito pela dignidade, a autonomia e consciência individual de cada pessoa, os princípios da igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens, eram a favor de uma maternidade e paternidade plenamente assumidas e responsáveis, antes e depois do nascimento, porque o direito à maternidade consciente e à saúde reprodutiva eram direitos fundamentais. Eram a favor da vida em todas as suas dimensões, porque era um elemento essencial do Estado de Direito o princípio da separação entre qualquer confissão religiosa e o Estado, e uma lei penal, ineficaz e injusta, era uma lei constitucionalmente ilegítima. E consideravam que a sujeição das mulheres a processos de investigação, acusação e julgamento pelo facto de fazerem um aborto, atentava contra os valores da sua autonomia e dignidade enquanto pessoas humanas. Porque a proibição do aborto dava origem à gravidez forçada, o que se traduzia em violência contra a família, contra a mulher, e uma violência institucional. -----

----- Continuando, disse que uma lei que despenalizava o aborto não obrigava nenhuma mulher a abortar, mas o contrário já não seria assim, isto é, se fosse aprovado o “não” isso obrigava a mulher a ser considerada criminosa, como ali já foi dito. Mas então perguntava: alguém tinha conhecimento científico para poder fazer ali, no fórum da cidade, um nexo de causalidade entre uma mulher que interrompia a gravidez e ser criminosa por crimes que nada tinham a ver com a interrupção voluntária da gravidez? Onde era que isso estava escrito? Quem foi que fez esse nexo de causalidade? Tinham todo o direito de defender o “não”, mas não podiam acusar nenhuma mulher que fizera um aborto na clandestinidade, de criminosa imediatamente a seguir. Havia limites para tudo mas era-lhe impossível, como mulher democrata, como mulher que respeitava todas as ideias menos as nazis, aceitar linguagens destas. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra para um protesto, disse que protestava contra tudo o que ouviu nas três últimas intervenções, porque o que estava ali em causa não era saber se iam votar a favor ou contra a despenalização do aborto no próximo Referendo. -----

----- Disse que ia votar contra a Moção porque achava que ela era incompatível, porque, por um lado, apelava ao debate sereno e esclarecedor na sociedade de forma a permitir o voto consciente e responsável das cidadãs e cidadãos eleitores, e, por outro, queria que as cidadãs e cidadãos votassem maioritariamente pelo “sim” à despenalização. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que a Moção teve uma alteração substancial na sua redacção, mas mais adiante referiria isso. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tal como a Deputada Municipal Ana Sara Brito também ele estava relacionado com a área da saúde. A Deputada Municipal Ana Sara Brito fizera uma intervenção muito fervorosa, como era característica sua e percebia isso, mas estavam perante um conjunto ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo, lembrou que estavam perante um pedido de esclarecimento, e era isso que tinha que formular. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, retomando a palavra, disse que gostava de utilizar o tempo que lhe era dispensado para o uso desta figura regimental, e estava só a caracterizar para depois formular as perguntas, eventualmente violentas ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo de novo, disse que com o novo Regimento os pedidos de esclarecimento já contavam no tempo de intervenção dos partidos, e se reparassem no painel viam que o tempo já estava negativo. Para além disso, nos termos regimentais, o pedido de esclarecimento consistia numa pergunta formulada de forma clara e concisa. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, retomando de novo a palavra, disse que lera detalhadamente o Regimento e estavam agora a dilatar o tempo desnecessariamente. -----

----- Depois, retomando o ponto onde tinha ficado, disse que conhecia perfeitamente o modo de intervenção da Deputada Municipal Ana Sara Brito, mas sobre a interrupção voluntária da gravidez as suas perguntas eram: -----

----- Primeiro: se tinha absoluta noção do que era o embrião. Não o feto, estavam a falar do embrião! Se sabia o que era que caracterizava o embrião? Se sabia que sinais apresentava. Se sabia que reacções tinha? Se sabia qual era o comportamento que exercia? Não estavam a falar de um bicho, estavam a falar de um ser vivo em embrião! -----

----- Segundo: se sabia ou tinha conhecimento dos dados estatísticos, que eram de fácil acesso porque estavam no *site* do Ministério da Justiça, relativamente ao número de processos e ao número de condenações. Se não sabia podia dizer-lhe que em 2004 e 2005 houve apenas uma condenação para uma senhora que abortara com 30 semanas! -----

----- Terceira: se às dez semanas e um dia era ou não crime o aborto, e se estavam ou não a tratar do mesmo embrião. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, quanto à primeira pergunta disse que sabia e por isso votava “sim”. ---

----- Quanto à pergunta sobre as dez semanas e um dia, disse que se fosse aprovado o “sim” no Referendo, como esperava, caberia ao legislador contemplar todas as situações que evitassem que a mulher fosse considerada criminosa. -----

----- **O Deputado Municipal Brito Correia (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que na intervenção da colega Deputada Municipal que falara há pouco, do PS, foi feita uma referência final à legislação nazi, pelo que gostava que ficasse muito claro que a lei nazi despenalizara o aborto em todos os países, excepto na própria Alemanha. Ou seja, as mulheres arianas eram recomendadas a ter filhos, as não arianas, como por exemplo na Polónia, podiam fazer abortos à vontade porque o aborto estava despenalizado. -----

----- Não era essa a sua posição, até porque nunca foi nacional-socialista, pelo que essa acusação passava-lhe completamente ao lado. -----

----- **A Senhora Presidente**, para que não houvesse dúvidas sobre o teor da Moção n.º 5, dado que o texto depois de distribuído tinha sido alterado pelos proponentes, leu a

parte deliberativa da mesma que depois de alterada ficou com o seguinte redacção final: -----

----- “1. Apela ao debate sereno e esclarecedor na sociedade, de forma a permitir o voto consciente e responsável das e dos cidadãos eleitores; -----

----- 2. Reclama a superação das insuficiências em matéria de acesso ao planeamento familiar e à implementação da educação sexual nas escolas, bem como o cumprimento da legislação de protecção da maternidade e da paternidade; -----

----- 3. Apela a um empenhamento activo das cidadãs e dos cidadãos eleitores para que se pronunciem, no âmbito do processo referendário sobre a despenalização da IVG; -----

----- 4. Enviar esta moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo e à Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- Em suma, para além de algumas alterações nos considerandos, na parte deliberativa o ponto três sofrera grande alteração em relação ao texto inicial e o ponto 5 foi retirado. -----

----- **A Senhora Vereadora Gabriela Seara**, no uso da palavra, disse que apenas queria rebater um pouco aquilo que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho ali foi dizer sobre o processo de Marvila, e começava por referir uma coisa muito simples, ter razão ajudava muito. Ainda que a razão viesse fora do tempo ela haveria de vir e mostrar que a Câmara tinha razão, que esteve com a razão toda durante esse processo.

----- Disse, depois, que pedido de Ministro não era lei, não era facto de indeferimento, e pessoalmente não fazia vetos de gaveta, cumpria os prazos, as regras e a lei. Provavelmente a cidade não estava habituada a isso, provavelmente outras entidades não estavam habituadas a esse respeito pelos prazos. Foi o que aconteceu, a questão estava do lado da Câmara por isso tinham a obrigação de decidir, e decidiram. Mas decidiram no enquadramento do quadro legal que tinham presente. -----

----- Dizia o Deputado Municipal Miguel Coelho que o parecer da Refer era desfavorável, quando ele, efectivamente, era favorável condicionado. E a proposta que levaram à Câmara foi uma proposta para aprovação condicionada ao parecer da Refer, e daí não haver direitos constituídos, porque se aquelas condições não fossem aceites, a proposta voltava para trás, era ineficaz! Portanto, não havia constituição de direitos! Haveria constituição de direitos se a proposta se tornasse eficaz, portanto se aquelas condições fossem satisfeitas e após a emissão das respectivas licenças, coisa que, como era sabido, não era o que estava a acontecer, não foi o que levaram à Câmara. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Miguel Coelho dizia também que a Câmara se enganara na história do parecer da CCDR, quando, de facto, a CCDR mandara um parecer à Câmara que vinha referenciado como sendo uma resposta à primeira fase, e esse parecer era um parecer desfavorável. Mas vinha referenciado como sendo da primeira fase, acentuou! Aliás, teria todo o gosto em mostrar-lhe esse ofício! A CCDR veio a perceber depois, e a Câmara também, que aquela proposta que a CCDR, erradamente, lhe enviara como sendo relativa à primeira fase, não era em relação a essa mas sim à segunda fase. E foi um erro da CCDR que, aliás, a própria

CCDR clarificara, em carta que foi entregue, por mão própria, na sexta-feira passada, no seu gabinete, dizendo: “aqui clarificamos o âmbito territorial do parecer que foi emitido” enviando cópia do ofício que tinha enviado anteriormente e que, como já referira, era relativo à primeira fase. -----

----- Obviamente, quando os serviços receberam aquele parecer desfavorável com a indicação de que era da primeira fase, agiram em conformidade. Ele ingressara no processo da primeira fase, e naturalmente esse e outros factores foram fundamento de indeferimento. Portanto, o processo estava suspenso e haveria de ir a reunião de Câmara com uma proposta de indeferimento. -----

----- Mas se aquele parecer, em que erradamente lhes foi dito que era relativo à primeira fase, se efectivamente se referia à segunda fase, mais uma vez, de acordo com a lei, agiriam em conformidade. E dado a ensaboada gigante que todos tinham feito em torno desse loteamento, havia uma coisa que não podia ser posta em causa porque não era verdadeira: a Câmara agira sempre, neste como noutros processos, de acordo com a lei. E isso era inegável, ainda que o tempo lhes viesse a dar razão quando politicamente já não fosse o tempo de ter razão. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu as explicações da Sra. Vereadora e entendia que a Câmara se metera numa grande trapalhada nesta matéria. -----

----- Mas ia só ler o último parágrafo do ofício da Refer, de 15 de Setembro de 2006, que dizia o seguinte: -----

----- “Pela análise do processo relativo ao pedido de licenciamento em apreço, constata-se haver interferência com os traçados preconizados e em curso de aprofundamento no referido estudo, razão pela qual, nesta fase, é inviável emitir parecer conclusivo acolhendo favoravelmente o requerido.” -----

----- Portanto, nesta matéria “era inviável acolher favoravelmente”! -----

----- Por outro lado, a questão que se punha era que o Decreto-Lei 17/95 pressupunha uma autorização prévia da CCDR. A Sra. Vereadora dizia que a CCDR se enganará, que era só para a primeira fase, mas se havia uma segunda fase deveriam ter pedido novamente um parecer à CCDR para solicitar essa autorização prévia, coisa que não foi efectuada. -----

----- Por isso, achava bem quem que o Sr. Presidente da Câmara revogasse mesmo a decisão que tomaram, porque ela era, de facto, preocupante para a cidade. -----

----- **A Senhora Vereadora Gabriela Seara** respondeu dizendo que ter razão ajudava muito. Em Setembro de 2005 a Refer enviara um parecer à Câmara sobre este processo, de que não ia ler tudo mas dava cópia se o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho quisesse, mas que dizia o seguinte: -----

----- “Na sequência do assunto em epígrafe e após análise da documentação enviada, informa-se que a viabilidade do projecto deste loteamento deve encerrar a observância de alguns aspectos formais e materiais”. -----

----- Isto, disse, era um parecer favorável condicionado! O que isto queria dizer era que a viabilidade do projecto devia encerrar a observância de alguns aspectos materiais informais. E depois elencava esses aspectos. -----

----- Esse parecer era de 2005, portanto, passado um ano, precisamente por achar que era importante que tivessem um parecer conclusivo, pedira à Refer o parecer conclusivo sobre o assunto, usando todas as medidas de cautelas na salvaguarda do interesse público nesta questão. A Refer, na carta que o Deputado Municipal Miguel Coelho acabara de ler, dizia que não era possível acolher favoravelmente o requerido, e o requerido era justamente a emissão do parecer conclusivo. Mas nesse mesmo parecer dizia-se também: “E tal como nos é solicitado, temos a informar, em complemento do transmitido pela nossa anterior comunicação”, e identificava-a. Ou seja, isto era a resposta àquilo que pedira dizendo que não era possível emitir um parecer conclusivo e remetiam para o parecer anterior que era um parecer favorável condicionado. -----

----- Aliás, nem a Refer tinha modo de fazer um parecer desfavorável nessa altura. A Refer disse-lhes que estavam em estudo traçados de alta velocidade para ali, e, naturalmente competia-lhe dizer isso. Mas quando lhes dizia que havia uma incompatibilidade entre o traçado e esse loteamento, a Refer também sabia que não tinha fundamento, de facto ou de Direito, para lhes emitir um parecer desfavorável porque não havia medidas preventivas. -----

----- Por isso dizia que ter razão ajudava muito. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara, no programa Prós e Contras, de ontem, na RTP. O Sr. Presidente da Câmara afirmara que a proposta de Conselho Participativo que apresentara na Assembleia Municipal – em 2003 segundo julgava – foi rejeitada pela maioria de esquerda da Assembleia, pelo que lhe competia a si, como Presidente de então, assim como competia a todos os Deputados Municipais dessa altura, reafirmar ali que não foi uma rejeição mas sim um trabalho democrático por parte da Assembleia, que constituiu uma Comissão que enriqueceu fortemente essa proposta de criação do Conselho Participativo. A Câmara, ao tomar conhecimento daquilo que era o trabalho da Assembleia Municipal, disse que iria estudar, mas tanto estudou que nunca mais reapresentou na Assembleia Municipal essa proposta. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara, ao falar ontem dessa proposta, teria alguma justificação que falasse, por exemplo, naquele debate, não de gente que foi lá para dizer aquilo que não devia ter dito, mas de gente como Presidentes de Junta que estavam lá e tinham opiniões e poderiam, de facto, ter enriquecido o debate. Mas isso era, obviamente, da organização do programa, era da responsabilidade de quem prestava esse mau serviço à comunicação e à informação ao País. -----

----- Agora, se na realidade o Sr. Presidente da Câmara estava tão pesaroso que esse Conselho Participativo de Lisboa não existisse, tendo uma maioria absoluta, desde Outubro do ano passado, na Assembleia Municipal, se estava tão interessado na participação – e devia estar – da população e instituições de Lisboa na vida municipal, perguntava por que não apresentou de imediato ou não apresentava agora essa proposta do Conselho Participativo à Assembleia Municipal? Ou seria que aquela proposta que o Sr. Presidente da Câmara apresentara, perante uma maioria dita de

esquerda, era apenas para inutilizar a Assembleia Municipal e impossibilitá-la de cumprir a sua missão? -----

----- Era essa a dúvida que ficava! Porque se o Sr. Presidente da Câmara queria, de facto, que a Assembleia Municipal fosse participada, que houvesse participação das instituições e da população da cidade, então que apresentasse essa proposta de criação do Conselho Participativo na Assembleia Municipal, que o PCP votá-la-ia favoravelmente, desde que correspondesse, efectivamente, a esse ideal que era mobilizar a opinião pública para a participação na vida da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que numa primeira nota que desejava dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, pretendia complementar aquilo que ali foi dito pelo seu camarada, Deputado Municipal Modesto Navarro, sobre o Conselho Participativo. -----

----- Quando ontem o Sr. Presidente da Câmara dizia que era importante a cidade debater um Conselho Participativo, lembrava-lhe que havia uma Junta de Freguesia na Cidade de Lisboa que fizera esse trabalho, convidara todos os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara para um debate no âmbito de uma freguesia para definir o que é que eram prioridades no âmbito de uma iniciativa do Orçamento Participativo, e vários Vereadores estiveram presentes, mas, infelizmente, não recebeu do Sr. Presidente nem sequer um aviso da sua não participação. Se calhar ali seria um bom exemplo de como começava o Conselho Participativo. E participaram 500 moradores nessa iniciativa, que deram opiniões sobre aquilo que deveriam ser as prioridades para a freguesia. -----

----- Numa segunda nota, esta dirigida à Sra. Presidente da Assembleia, disse que já na última vez que interveio falara que era preciso rever o Regimento porque, em matéria de tempos foram muito poupadinhos. O PSD gastara mais três minutos, o PS mais um, o BE mais dois, portanto estava provado que a revisão que fizeram ao Regimento não servia. -----

----- **A Senhora Presidente**, em resposta à segunda nota, disse que eram 18 horas e ainda não entraram no período da Ordem do Dia! Acharia o Sr. Deputado Municipal que não estava justificada a revisão regimental!? -----

----- Depois, terminadas as intervenções, informou que ia abandonar a Sala durante a votação da Moção n.º 1 porque tinha um impedimento, passando o **Senhor Primeiro Secretário** a conduzir os trabalhos. -----

----- Entretanto, o **Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que relativamente à Moção n.º 5 a Sra. Presidente dera conhecimento à Assembleia, e bem, de alterações nos pontos deliberativos, mas sucedia que o ponto quatro de alguma maneira tentava descaracterizar a Moção, e era essa a questão da sua pergunta. A Moção, segundo se referia no aludido ponto seria enviada aos órgãos de soberania, nomeadamente ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Governo e até à Câmara Municipal de Lisboa, pelo que perguntava à Mesa se quando enviassem a Moção desapareciam da mesma os sete parágrafos dos considerandos e apenas seria enviado o corpo deliberativo. É que se enviavam a

Moção toda, ela no primeiro parágrafo dizia que considerava indispensável que todos e todas fossem parte activa e decisiva para uma expressiva resposta favorável à despenalização voluntária da gravidez. -----

----- Portanto, colocava a questão se a Moção, apesar de descaracterizada, quando enviada aos órgãos de soberania no texto que acabara de ler, ela não teria imediatamente uma leitura de um voto favorável no Referendo de 11 de Fevereiro. ----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que pelas razões já referidas substituíra momentaneamente a Sra. Presidente, respondeu que toda a parte não deliberativa era parte integrante da Moção e os Srs. Deputados Municipais votariam em conformidade com isso. -----

----- Seguidamente, iniciou-se o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (**Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pelo Sr. Primeiro Secretário e depois pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) -----

----- Aprovar, por maioria, **Moção n.º 1**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS. -----

----- A **Moção n.º 2**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, a pedido dos proponentes, com o deferimento da Mesa, baixou à Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade e à Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 4**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e 2 Deputados Municipais do PSD, e uma abstenção de 1 Deputado Municipal do PSD. --

----- **O Deputado Municipal João Mota Lopes (PSD)**, entregou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O meu voto contra prende-se com a não concordância com as chamadas ICAR, e não com a pronúncia, tomada de posição ou considerações que a Junta de São João tenha ou possa vir a ter nesta posição ou tomada de posição, bem como da população.” -----

----- Nesta altura, a **Senhora Presidente** reassumiu a condução dos trabalhos, e de seguida, a propósito da interpelação à Mesa feita pelo Deputado Municipal Henrique Freitas relativamente à Moção n.º 5, esclareceu que o primeiro parágrafo sofrera uma alteração ficando com a seguinte redacção final: -----

----- “Está marcado novo Referendo sobre a despenalização da IVG para o dia 11 de Fevereiro de 2007”. Desaparecia, assim, o restante texto que dizia: “O Grupo Municipal do PCP considera indispensável que todas e todos sejamos parte activa e decisiva para uma expressiva resposta favorável à despenalização voluntária da

gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.” -----

----- Submetida à votação com as alterações introduzidas, a Assembleia deliberou aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e 7 Deputados Municipais do PSD, 24 votos contra do PSD e do CDS-PP, e 7 abstenções do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, em intervenção produzida a partir da sua bancada, requereu, verbalmente, recontagem uninominal da votação. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa ia deferir o requerimento e repetir a contagem para que dúvidas não restassem sobre esta matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)**, em interpelação à Mesa, disse que não têm sido essas as regras do jogo. Recordou que na última reunião da Assembleia Municipal, na votação de uma Moção que foi aprovada pelo Grupo Municipal do PSD, se fossem a contar pelas presenças e não por cada bancada ela teria sido rejeitada. Portanto, a regra tem sido sempre a contagem por bancada, mas se a Sra. Presidente entendesse que a partir de agora seriam aquelas que para esta votação se pretendia, naturalmente todos passariam a ter mais cuidado quando houvesse faltas de elementos da bancada do PSD na Sala. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que em nome da Direcção do Grupo Municipal e na sequência daquilo que acaba de ser dito pelo representante do PS, entendiam que havia regras que se deviam manter. Essa era a posição do PSD. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que havia um pedido de recontagem uninominal, havia uma prática regimental, por isso deferia ao Plenário, para que dúvidas não restassem, a manutenção dessa prática. -----

----- Portanto, punha à consideração da Assembleia se o regime de votação era por bancada, porque, se assim fosse, ficava prejudicado o requerimento para votação uninominal. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que a Assembleia funcionava com regras estabilizadas há muito tempo, a Sra. Presidente estava na Assembleia Municipal há um ano mas ele estava ali há mais de vinte e, por conseguinte, sabia como a Assembleia funcionava. Subscrevia inteiramente a intervenção do Deputado Municipal do PS, como, aliás, do Deputado Municipal da sua bancada também. A questão, para si, só surgia do modo como a Sra. Presidente apresentara os resultados, porque se a Sra. Presidente tivesse dito “votos contra, bancada do PSD e a favor bancadas do PS, PCP, BE e PEV”, e tivesse registado apenas nominalmente os votos que se distinguiam na bancada do PSD, esta questão não se teria levantado. -----

----- Só que a Sra. Presidente, erradamente, – que lhe permitisse este pequeno comentário – nominalizava os votos contra e as abstenções e globalizava os votos favoráveis. Ora, era o diferente tratamento das votações que o levava a fazer o requerimento, mas se a Sra. Presidente entendesse de uma outra forma expressar a

vontade da Assembleia, era óbvio que retirava o requerimento pois também achava que havia regras a ser cumpridas. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que quando havia liberdade de voto dentro de uma bancada, não havia outra forma senão dizer quantos votaram contra, quantos votaram a favor e quantos se abstiveram. Aliás, não houve nenhuma nominalização dos votos favoráveis porque não houve referência a nomes. Houve contagem dos votos porque era preciso fazê-lo para que se soubesse qual o resultado da votação. Portanto, com todo o respeito, o Sr. Deputado Municipal não ouvira ali nenhuma nominalização dos votos, mas apenas a sua contagem porque não podia deixar de ser feito assim. Não havia outra forma de obter um resultado numérico. -----

----- Perguntou se com esta explicação o Deputado Municipal Henriques Freitas retirava o requerimento e, tendo sido respondido que sim, disse que então o resultado estava anunciado tal como havia referido no final da votação inicial, mantendo-se a tradição na Assembleia e a forma de contagem quando havia liberdade de voto, porque não podia ser de outra forma. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Queremos saudar todas e todos os que não querem ver mais mulheres criminalizadas. Convém salientar que a despenalização do aborto não obriga ninguém a abortar. Dará dignidade ao ser humano e salvará milhões de vidas. -----

----- Tratamos e tratemos da prevenção nos moldes aqui apresentados, e logo veremos que os seus resultados farão voltar uma página negra da nossa história colectiva recente.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Porque este assunto é um assunto e decidir na consciência de cada um; porque se aproxima um Referendo sobre o assunto; porque haverá espaços próprios de debate no âmbito do caminho para o Referendo de que a própria AML se constitui organização de debate sobre o assunto, a agendar com certeza para breve; porque o CDS-PP tem uma linha de orientação, que não de imposição, contrária à alteração da lei actual; ainda que apoiando, sem hesitação, as propostas expressas nos pontos 1, 2 e 3, não podemos aceitar o enviezamento que, no sentido do “sim”, é evidente ao longo de todos os considerandos. -----

----- Por isso, votamos contra.” -----

----- Prosseguindo as votações, a Assembleia deliberou: -----

----- Rejeitar, por maioria, **Moção n.º 6**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos contra do PSD, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- A **Moção n.º 7**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, como foi referido, foi retirada. -----

----- Finda a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 2**, subscrita pelo Grupo Municipal PEV, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. --

----- A **Recomendação n.º 3**, subscrita pelo PEV, baixou à Comissão Permanente do PDM, por solicitação do Grupo Municipal proponente, que a Mesa deferiu. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 4**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- A **Recomendação n.º 5**, subscrita pelo Grupo Municipal CDS-PP, a requerimento do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade; -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP, PEV e 2 Deputados Municipais do BE, e 3 abstenções do BE. -----

----- Aprovar o ponto 3, por unanimidade; -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 6**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 7**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 8**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP. -----

----- A **Recomendação n.º 9**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP, a requerimento do BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do BE; -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e CDS-PP, e a abstenção do PEV; -----

----- Aprovar o ponto 3, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 4, por unanimidade. -----

----- A **Recomendação n.º 10**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, a requerimento do PS foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, e votos contra do PS; -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção de 1 Deputado Municipal do PSD; -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do CDS-PP; -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, e votos contra do PS; -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas referir que não achamos que seja esta Assembleia o local para exigir o que quer que seja ao Sr. Ministro. O Sr. Ministro fez afirmações, tem que tirar as consequências das afirmações que fez.” -----

----- Findas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal, feita nos termos do n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;** -----

----- **Ponto 2 - Deliberar sobre a Proposta apresentada pelo BE, conforme o previsto na al. c) do art. 12.º do Regimento da AML, respeitante à Estrutura Ecológica Municipal, Plano Verde para a Cidade de Lisboa, nos respectivos termos;**-----

----- **Ponto 3 - Proposta 508/2006;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 518/2006;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 520/2006;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 521/2006;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 523/2006;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 525/2006;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 526/2006;** -----

----- **Ponto 10 - Proposta 527/2006;** -----

----- **Ponto 11 - Proposta 524/2006;** -----

----- **Ponto 12 - Proposta 542/2006.** -----

----- **Ponto 13 - Proposta 543/2006;** -----

----- **Ponto 14 - Proposta 544/2006;** -----

----- **Ponto 15 - Proposta 545/2006;** -----

----- **Ponto 16 - Proposta 566/2006.** -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACCÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por se dirigir a todos os autarcas presentes, hoje que se passavam justamente 30 anos das primeiras eleições autárquicas democráticas em Portugal, felicitando todos os autarcas de Lisboa nesta data, pelos 30 anos de Poder Local Democrático em que milhares e milhares de autarcas por todo o País, Presidentes de Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, Deputados Municipais, ao longo desse tempo muito contribuíram para o exercício da liberdade, da democracia e da cidadania, mas

também, seguramente, para o desenvolvimento do País, para a qualidade de vida das pessoas e para a justiça social. -----

----- Em particular na Cidade de Lisboa, também por esses 30 anos desejava deixar ali o seu apreço, o seu agradecimento e sinceras felicitações pelo trabalho que foi desenvolvido por milhares de autarcas que já passaram pelas autarquias da cidade. Hoje era um dia importante, era um dia que também merecia ser de reflexão sobre o que foi feito pelo Poder Local em Portugal e na Cidade de Lisboa e pelos novos desafios que tinham pela frente. Desafios desde logo pelo desenvolvimento social, pelo fortalecimento do exercício de liberdade e de cidadania, e com certeza também a prossecução de objectivos que visavam sempre melhorar a qualidade de vida das pessoas. -----

----- Era também tempo de fazer um balanço, um balanço em que, ao longo destes 30 anos e não só num passado recente, por vezes se quisera introduzir na opinião pública uma imagem de que os autarcas, em geral, eram pessoas associadas a má gestão, eram pessoas associadas a processos complicados de gestão, e isso não aceitavam. -----

----- Se alguém teve, e que teve no passado com certeza e poderia eventualmente vir a ter no futuro, alguma coisa a apontar a algum autarca, que o apontasse pelo seu nome e não falasse nos autarcas em geral, porque eles não mereciam isso. -----

----- Disse que os últimos tempos foram um pouco nessa linha, não só em Lisboa mas um pouco por todo o País tentara-se transformar os autarcas, como se de um todo indivisível se tratasse, associados à má gestão, que era uma palavra corrente hoje em dia nalguns órgãos de comunicação social, a uma gestão danosa, a uma gestão por vezes até criminosa. -----

----- Esse clima não era consentâneo com a tranquilidade que todos desejavam para a gestão da Cidade de Lisboa, não era consentâneo com os objectivos de melhoria da qualidade de vida dos lisboetas e, portanto, refutavam totalmente que se estivesse a assistir permanentemente a uma onda de ataque ao Poder Local, como por vezes parecia ser. -----

----- Seguramente não era nesse ambiente que se reviam, e não seria nesse ambiente que trabalhariam em defesa dos valores pelos quais se batiam que eram a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que no período a que dizia respeito esta informação escrita podiam demonstrar ali que muito foi feito, e que efectivamente começava a aparecer o resultado de um esforço que foi começado há pouco mais de um ano e do qual agora se podiam começar a orgulhar. -----

----- Desde logo a preparação que foi feita, a nível dos serviços, a nível dos gabinetes dos Vereadores, a nível da Câmara, para preparar o Orçamento, Orçamento esse que era um instrumento de gestão fundamental para qualquer Câmara, seguramente para a Câmara Municipal de Lisboa assim o era, e congratulava-se por esse trabalho ter sido levado a bom porto porque era da maior importância, de facto, terem documentos como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano prontos para gerir a cidade e poderem prestar um bom serviço aos munícipes. -----

----- Aludindo às principais questões apresentadas no período da informação escrita, disse que merecia um especial realce, do seu ponto de vista, a finalização do processo do Plano Director Municipal, que foi já concluído e apresentado passados que estavam vários anos, e muitos meses de trabalho de muitas equipas pluridisciplinares dos serviços da Câmara, algumas de fora também, mas que com grande esforço, um número enorme de reuniões, de conferências, de *workshops*, de reuniões de trabalho e de publicações que foram feitas, chegara-se, finalmente, a um produto acabado que agora constituía o primeiro passo para uma fase de discussão do PDM. -----

----- Portanto, já havia uma base de trabalho, o PDM estava concluído e isso aprazia-lhes registar. Não era um documento fácil com certeza, tratava-se de uma segunda geração do PDMs em que se pretendia dar um salto qualitativo na gestão da Cidade de Lisboa. Um instrumento de ordenamento do território tão importante como o PDM era em si um documento que, necessariamente, a partir de agora iria ser detalhadamente discutido, analisado e participado com diversas entidades de fora da Câmara também, para que se pudessem todos rever, na medida do possível, nesse instrumento. -----

----- Referiu que era um instrumento em relação ao qual deveria haver a maior convergência possível de pontos de vista, porque ele depois iria ser aplicado, durante vários anos, em Lisboa. Portanto, não era demais realçar o facto do documento estar finalmente pronto, porque era muito importante terem um documento de base de trabalho para, agora sim, poderem discuti-lo e leva-lo por diante, sendo certo que, com a legislação em vigor, seguramente era um processo que ainda decorreria durante muito tempo até à sua aprovação. -----

----- Mas, desejavelmente, tentariam cumprir o cronograma que estabeleceram e que apontava no sentido dele poder ser publicado em 2008. Mas, até lá, tinham um cronograma apertado de tarefas, de etapas a que, obviamente, estavam empenhados em dar o melhor cumprimento possível. -----

----- Disse, ainda, que a proposta de revisão do PDM estabelecia, obviamente, as regras para a utilização, ocupação e transformação do uso do solo em todo o território do concelho, bem como a programação das realizações e investimentos municipais, definia todo o tipo de estrutura espacial do território municipal e constituía uma síntese estratégica de desenvolvimento. -----

----- Esta proposta de revisão do PDM marcava, seguramente, um novo ciclo no planeamento estratégico, uma maior aposta na requalificação urbana, nomeadamente reabilitação do património edificado. Apostava no aumento significativo da população de Lisboa, na valorização da frente ribeirinha, na modernização das infra-estruturas, equipamentos e serviços municipais, mas também, e acima de tudo, na melhoria da qualidade de vida. Os trabalhos preparatórios da revisão do PDM eram hoje uma boa base de trabalho para perspectivar um conjunto de políticas urbanas que conduziriam à revitalização económica e social de Lisboa, tornando-a numa cidade mais atractiva, mais competitiva, moderna, solidária e sustentável. -----

----- Mas, para além desse marco que não podia deixar de merecer uma referência muito especial, este também foi o período em que se fizera a apresentação do projecto

de revitalização da Baixa-Chiado, projecto esse que tem sido bastante discutido e analisado, que neste momento estava já na Assembleia Municipal e que não deixava de ser um marco na vida da Cidade de Lisboa, onde, pela primeira vez, se conseguira reunir um conjunto de ideias sistematizadas associadas a um modelo institucional e um modelo financeiro. O próprio Governo se tem associado ao acompanhamento desse trabalho, e era com alguma expectativa que viam os desenvolvimentos próximos da parte do Governo sobre a adesão a esse projecto. -----

----- E igualmente se desenvolveram outras iniciativas importantes na área da reabilitação urbana, nomeadamente a elaboração e aprovação dos documentos estratégicos da Sociedade de Reabilitação Urbana Oriental, e a elaboração do projecto do espaço público. -----

----- Foram ainda feitos vários processos de intimação em eixos prioritários da cidade, que decorriam a bom ritmo, para a realização de obras de conservação de imóveis. ----

----- E também foram feitas algumas formulações de importantes planos de urbanização, de que destacava o Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente, o PUALZE, que não só foi apresentado como também esteve em exposição, durante algum tempo, no edifício do Teatro Variedades, no Parque Mayer.

----- Por outro lado, foi também dada continuidade a projectos que lhes eram muito caros, como a requalificação dos bairros da Liberdade, Padre Cruz e Boavista. Como sabiam, já havia sido apresentado em Câmara, pela segunda vez, o modelo de viabilidade económica dos mesmos e, portanto, seriam apresentados os projectos no próximo ano. Por isso, estava no bom caminho aquilo que, de ponto de vista da Câmara, configurava aquilo que era uma requalificação urbana que diria integral porque dizia respeito à totalidade dos bairros. -----

----- Também Lisboa foi pioneira na criação das comissões arbitrais municipais, previstas no novo regime do arrendamento urbano. E ainda na área do urbanismo, para imprimir mais celeridade e rigor nos processos de licenciamento, foi lançado um CD interactivo com as regras básicas do mesmo licenciamento. -----

----- Na área social, disse que era importante relembrar que Lisboa integrava, com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Centro Regional de Segurança Social, a Rede Social do Concelho de Lisboa, estrutura de apoio social de bairros, e estava em estudo a constituição de uma rede de cuidados continuados de saúde. Aliás, pretendia-se que a criação do Conselho Local de Acção Social visasse justamente o fortalecimento da política de Acção Social numa perspectiva de rede integrada para valorização dos meios e das disponibilidades existentes. -----

----- Continuando, disse que foi inaugurada na Av. de Roma uma sala de estudo, no Centro Acqua Roma, dedicado aos jovens estudantes do ensino secundário e universitário, que ali poderiam encontrar não só um local de trabalho aberto todos os dias, como também acesso gratuito aos serviços da Internet. -----

----- No que dizia respeito à mobilidade, disse que estiveram empenhados no desenvolvimento, pelo Instituto das Estradas de Portugal, de alguns projectos importantes como o Eixo Norte-Sul e a CRIL. No Eixo Norte-Sul a Câmara esteve envolvida, numa primeira fase, através dos estudos, mas também, numa fase mais

recente, através da expropriação de terrenos, prevendo-se, agora, que o Eixo Norte-Sul, na sua totalidade, pudesse estar concluído em Março ou Abril do próximo ano, o que seguramente iria contribuir para uma melhoria significativa no padrão de circulação rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa e também na cidade. -----

----- Em relação à CRIL, disse que o Governo, finalmente, estaria em condições de lançar o concurso até final do corrente ano, e aí o papel da Câmara Municipal de Lisboa foi determinante, a par, obviamente, do papel de outras autarquias vizinhas, para se chegar àquela que era a melhor solução possível, aquela solução que preservava, desde logo, os direitos e as preocupações dos residentes, as questões patrimoniais, ambientais e paisagísticas. Portanto, parecia-lhe que, desse ponto de vista, poderiam estar satisfeitos com o resultado que foi atingido e esperavam que realmente fosse por diante, definitivamente, a última fase da CRIL, para que, passados que estavam quase 40 anos desde a sua previsão, ela fosse uma realidade, porque tinha também a certeza que iria contribuir, de forma muito significativa, para a melhoria do padrão de circulação rodoviária na Área Metropolitana como também dentro da Cidade de Lisboa. -----

----- Ainda na área da mobilidade, disse que foi dada continuidade a medidas que lhe eram muito caras, como o condicionamento do tráfego dentro da cidade, nomeadamente no Bairro do Castelo com assinalável êxito, e também a participação da Cidade de Lisboa na Semana da Mobilidade Europeia, através de um conjunto de iniciativas que então foram divulgadas e participadas. -----

----- Relativamente ao ambiente urbano, disse que era de realçar a aprovação de uma proposta de estudo para adopção, pela frota municipal, de veículos mais amigos do ambiente, em colaboração com a Lisboa é Nova. E também a recolha selectiva porta-a-porta de papel e cartão, embalagens e vidro, em 17 freguesias. Aliás, era uma área a que davam um incremento muito significativo cada vez que ali analisavam o que foi feito na cidade, prevendo-se que, brevemente, tivessem mais de 50% das freguesias cobertas, e até ao final do próximo ano um número muito substancial de freguesias já servidas. -----

----- Por outro lado, também era de realçar a criação de um novo sistema de deposição colectiva de resíduos, as “ilhas ecológicas”, nos bairros de Marvila e do Beato, como também o prosseguimento dos trabalhos de requalificação da Quinta dos Lilases, cujas obras estavam nesta altura já concluídas. -----

----- No tocante à actividade cultural, disse que era de salientar a melhoria e revitalização da rede de bibliotecas como importante espaço de cultura e cidadania, assinalando a reabertura da Biblioteca de São Lázaro, junto da escola n.º 1. Também a abertura do Centro de Recursos Multicultural; apoio às comunidades de imigrantes que viviam e trabalhavam em Lisboa; o evento cultural chamado “LX Mistura” que foi um sucesso no debate sobre interculturalidade em vários bairros de Lisboa; e o apoio dado a associações e colectividades na área da música, no desporto e na cultura. -----

----- E, a propósito de colectividades, disse que desejava deixar ali uma nota para a celebração dos 60 anos de uma colectividade desportiva importante da cidade, o Clube Oriental de Lisboa. -----

----- No tocante à dinamização do espaço público, também uma medida da maior importância, um projecto pioneiro de acesso à Internet sem fios nos jardins e miradouros de Lisboa, a criação dos chamados “Jardins Digitais”, equipamento que contribuía, decisivamente, para a modernização e atractividade dos espaços públicos da cidade, diria mesmo contribuindo para a sua própria valorização pois para além do lazer e recreio que estava subjacente à sua utilização, era uma iniciativa pioneira que, seguramente, iria contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas que hoje tinham na Internet um instrumento fundamental para trabalho, para investigação, para o seu dia-a-dia. -----

----- Ainda sobre a dinamização do espaço público, referiu as célebres “Noites de São Bento” que, segundo disse, foram também coroadas de êxito, e um conjunto de outras iniciativas como a “Bienal de Arte com Luz”, “LISBOARTE”, o concurso “Lisboa à Letra” e mais uma edição da “ModaLisboa”, para além do concurso gastronómico “Lisboa à Prova” que estava a terminar agora. -----

----- E chamava também a atenção, no que dizia respeito ao fado, dado que amanhã era apresentado o elenco e o filme do Carlos Saura sobre o fado, que estava agora na fase de execução, que foi dada uma contribuição pela Câmara para se adquirir um importante espólio fonográfico para o Museu do Fado, que constituiria, seguramente, não só uma boa notícia para os amantes do fado e para o Museu do Fado, mas também para a própria candidatura do fado a Património não material da Humanidade. -----

----- Por outro lado, neste período promovera-se a realização do Salão Imobiliário 2006, em Lisboa, que superara todas as expectativas da comissão organizadora, ultrapassando largamente no número de expositores, na área de exposição e no número de visitantes a edição do ano anterior. -----

----- Também no apoio à realização de grandes eventos, era de salientar a escolha da Cidade de Lisboa, mediante uma candidatura que foi apresentada e apoiada pela Câmara, como cidade anfitriã da cerimónia do anúncio oficial das Novas 7 Maravilhas do Mundo, que teria lugar no próximo verão de 2007. E também a realização do Campeonato Mundial de Pirotecnia, que trouxera mais de 400.000 espectadores a Lisboa, e ainda o anúncio de terem trazido para Lisboa o Campeonato do Mundo de Triatlo já para o ano de 2008. Portanto, um conjunto de grandes eventos que, seguramente, eram trazidos a Lisboa pelas condições que hoje eram reconhecidas em termos da capacidade de saber organizar e saber acolher bem grandes iniciativas de projecção internacional. -----

----- Em termos do relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia, disse que era de realçar que foram celebrados novos aditamentos aos protocolos de delegação de competências nas Juntas, nas áreas da acção social, criança e educação, desporto, espaço público e espaços verdes, que representavam um reforço das verbas a transferir pela Câmara às Juntas de Freguesia, assim como a regularização de transferências no âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, ainda do mandato anterior. -----

----- Aludiu à questão da modernização administrativa dizendo que era um esforço que estava em curso na Câmara, o desenvolvimento do sistema de informação

integrado, composto pelos subsistemas de gestão urbanística, informação geográfica, portal Internet e gestão documental. O desenvolvimento dos trabalhos da comissão de implementação do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, a elaboração e tratamento da nova informação temática para o *site* da Internet LXM - Lisboa em Mapas, e o prosseguimento da actualização da informação cadastral do Município, recolhendo ao sistema de informação geográfica e à informação do planeamento de gestão urbana. -----

----- Obviamente, neste período houve outras matérias também muito importantes a realçar, desde logo a proposta de criação de Quadro Privativo de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, que vinha colmatar uma insuficiência enorme de mais de mil trabalhadores a recibo verde, que assim viam a sua precaridade de emprego extremamente mitigada face à iniciativa, pioneira também, da Câmara nessa matéria. E igualmente o apoio às condições de trabalho dos trabalhadores da Câmara, com o protocolo que foi feito com os Serviços Sociais para entrar em vigor já no próximo ano, e que iria constituir, seguramente, matéria da maior importância para o dia-a-dia dos trabalhadores e seus familiares. -----

----- Voltando à mobilidade, salientou a importância que foi não só a aprovação dos novos estatutos da EMEL, como também do regulamento do estacionamento à superfície, que, seguramente, iriam contribuir para disciplinar e normalizar a mobilidade do trânsito na Cidade de Lisboa e o estacionamento. -----

----- Portanto, era de realçar que este período estava extremamente enriquecido por um conjunto muito significativo de acções, numa síntese era muito difícil apontar quais as que, eventualmente, se destacariam, mas, para si, destacavam-se, efectivamente, a apresentação da revisão do PDM, a criação do Quadro Privativo de Pessoal da Câmara e o protocolo dos Serviços Sociais. Estas eram, seguramente, iniciativas da maior importância para a cidade, para a Câmara Municipal e para os seus trabalhadores. -----

----- Agora que tinham o Orçamento aprovado, entrariam no próximo período de mandato, no próximo ano de 2007, com a convicção que estavam reforçados no caminho a percorrer para atingir os objectivos, que era fazer cada vez mais e melhor, cumprir as promessas feitas e estar à altura dos desafios que a cidade exigia da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse ia começar com uma satisfação e um lamento. -----

----- Satisfação, por ver que muito do que tem sido a opinião acerca da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, tem sido acolhido pela Assembleia e esta última que foi distribuída já reflectia, de facto, muito daquilo que era a opinião de vários Deputados Municipais, portanto era notória a vontade de melhorar. -----

----- Lamento, porque, infelizmente, viu mais Vereadores da oposição ontem na televisão que hoje nesta reunião da Assembleia Municipal, e era pena que assim acontecesse. -----

----- Passando à informação escrita, disse que havia um primeiro ponto em relação ao qual pensava que estavam todos de parabéns, e que tinha a ver com a recente

aprovação, em Câmara, do Orçamento para o ano de 2007, que com certeza iria permitir estabelecer um conjunto de critérios de rigor e realistas em relação aos tempos que se apresentavam e em relação à actual situação económica da Câmara, e, ao mesmo tempo, era certamente um Orçamento que iria co-responsabilizar e responsabilizar a Câmara por muito daquilo que fazia e ter o equilíbrio entre aquilo que foi prometido e aquilo que era possível fazer. -----

----- Não sabia aquilo que futuramente a oposição poderia dizer, se seria a Câmara que era gastadora, se já estaria a poupar mais e era muito restritiva em relação àquilo que prometera, mas estariam ali para ver qual era a opinião dela na apresentação do Orçamento. E esperavam que com isso tivesse terminado um período de instabilidade de viver com duodécimos e não com orçamentos aprovados. -----

----- Depois tinham a questão do PDM que, ao fim de um conjunto de anos e muito trabalho, foi finalmente apresentada pela Câmara uma primeira versão, que já era do conhecimento dos Vereadores e também de mais gente, e que neste momento estava também em apresentação no PDM. Era um documento importante, para o bem e para o mal apresentava um trabalho sustentado por muita gente e que poderia dar resposta àquilo que eram os novos desafios da Cidade de Lisboa, de uma maneira mais adequada àquilo que eram os tempos actuais. -----

----- Por outro lado, pensava também que a Assembleia Municipal deveria reflectir naquilo que era uma das grandes pechas do PDM, que não tinha a ver com o que era a actividade da Câmara Municipal de Lisboa, mas sim com todo um processo legislativo que existia que levava a que a construção do PDM demorasse um conjunto de anos infinito, e que muitas vezes os trabalhos que estavam no seu início já pouco tinham a ver com aqueles que estavam no fim. Decorriam da aplicação da lei, e entendia que todos os partidos deveriam contribuir, em sede própria, no sentido de tentar melhorar essa legislação para que a constituição dos PDMs fosse um processo mais rápido. -----

----- Um outro projecto que importava relevar no período da informação escrita era, segundo disse, a revitalização da Baixa-Chiado, projecto que, apresentado pelo Comissariado da Baixa-Chiado, resultava, inequivocamente, daquilo que era a vontade do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues, porque esse projecto a ele se devia, à sua iniciativa e à sua vontade de com ele avançar. Tinham a certeza que esse seria o primeiro de muitos projectos que demonstravam como era que deveria ser pensada Lisboa, de uma maneira sustentada, de uma maneira equilibrada, e não com decisões tomadas momentaneamente e caso a caso. ---

----- Disse que não tinha dúvidas que a descida do plano da Baixa-Chiado à Assembleia Municipal seria enriquecedora por aquilo que eram os trabalhos nas Comissões, e aí todos poderiam dar a sua opinião. Também a apresentação do plano da Baixa-Chiado lhes dava a certeza de que a crítica que nada estava a ser feito esbarrava nesse tipo de actividades, porque se nada estava a ser feito então dificilmente sabiam o que era isso. -----

----- Mas se esses eram grandes projectos, havia outros que também não podia deixar de ter em conta. A elaboração da Carta Educativa, que permitia uma redefinição da

rede de equipamento escolar, era um ponto e relevar. A constituição da Rede Social de Lisboa, já referida também pelo Sr. Presidente da Câmara, em que se conseguira um acordo com a Misericórdia de Lisboa e o Centro Regional de Segurança Social, era também importantíssimo para todos aqueles que se preocupavam com a questão dos cuidados continuados e toda uma geração que precisava cada vez mais desse tipo de cuidados. Eventos como o Mundial de Pirotecnia, o Lisboa-Dakar ou a decisão do Campeonato Europeu de Triatlo, em 2008, ser em Lisboa, levariam certamente Lisboa para aquilo que era a ribalta internacional. E também o projecto “Jardins Digitais” merecia o aplauso do PSD, já que contribuiria para dinamizar muitas zonas da cidade, dando-lhes novas dinâmicas e novas ocupações. -----

----- Referiu que muitos eram os exemplos da vontade e capacidade de fazer da equipa liderada pelo Presidente da Câmara, e com esta informação escrita pensava que acabavam bem o ano de 2006, mas, mais importante que isso, era que estavam em condições de dizer que 2007 seria ainda melhor. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ficaram a saber, pela informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, que um dos factos mais relevantes foi ter-se conseguido para Lisboa a realização do Festival Internacional de Pirotecnia, o que deixava explicada a razão por que às vezes havia ali muito fogo de artifício, como viram há pouco quando o Deputado Municipal Jorge Penedo se referira à ausência dos Vereadores da oposição nesta reunião da Assembleia Municipal depois de ontem terem estado todos num debate televisivo. Mas ontem era um debate, e hoje, ali, eles não tinham direito ao uso da palavra para explicar as políticas da Câmara, porque eram da oposição. Quem tinha que estar ali eram os Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores da maioria, e mandava a justiça que se dissesse que ultimamente o Sr. Presidente da Câmara tinha estado presente, coisa que não acontecera nos primeiros seis/oito meses do mandato. -----

----- Disse, depois, que faltava uma coisa na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, concretamente a informação económico/financeira sobre a situação da Câmara, que era obrigatório, por lei, acompanhar todas as informações escritas, pelo que lhe pedia que na próxima informação que apresentasse a mandasse também. Já sabiam que não seriam boas notícias com certeza, mas era importante que elas fossem dadas nas informações escritas para que a Assembleia Municipal, no seu papel fiscalizador do trabalho da Câmara, pudesse estar sempre ciente da visão da situação económico/financeira da Câmara e das dificuldades, ou não dificuldades, que pudessem existir. -----

----- Sabia-se que a não apresentação da situação económico/financeira hoje não era tão grave porque na próxima semana teriam ali o debate do Orçamento, mas, porque era um imperativo legal, pedia que o Sr. Presidente da Câmara não se esquecesse a partir de agora, porque até aqui esquecera-se sempre. -----

----- Continuando, disse que estava com alguma expectativa de ouvir o Sr. Presidente da Câmara anunciar ali, hoje, a revogação da decisão, recentemente tomada na Câmara, sobre o loteamento para os terrenos da Fábrica Nacional de Sabões, em

Marvila. Estava à espera porque surgiram informações na comunicação social, mas ficara sem saber se iria ou não acontecer. Ainda estava a tempo de lhes dizer alguma coisa sobre isso, porque, se o fizesse, estava a reconhecer o erro e quando se reconhecia o erro também se estava no bom caminho. Se assim fosse, ficava contente e tinha que o elogiar porque soubera emendar a mão e isso seria positivo. -----

----- Mas desejava lembrar que na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara faltavam muitas informações sobre questões concretas que tinham a ver com o dia-a-dia dos lisboetas, e essas eram as questões essenciais que os deveriam preocupar. -----

----- Por exemplo, referia-se que foram pintados muitos corredores BUS, e ainda bem, mas os novos corredores que estavam em lista de espera há mais de um ano, não obstante a Carris já os ter solicitado à Câmara, como, aliás, o próprio PS já ali apresentara moções sobre essa questão? O Sr. Presidente tinha uma oportunidade para os informar sobre essa matéria, que com certeza seria muito útil. -----

----- Referiu que foi dito há pouco que a aprovação do Orçamento na Câmara Municipal iria permitir governar sem duodécimos, o que daria outra margem de manobra de execução à Câmara Municipal. E, sobre essa matéria, desejava dizer que, no entender do PS, foi um mau Orçamento aquele que foi aprovado na Câmara, só possível, de facto, porque uma Vereadora, que não se sabia bem se era da situação ou da oposição, permitira a aprovação com um juízo de valor muito negativo, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara já não teria mais nenhum álibi para governar a cidade até ao fim do mandato. Nisso o PS estava de acordo, não tinha mais nenhum álibi, mas o que esperavam era que a Câmara pudesse apresentar, a partir de agora, um trabalho melhor para a cidade de Lisboa do que aquele que apresentara até ao momento. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia resumir a intervenção que tinha preparada, para não bater muito como lhe foi pedido em aparte, começando então por referir que, nesta informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, queriam salientar a imaginação de quem conseguia afirmar que entraram, ou entrariam, não se sabia bem, num novo ciclo de planeamento estratégico, numa nova visão estratégica para Lisboa, com quatro eixos que podiam ser bons se funcionassem, como a Lisboa Cidade de Bairros, a Cidade de Empreendedores, a Cidade de Culturas e a Cidade de Modernidade e Inovação. Tudo isso com um horizonte temporal situado em 2112. Isto situado logo na primeira página da introdução à informação escrita. -----

----- Mas, infelizmente para a Câmara, não estavam em tempo favorável para futurologias. Afinal, estavam no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, informação escrita do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, sobre actividades compreendidas no período de 1 de Setembro a 15 de Novembro, e o Sr. Presidente da Câmara, se falasse verdadeiramente disso na sua introdução, só poderia acrescentar desastres aos desastres já conhecidos e mais antigos. -----

----- Desde logo, a novela trágica e cómica dos terrenos da antiga Fábrica de Sabões, em Marvila. Não sabiam ainda quem lavaria mais branco ou mais negro, se o Governo ou a Câmara, mas sabiam que a maioria simples do PSD aprovara um projecto

urbanístico da Lis Marvila, do Grupo Obriverca, com 111.000 m2 de área de intervenção, e a construção de 162.000 m2 sem plano de pormenor, em clara violação do PDM e com impacto futuro – talvez futurista, quem sabe – na terceira travessia do Tejo e linha rodoviária de alta velocidade. O Governo da República não tomara medidas preventivas que salvaguardassem o interesse público, e isso teria impedido a Câmara, em matéria de razões de facto e de Direito, citou: “de fundamentar o indeferimento do projecto urbanístico”. Outra coisa seria a Câmara exigir uma clarificação da situação por parte do Governo, antes de levar a proposta à reunião do Executivo. -----

----- Porém, só interessava negociar quando se tratava da transferência do IPO para outro lado qualquer, que afinal podia ser Loures ou Oeiras, tanto fazia, porque aí os prejudicados seriam os doentes e as suas famílias. -----

----- Entretanto, o PCP já requirera a nulidade da deliberação camarária que aprovara o loteamento, talvez por isso e pelo escândalo público em que tudo se transformara, vinha agora a Sra. Vereadora Gabriela Seara declarar que a autarquia poderia revogar a autorização do projecto de loteamento, através de uma proposta a apresentar em Sessão de Câmara, com o fundamento da existência de um parecer negativo, da CCDR, emitido em final de 2005, que era vinculativo. Haveria uma identificação errada do documento na Câmara? ... -----

----- O Diário de Notícias explicava, hoje, que o acto anulável na Câmara poderia não extinguir eventuais direitos do promotor, e, segundo o PCP, a anulação teria de ser de decisão do Ministério Público do Tribunal Administrativo Fiscal de Lisboa, entidade a que recorrerá. -----

----- Disse, ainda, que o Grupo Municipal do PCP também não poderia felicitar o Sr. Presidente da Câmara por esse altíssimo feito da Câmara Municipal de Lisboa ser a primeira autarquia do País a criar um quadro duplo de trabalhadores, ou seja, essa descoberta magnífica da civilização do século XIX ou do século XVIII, ou da idade média quem sabe, que era o regime de contrato individual de trabalho para os cerca de 1.600 trabalhadores com vínculo precário na Câmara. O Código Laboral, da direita e do PS, estava no seu esplendor num processo apressado para tentar ocultar a proposta que os Vereadores do PCP apresentaram, que foi rejeitada pelo PSD, para integrar, directa e objectivamente, esses trabalhadores no quadro da Câmara Municipal, sem instabilizar ainda mais a vida profissional de quem deu e dava ao Município o melhor dos seus saberes e dedicação, sem extinção atribiliária de 43 carreiras profissionais, por exemplo em áreas em que as estruturas dos serviços estavam a pedir mais trabalhadores. Sem a marginalização, bem escusada, do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, sem problemas futuros nos concursos de promoção, que ficavam agora numa nublosa interessante apenas para quem dava o aval, ligeiro e sorridente, ao pacote laboral e à política antifunção pública que provocaria mais desemprego também em Lisboa. -----

----- Passando a outras questões que também queriam deixar à consideração da Câmara, disse que gostariam de saber o que se passava acerca do excelente relacionamento do Sr. Presidente da Câmara com o Ministério da Saúde, em matérias

tão sensíveis como a possível deslocalização do Instituto de Oncologia sabia-se lá para onde, e o projecto do Hospital de Todos-os-Santos e de todos os anos que hão-de vir na sua falta e na sombra que se projectava, e projectaria, no desaparecimento de outros hospitais de Lisboa, esses sim existentes nos locais que todos conheciam e que eram acessíveis, sobretudo, a uma população envelhecida e pobre. O PCP preferia que o silêncio que professavam em relação a esses desaparecimentos perigosos para a saúde de Lisboa, não tivesse contrapartidas em negócios nos terrenos actuais do IPO. Mas ver-se-ia! -----

----- Pediam, ainda, que Câmara se pronuncia-se sobre as seguintes questões, e as explicasse: -----

----- A venda de património e terreno no Alto dos Moinhos, Benfica, Olaias, Palácio do Marquês de Tancos e Palácio na Calçada do Combro; -----

----- A autorização de venda de terrenos da EPUL em Telheiras. Sempre essa sacrossanta EPUL a aparecer onde não devia; -----

----- O projecto imobiliário da antiga Quinta do Mineiro, com a passagem de 142 fogos T3 e T4 inicialmente deferidos, para 459 fogos T0 e T1. -----

----- O caso das bibliotecas municipais que iam fechar num dia em que tinham grande procura na cidade, tudo para poupar em horas extraordinárias, numa visão cultural rasgada e de futuro garantido para a solução da enorme dívida da Câmara. -----

----- E, finalmente, que respostas mereciam as questões levantadas depois de visitas a 18 escolas de Lisboa, por Vereadores e Deputados Municipais e eleitos do PCP nas freguesias, entre 10 de Outubro e 3 de Novembro. Em recente Sessão Pública de Câmara, os Vereadores do PCP apresentaram um requerimento que noticiava a degradação de instalações, a falta de manutenção e conservação periódica, a falta de espaços apropriados, a falta de pessoal auxiliar, problemas relacionados com as actividades de enriquecimento curricular e a contratação de empresas para a formação de equipas de monitores. E, nesta área, o caso mais gritante prendia-se com a empresa Clava de Soft, que contratara animadores de outras áreas artísticas para darem aulas de música ao mesmo tempo que recomendava a tais monitores que nunca dissessem que não percebiam nada de música, que utilizassem um CD em situações mais delicadas inultrapassáveis nessa missão de enganar as crianças de 38 escolas de Lisboa. -----

----- O PCP lamentava que essas matérias do enriquecimento educativo se tivessem transformado em anedotas caídas no domínio público, mas era assim a vida escolar de Lisboa, sob o comando directo do Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto. -----

----- Disse que receberam documentação da Associação de Pais e Encarregados de Educação da escola do 1º ciclo n.º 33 e jardim-de-infância n.º 2, do Campo Grande, acerca da queda de uma criança do primeiro andar da escola e da falta de condições de segurança do edifício, documentação essa que continha o levantamento de necessidades e de medidas que foram colocadas à consideração da Câmara Municipal, e gostariam de saber quais as decisões que a Câmara tomara, ou ia tomar, sobre esse assunto. -----

----- Terminou referindo que mais não diziam porque a intervenção já ia longa, era altura de Natal e de dar as boas-festas a todos, neste espírito de que precisavam para discutir o pouco que era feito e o muito que devia aparecer, mas que tardava. Tardava tanto, nesta Lisboa de outras eras e de visões futuristas e nunca realizadas, até um dia decisivo que haveria de vir para salvar Carmona Rodrigues da embrulhada em que se metera, de coligações que não eram e que se desfaziam e refaziam a cada passo, e de situações mais pesadas de que não conseguia sair. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que ia iniciar a sua intervenção com um elogio público às qualidades do Sr. Presidente da Câmara, pela grande capacidade para surpreender que ainda tinha na sua acção política de governação da Cidade de Lisboa. Dizia-se que a capacidade de surpreender se perdia com o avançar da idade, mas o Sr. Presidente da Câmara era a prova viva de que isso não acontecia no seu caso. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara já tinha surpreendido muita gente quando, na anterior campanha eleitoral em que se fizera a discussão e avaliação daquilo que foi papel da Câmara Municipal anterior, conseguira passar, para muitos, como se nunca tivesse feito parte do Executivo, o que fizera com que muita gente, provavelmente enganada, tivesse votado nesta Câmara Municipal reconhecendo essa capacidade de moldar a realidade por parte do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara veio agora surpreender todos os Deputados Municipais, quando ontem, em pleno debate na televisão, se afirmara como sendo o maior defensor da democracia participativa na cidade. Isso era, realmente, uma surpresa completa! -----

----- Recordavam-se, com certeza, que o Sr. Presidente da Câmara, no anterior mandato, foi o responsável pela instalação e pôr em funcionamento o Conselho Participativo da Cidade de Lisboa, mas esse Conselho Participativo nunca viu a luz do dia, nunca fizera uma reunião, nunca houve qualquer proposta à Assembleia Municipal para a sua instalação. E também viram que já neste mandato, por várias vezes se tentara propor que a Câmara e a Assembleia Municipal pusessem em marcha a instalação de um Fórum da Cidade que permitisse a contribuição directa de organizações de cidadãos, nomeadamente no processo de debate e de reflexão sobre a revisão do PDM. -----

----- O facto era que essa questão já veio várias vezes à Assembleia Municipal, o PSD também várias vezes rejeitara a possibilidade de se avançar com a instalação do Fórum da Cidade, e depois viram ontem o Sr. Presidente da Câmara, com a maior das tranquilidades, surpreendê-los com aquela manifestação de atitude a favor da democracia participativa. Realmente o Sr. Presidente da Câmara surpreendia tudo e todos. Parabéns! -----

----- Só que essas surpresas não se estendiam apenas àquilo que o Sr. Presidente da Câmara dizia que fazia, mas não fazia. Elas estendiam-se, também, àquilo que o Sr. Presidente fez mas não dizia que fez nesta informação escrita. O Sr. Presidente da Câmara já teve oportunidade, na sua própria intervenção, para dizer, por exemplo, que a Câmara, embora não viesse na informação escrita, fez aprovar o Regulamento de

Estacionamento Municipal. De facto, isso foi aprovado pela Assembleia Municipal mas sobre isso não vinha uma única linha na informação escrita. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara, que não só surpreendia pela sua capacidade de tranquilamente dizer coisas que não fazia mas dizia que fazia, também surpreendia pelas omissões daquilo que se passava na Assembleia Municipal porque quanto a elas não dizia nada. -----

----- Por exemplo, no dia 9 de Setembro entrara em execução uma reestruturação da rede da Carris, que afectara milhares e milhares de pessoas em Lisboa, mas relativamente a isso não se dizia uma única palavra na informação escrita. No entanto, a própria Câmara Municipal adoptara uma posição contrária a essa reestruturação. Quase diria mesmo que o Sr. Presidente da Câmara nem era bom para si próprio, porque quando devia puxar por uma situação relativamente à qual houve uma posição unânime do Executivo contra a reestruturação da Carris e devia também dizer o que era que a Câmara estava a fazer para corrigir as coisas que foram mal feitas nesse processo, sobre isso nada dizia. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara afirmava na informação escrita que um dos grandes aspectos positivos do período em análise, foi a apresentação do plano de requalificação da Baixa-Chiado, e, quanto a essa questão, desejava recordar ao Sr. Presidente da Câmara que se não fosse por proposta do BE nomeadamente, e de outros Grupos Municipais, a esta hora já tinham o plano de reestruturação da Baixa-Chiado, não em processo de discussão e de reflexão alargada publicamente, mas já o teriam aprovado na Assembleia Municipal, porque era essa a intenção da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto e do PSD, quando chegaram à Assembleia Municipal já com a proposta para ela ser aprovada, sem quaisquer discussão por parte dos cidadãos de Lisboa, e mesmo por parte dos partidos com representação municipal.

----- E isso só não acontecera porque houve uma intervenção forte na Assembleia chamando a atenção daquilo que o Sr. Presidente da Câmara foi dizer para a televisão, que era um grande adepto da democracia participativa, porque senão seria grosseiramente violada essa proposta de reestruturação da Baixa-Chiado que nem mesmo teria tido oportunidade de ser discutida pelos próprios Grupos Municipais. Aliás, o método usado pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto era um método que, do ponto de vista da democracia participativa, era o mais antiparticipativo que existia, já que o método escolhido foi apresentar publicamente, no dia 22 de Setembro, essa proposta de reestruturação da Baixa-Chiado antes de ser apresentada à Assembleia Municipal ou sequer à Comissão Permanente de Urbanismo. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara invocava um perfil democrático no sentido da participação, com que, aliás, terminava o último período da informação escrita, que não tinha rigorosamente nada a ver com aquilo que vinha sendo feito pela Câmara, nomeadamente no período entre 1 de Setembro e 15 de Novembro. -----

----- Relativamente às propostas referidas na informação escrita, disse que queria deixar apenas o testemunho de uma posição que era polémica, e o Sr. Presidente da Câmara sabia que o era, e que tinha a ver com a posição que a Câmara Municipal de Lisboa adoptara, em conjunto com as Câmaras Municipais da Amadora e de Odivelas,

relativamente ao último troço para o fecho da CRIL. O Sr. Presidente da Câmara sabia que a esse respeito existiam vários movimentos de cidadãos na Cidade de Lisboa, como nas cidades da Amadora e Odivelas, que estavam contra a última solução que o Instituto das Estradas de Portugal apresentara para esse troço, como sabia também que essa solução continuava a não merecer o apoio e a concordância de vários movimentos e vários grupos de cidadãos. -----

----- Por outro lado, com a parte final do troço que faltava construir, na zona de Alfovelos, a população de Alfovelos iria ficar emparedada se a solução técnica não fosse uma solução em túnel. Aliás, aí como na parte inicial desse troço que faltava construir. -----

----- Por isso, esperava que o Sr. Presidente da Câmara, em nome da democracia participativa, viesse ali dizer que estaria ao lado dos moradores das zonas da Damaia, da Buraca, de Benfca e de Alfovelos para que a solução da CRIL fosse aquela que mais minimizava os efeitos negativos que uma circular desse tipo não deixaria de ter nessas zonas. Mas esperava também que o Sr. Presidente da Câmara ainda fosse a tempo de, pelo menos, ser capaz de discutir com os moradores dessas zonas as melhores soluções para que isso não viesse a acontecer. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que, em primeiro lugar, não podia deixar de dar os seus sinceros parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, porque aquilo que se passara ontem na televisão, no programa “Prós e Contras”, não podia, de maneira nenhuma, ser ignorado, principalmente ser ignorado pela Assembleia Municipal de Lisboa, já que todos, uns presencialmente e outros pela televisão, atentamente assistiram a esse debate, e com certeza que também todos chegaram à mesma conclusão, isto é, que o Sr. Presidente da Câmara teve um comportamento exemplar. -----

----- E aquelas acusações, muitas vezes ali emanadas da oposição, nomeadamente por alguns Deputados Municipais do PS, do PCP e também do BE, sobre falta de capacidade, falta de liderança e falta de realização, era evidente que caíram pela base ao verificar-se aquilo que se passara ontem. De um lado, um amorfismo, uma incapacidade, uma falta de conhecimento de praticamente todos os *dossiers*, um exagero, muita demagogia e alguma mentira, e do outro lado uma posição calma, firme, consistente e permanente, naturalmente a dominar os *dossiers* e a demonstrar, ao contrário do que muita comunicação social vinha fazendo ao longo deste ano, através daquilo que eram os relatos da Assembleia, onde tomavam evidente relevância algumas observações, às vezes completamente fora do contexto, nomeadamente pelo BE, e onde aquilo que era produzido pelo Executivo era completamente deixado de parte. -----

----- Mas lembrava outro momento importante, em que também o Sr. Presidente da Câmara foi protagonista, concretamente o debate sobre o Estado da Cidade, onde também se verificara, de facto, aquilo que tem sido o trabalho difícil, nunca satisfatório e nunca conseguido, do Executivo municipal relativamente à cidade. Era natural que houvesse sempre queixas, era natural que nunca se conseguissem obter os objectivos a que se propuseram porque eram sempre mais idealistas que aquilo que

conseguiam ser, mas tinham que reconhecer que o conjunto de homens e mulheres que constituíam o Executivo que governava a Câmara, têm feito um trabalho exemplar no sentido de resolver os principais problemas que se colocavam à cidade. --

----- Esta informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, referente aos últimos três meses, era disso um exemplo significativo. Melhorara muito aquilo que era a sua apresentação, já tinha sido diferente no último trimestre, mas neste melhorara mais, já era mais perceptível, já se compreendia quais tinham sido as principais acções desenvolvidas pela Câmara. Mas pensava que a Câmara ainda podia conseguir melhor desenvolvendo um trabalho, em termos de apresentação à Assembleia, onde mais significativamente fosse realçado aquilo que eram as acções desenvolvidas pela Câmara no sentido, também, do próprio programa que a maioria propôs ao eleitorado. Portanto, podiam melhorar mas estavam no caminho certo. -----

----- E aqueles que se queixavam que as informações escritas eram maçadas, sendo elas iguais às do mandato anterior e de todos os mandatos que o antecederam, agora tinham que reconhecer que havia uma valorização. Mas gostava de ter ouvido alguém da oposição dizer isso, dizer que havia uma valorização, nomeadamente no sentido de melhor informar aquilo que a Câmara estava a desenvolver, de acordo com o que eram os seus objectivos prioritários relativamente aos eixos fundamentais em que a Câmara assentara o seu programa. Isso era bonito que fosse reconhecido pela oposição, mas nunca ouvira dos membros do PS, do PCP ou mesmo do BE, uma palavra de reconhecimento de que a informação escrita estava a melhorar. -----

----- Portanto, a Câmara estava no bom caminho. Não ia ali relatar, exaustivamente, todo o trabalho desenvolvido – que estava na informação – ao longo destes três meses, apenas salientava aquilo que para si tinha uma importância fundamental que era o contínuo trabalho na área do planeamento. De facto, verificavam – e estava na Assembleia Municipal, tal como o Deputado Municipal Henrique de Freitas, há muitos anos – que durante os mandatos do Dr. Jorge Sampaio, nomeadamente o primeiro, houve um esforço muito grande para realizar trabalho na área do planeamento: na área do Plano Estratégico, na área do PDM e planos de pormenor. Mas tirando o PDM, que tinha os defeitos que agora lhe reconheciam, e quantas vezes ouvia o Deputado Municipal Silva Dias, que era um *expert* na matéria, a queixar-se desses mesmos defeitos, nomeadamente em termos regulamentares, tirando esse, como dizia, praticamente todos os outros ficaram nas normas provisórias. -----

----- E para que serviram as normas provisórias? Para adular a Av. da Liberdade, a Av. da República, para aquele plano de pormenor na Lapa que foi apenas para servir o interesse de uma entidade bancária que queria ali construir a sua sede, era um mini-quarteirão onde era preciso resolver o problema, mas esse e os outros planos de pormenor não chegaram nunca a ver a luz do dia. -----

----- Mas de uma forma consistente, de uma forma planeada, de uma forma permanente, este Executivo tinha vindo a desenvolver trabalho nessa área. Sabiam que isso era complicado, ontem o Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade de dizer isso na televisão. Um plano de pormenor demorava sete/oito anos a ser aprovado, o que era, de facto, irrealista! Por isso deviam todos, nomeadamente o PS e

o PSD, tentar encontrar uma forma, sem desvirtualizar aquilo que eram as necessidades e as cautelas que tinham que ser postas em tudo aquilo que era planeamento, para conseguir que esses prazos fossem mais céleres, que fossem mais curtos, de forma a que um plano de pormenor não deixasse de ser realista quando chegasse à sua aprovação, porque ao fim de sete/oito anos já não seria aquilo que interessava à cidade porque se evoluíra noutro sentido. -----

----- Por outro lado, também era preciso reconhecer o magnífico trabalho que tinha vindo a ser feito, em matéria de apresentações pela equipa responsável, em relação à revisão do Plano Director Municipal, e reconhecer, com algumas críticas que naturalmente todos podiam dar, que, efectivamente, havia uma evolução, por parte da equipa responsável, em relação a essa revisão. Era um plano de vanguarda, um plano que não era estático, um plano dinâmico baseado em estudos muito profundos nas mais variadas áreas, através dos mais competentes interpretes dessas áreas. -----

----- Portanto, era um trabalho exaustivo, um trabalho permanente, mas, felizmente, o povo português ontem teve oportunidade, ao contrário do que tem sido a voz mediática que tinha vindo a lume no último ano e do que ali foi dito pela oposição, de verificar que a Câmara Municipal de Lisboa estava a trabalhar. -----

----- Por fim, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que pelo debate de ontem na televisão, pelo debate sobre o Estado da Cidade e por aquilo que tinha vindo a fazer com a equipa que liderava no Executivo municipal, em nome do PSD, e julgaria que em nome e dos cidadãos de Lisboa, dava-lhe os seus sinceros parabéns. --

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra, disse que queria referir duas pequenas notas relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e à sua alocução para apresentação da mesma. -----

----- Antes, porém, desejava abordar uma matéria que já foi recorrente na Assembleia, que era continuar-se a quantificar as faltas dos Vereadores, que agora apareciam na televisão mas não estavam na Assembleia Municipal, etc. Recordou que já disse na última reunião da Assembleia Municipal, e a lei assim o referia, que a única presença obrigatória nas Sessões da Assembleia Municipal era a do Presidente da Câmara, que, quando não podia, delegava no seu substituto. Era assim que a lei dizia! Nem os Vereadores com Pelouros tinham que estar, obrigatoriamente, presentes. Mas era um facto que se continuava a quantificar quem esteve ou quem não esteve, quem estava ou quem não estava, e ontem na televisão estavam todos, hoje na reunião já não estavam! -----

----- Enfim, achava que não havia necessidade nenhuma disso, porque pensava que, acima de tudo, uns mais outros menos todos tinham telhados de vidro. Como alguns já ali referiram o tempo que tinham de Assembleia Municipal, ele também estava na Assembleia desde 1985, ainda no tempo do malogrado Presidente Abecasis, e recordava-se que já nessa altura se quantificava as faltas dos Vereadores. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, falara do relacionamento com as Juntas de Freguesia e dos protocolos, e era pela questão do relacionamento que começava para lembrar que, no mandato anterior, o Dr. Pedro

Santana Lopes fizera uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia, no Palácio da Mitra, em que lhes disse que todas as actividades da Câmara, feitas no território de cada uma das freguesias, seria dado conhecimento atempado às respectivas Juntas. Mas o que efectivamente se notava era que muitas das vezes tinham conhecimento de algo que se passara nas freguesias pela informação escrita. Não havia informação dos serviços, não havia informação dos Vereadores, e o Sr. Presidente da Câmara tinha que entender esta crítica como uma tentativa de melhoria para o relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no sentido de que qualquer coisa que se passasse nas freguesias as Juntas atempadamente tivessem conhecimento daquilo que se iria passar. Isso não custaria assim tanto e com certeza esse relacionamento seria mais profícuo para ambas as partes, até porque com certeza os Presidentes de Junta não importunariam tanto os Vereadores a fazer perguntas disto, daquilo ou de aqueloutro. -----

----- Sobre os protocolos de delegação de competências, disse que eles tiveram o seu início no tempo do Dr. Jorge Sampaio, que ao contrário do que o Deputado Municipal Victor Gonçalves disse não planeara só, também fizera outras coisas em prol da descentralização, foi o pioneiro em matéria de descentralização para as Juntas de Freguesia e os Presidentes que se seguiram tiveram também essa vontade de aprofundar os protocolos, mas havia uma coisa que queria que o Sr. Presidente da Câmara soubesse: era que as Juntas assinavam os protocolos com a Câmara Municipal de Lisboa de boa-fé, assinavam-nos no sentido de agilizar processos que muitas das vezes na Câmara demoravam mais a ser resolvidos, mas era um facto que estavam no dia 12 de Dezembro – e a situação financeira era presentemente tão grave para a Câmara como para a Juntas de Freguesia – e tinham protocolos assinados relativamente aos quais havia Juntas de Freguesia que ainda não receberam, nomeadamente o relativo ao apoio à família. -----

----- As Juntas de Freguesia estavam a substituir-se à Câmara Municipal de Lisboa desde o início do ano lectivo na questão do apoio à família, portanto eram os orçamentos das Juntas que estavam a suportar esse protocolo que assinaram com a Câmara. A informação que tinha, e havia ali Presidentes de Junta que poderiam confirmar isso, era que só iriam receber essa verba a partir de Janeiro do próximo ano, quando, desde o início do ano lectivo, as Juntas de Freguesia vinham suportando esse encargo. -----

----- Disse, ainda, que assinaram há pouco, pensava que todos os Presidentes de Junta, um aditamento ao protocolo para a acção Praia-Campo Infância, acção essa para a qual todas as Juntas fizeram concursos para os autocarros levarem as crianças à Praia-Campo, todas já pagaram aos concessionários que ganharam esses concursos, mas só hoje assinaram o protocolo desse aditamento com o Vereador da Acção Social, que, aliás, lhes referira que a Câmara se tinha esquecido e lhes pediu para fazerem o concurso para o aluguer das camionetas. Foi-lhes dito, nessa altura, que o dinheiro chegaria antes do concurso ser efectuado, mas como só hoje assinaram o aditamento esperavam que esse dinheiro ainda chegasse às Juntas no ano económico de 2006. -----

----- Portanto, apenas pretendia lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que as Juntas de Freguesia estavam sempre disponíveis para aceitar as delegações de competências dentro das regras que a Câmara e as Juntas entendessem celebrar de boa-fé, mas era um facto que não bastava só assinar papeis, eram precisos meios financeiros. E nestes casos concretos que acabara de referir, e podia, segundo pensava, falar em nome dos outros 52 Presidentes de Junta de Freguesia ... -----

----- A um aparte respondeu: “Não posso falar pelos outros 52 Presidentes de Junta? Então ainda é mais grave, caros colegas, se calhar alguns já receberam e outros não! É que a Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais ainda não recebeu do protocolo para o apoio à família, do protocolo para a Praia-Campo Infância e ainda não recebeu também o dinheiro do relvado sintético do Centro de Cultura e Desporto de Olivais Sul, que já vem do mandato anterior”. -----

----- Por isso, disse a terminar, se outras Juntas já receberam essas verbas todas só tinha que as saudar porque não tinham problemas para fechar as contas de 2006, enquanto ele na sua Junta tinha porque não sabia se iria receber esse dinheiro. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que no tocante à informação escrita desejava informar o Sr. Presidente da Câmara que as obras em Alfama estavam paradas, umas há largos meses, outras há anos, e aquilo que se ouvia falar no bairro era que os empreiteiros abandonavam as obras por falta de pagamento da Câmara, pelo que o que tinham no bairro agora era muitos estaleiros, muitos andaimes e o descontentamento dos moradores e comerciantes era cada vez maior. Aliás, da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara constava uma série de obras que deviam estar a andar e não estavam, e por isso era que às vezes dava consigo a pensar como é que era possível dizer-se determinadas coisas quando neste caso as pessoas estavam lá e sabiam que as obras estavam paradas. Não haveria ninguém na Câmara que informasse o Sr. Presidente que as obras não estavam a andar? É que, pelo menos, deveria informar-se a razão por que estavam paradas! -----

----- Por outro, também a informação às Juntas de Freguesias deixava muito a desejar, pois apesar de terem um Vereador com essa função não eram informadas de nada, nem quando as coisas estavam a andar, nem quando as coisas paravam, nem quando havia qualquer intervenção na área de cada uma delas, porque as coisas terminavam, as pessoas iam perguntar-lhes e não sabiam responder justamente porque não eram informados de nada. Parecia até que não foram eleitos pelos moradores, que não foram eleitos tal qual o Sr. Presidente para a Câmara. -----

----- Disse, depois, que gostava de saber se avançava ou não avançava a construção da creche, no Beco do Loureiro. Já várias vezes colocara a questão e já estava por tudo: ou no Beco do Loureiro ou noutra sítio qualquer, o que queriam era uma creche pois tinham crianças a precisar urgentemente dela, já que a creche que existia não tinha capacidade para tanta criança. Havia alguém que dizia que Alfama estava a morrer, mas isso era mentira, Alfama não estava a morrer, o que precisava era de ser bem tratada. Portanto, havia um projecto já aprovado mas que não andava e desejava saber se havia ou não intenção de avançar com ele, porque também já ouvira dizer que para

a Câmara, pelo menos no último ano, a construção da creche era uma prioridade o que era mentira porque ela não andava nem desandava, continuavam à espera dela e as crianças mereciam ter uma creche com dignidade. -----

----- Passando a outro assunto, disse que os abatimentos na via pública, devido às chuvas que têm ocorrido, não eram só na sua freguesia mas em toda a cidade, mas na sua freguesia tinha abatimentos que estavam há meses à espera de ser resolvidos. Tinham um projecto para reparação dos passeios mas não tinham protocolo para reparação de um abatimento na via pública, por isso a Câmara tinha que intervir. -----

----- Referindo-se ao condicionamento do trânsito em Alfama, disse que continuavam com os mesmos problemas do costume: falta de fiscalização, o próprio sistema estava sempre avariado, o regulamento existente era levado à prática pelos elementos da EMEL a seu bel-prazer porque se hoje gostavam de um deixavam entrar, se amanhã não gostavam de outro não deixavam entrar, e os conflitos com os moradores eram muitos. E esta semana, não sabia o que se passava, mas tinha sido todos os dias! -----

----- Disse que já colocaram estas questões todas ao Executivo anterior, agora à Sra. Vereadora, e não tinham uma resposta que lhes dissessem que iam ou não ser resolvidos, e precisavam que isso fosse tratado urgentemente. -----

----- Aludindo à higiene urbana, disse que ultimamente têm reparado que havia menos varredura e menos lavagem nas ruas, e o motivo era a falta de dinheiro. Aliás, agora todas as coisas que não andavam era por falta de dinheiro, mas, mesmo assim, desejava ali louvar e agradecer aos trabalhadores do Posto de Limpeza de Santa Clara porque têm sido incansáveis para manterem o bairro limpo e lavado. Por isso, um louvor a esses trabalhadores que mesmo sem condições e com muitas dificuldades vinham tentando manter o bairro limpo. -----

----- Por fim, disse que tendo em conta o tão apregoado empenho para quer Lisboa fosse cada vez mais uma cidade de bairros, parecia-lhe justo deixar ali duas perguntas relativamente ao Bairro de Alfama: para quando mais investimento, para quando mais divulgação? -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, no que tocava à questão do planeamento urbano e à questão do desenvolvimento sustentável, mantinha, no fundo, a orientação anterior, também não esperavam que mudasse radicalmente de opinião, portanto continuavam a assistir aos planos de pormenor em regime simplificado, aos loteamentos, isto paralelamente à questão da revisão do PDM, que têm acompanhado com muita atenção e também com muita preocupação, mas uma vez que esse processo estava em discussão consideravam que ainda estava tudo em aberto e que ainda seria possível, apesar do Sr. Presidente da Câmara achar que o documento estava fechado, evitar algumas coisas. -----

----- Uma delas, em relação àquilo que era o processo de revisão do PDM, seria absolutamente fundamental que o PDM não estivesse comprometido com o processo que ali já se falara relativo à terceira travessia da ponte, ou seja, que se criassem medidas preventivas para que pudessem, com tranquilidade, fazer a revisão do PDM sem estarem com os direitos adquiridos. E, sobre isso, até questionava o Executivo

sobre algum trabalho que têm estado a fazer e que lhes tem ocupado algum tempo, mas que, infelizmente, parecia que ainda os iria ocupar mais. -----

----- Interrompido pela Sra. Presidente que lhe pediu para abreviar porque já tinha excedido o tempo, rematou perguntando: “Isto é a informação que a Câmara tem sobre os pedidos de licenciamento para a zona do Parque Periférico? E isto é só a informação que o GESTURB tem, e nós agora aqui, perante esta informação, perguntamos ao Sr. Presidente: vamos fazer a revisão do PDM tendo por base estes pedidos de loteamento para as zonas do parque, ou vamos criar medidas provisórias que nos permitam, com serenidade, fazer a revisão do PDM? É que, assim, obriga-nos a ir ao Registo Predial ver quem é que tem os outros terrenos que ainda não tem aqui o pedido! -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que estava satisfeito, tal como os colegas da bancada, por duas ou três medidas em particular, a primeira das quais tinha a ver com a questão do novo quadro de funcionários, porquanto ia resolver o problema das pessoas que estavam a recibos verdes, portanto com trabalho precário, na Câmara Municipal de Lisboa. Fizeram algo por pessoas, por pais de família que estavam numa situação precária e que encontravam agora alguma estabilidade para gerir as suas famílias. -----

----- Dizia isto porque conhecia algumas pessoas que trabalhavam na Câmara, que estavam nessa situação e que manifestaram, junto de si, uma grande satisfação, algumas delas até adeptas de outros partidos que não o PSD, mas que ficaram encantadas e que estavam muito contentes com essa medida. -----

----- Depois, disse que a Câmara ia no bom caminho, e ia no bom caminho porque havia regras: havia regras no urbanismo, havia regras no espaço público. Via que no período da informação foram publicadas e dadas a conhecer algumas regras claras, por exemplo em matéria de licenciamento. Hoje, quem pedia um licenciamento à Câmara sabia quais eram as regras! Estavam no bom caminho, e isso só os devia encher de satisfação. -----

----- No que dizia respeito às Juntas de Freguesia, disse que existia da parte dos gabinetes dos Vereadores uma atenção em relação à qual alguns colegas seus, que já estavam há mais tempo nas Juntas, lhe referiram que havia agora uma maior responsabilidade no tratamento dos pedidos, que havia também um maior acolhimento dos mesmos e uma maior capacidade de resposta da parte desses mesmos gabinetes. -----

----- Por isso, era importante dizer ao Sr. Presidente da Câmara que estava bem entregue a coordenação com as Juntas de Freguesia, porque o Gabinete do Sr. Vereador António Proa estava a funcionar em pleno e a dar uma demonstração clara de como era a ligação com as Juntas de Freguesia. -----

----- Disse, ainda, que hoje chegara à conclusão porque era que não receberam ainda os aditamentos ao protocolo. É que há 15 dias receberam nas Juntas uma carta do Gabinete do Sr. Vereador a dizer para se deslocarem lá para assinarem o aditamento aos protocolos, porque só depois de todos os Presidentes de Junta o assinarem ele

seguiria para o Departamento financeiro para que fosse feita a transferência. Mas ficara agora a saber que, por exemplo, o Sr. Presidente da Junta dos Olivais só hoje assinara o protocolo, pelo que estava ainda à espera da sua verba porque havia Presidentes de Junta que ainda não assinaram o protocolo. Portanto, havia regras, não se podia pagar conforme iam assinando, e por isso o Departamento financeiro esperava que chegassem todas as assinaturas. -----

----- Portanto, o apelo que fazia era que todos os colegas Presidentes de Junta que ainda não assinaram o aditamento, o fizessem imediatamente porque ele queria receber as verbas que lhe estavam atribuídas. -----

----- A terminar, depois de repetir que a Câmara estava no bom caminho, fez um alerta aos jornalistas presentes na Sala, avisando que o que ia dizer era uma visão pessoal porque se sentia ofendido enquanto membro eleito da cidade, por ter visto ontem o Sr. Vereador Manuel Maria Carrilho falar da cidade da forma como falara, e hoje desrespeitar a Assembleia Municipal não estando presente, sendo que hoje se discutia, verdadeiramente, o que se fizera nos três últimos meses na Câmara Municipal de Lisboa. Ali se debatia o que era Lisboa e o que era que queriam para Lisboa, mas o Sr. Vereador Manuel Maria Carrilho, como os Srs. Vereadores da oposição, não apareciam, não queriam saber da cidade. Por isso, sentia-se ofendido com o comportamento do Sr. Vereador Manuel Maria Carrilho. -----

----- **O Senhor Vereador Dias Baptista**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que lhe parecera perfeitamente despropositada a parte final da intervenção do orador anterior, quando chamara a atenção dos jornalistas presentes para aquilo que acontecera ontem num debate, a propósito da participação do Vereador Manuel Maria Carrilho. Era uma coisa inusitada! -----

----- Disse que o Sr. Vereador Manuel Maria Carrilho esteve naquele debate, como estiveram outros Vereadores e também o Sr. Presidente da Câmara, como membro da Câmara Municipal de Lisboa, e era da parte do orador anterior absolutamente incorrecto atacar os Vereadores da oposição, que afinal até ali estavam agora e normalmente estavam ali sempre, apesar da participação dos Vereadores da oposição na Assembleia Municipal ser apenas de caixa de ressonância, isto é, limitavam-se apenas a ouvir. Mas ouvir tudo bem, o que não fazia sentido era que o orador anterior pensasse que por esse motivo se sentia no direito de os vilipendiar. Isso não podia, e não podia porque não lho permitiam. -----

----- Portanto, a defesa da honra servia exactamente para lhe dizer: basta, basta, basta!

----- **O Deputado Municipal Rogério Santos (PS)**, no uso da palavra, disse que numa análise aos projectos em curso na zona norte da cidade, verificavam que essa zona continuava sem um rumo definido. Não havia uma estratégia de fundo, dando a visão que essa área da cidade estava abandonada. -----

----- Aludindo a alguns projectos estruturantes da área, disse que a Av. Santos e Castro nunca mais terminava, e segundo o Sr. Vice-Presidente, devido a alguns problemas financeiros da Câmara, seria uma das obras a sofrer atrasos, assim como todo o projecto do Alto do Lumiar onde de inseria. -----

----- A direita ganhara o Município, mas a conclusão desses projectos tem sido sucessivamente adiada, o espaço público degradava-se, os equipamentos sociais previstos tardavam em ser totalmente construídos, a zona continuava um verdadeiro estaleiro, tardando a sua consolidação. Os prédios de venda livre, devido a esses problemas tinham menor procura e consequentemente a integração dos vários estratos sociais tardava em harmonizar-se, tornando-se essa zona insegura e com fraca qualidade de vida, as tensões sociais avolumavam-se, e, por isso, era necessário repor esse projecto no centro das prioridades para Lisboa. -----

----- Nesse centro de prioridades, enquadrava-se a zona contígua, a reabilitação dos prédios da Rua Pedro Queiroz Pereira, reabilitação essa prevista após o realojamento das Musgueiras mas que nunca foi concretizada. Essa população tinha direito a uma habitação condigna, tal como lhes foi prometido. -----

----- Outra obra estruturante daquela zona tinha a ver com o Parque Periférico, a grande mancha verde de Lisboa. Quais os planos para a sua requalificação? Surgiam estudos e mais estudos que nunca chegavam ao fim, e um dos principais pulmões de Lisboa degradava-se a olhos vistos! Por exemplo, a requalificação do espaço do antigo aterro sanitário do Vale do Forno, para quando? Parecia-lhes que com o PSD no poder nunca chegaria esse dia. -----

----- Mas muito mais estava por realizar e nem sequer se começara, pelo que reavivava a memória para alguns projectos que deveriam estar iniciados: a construção do jardim-de-infância da Quinta dos Frades, um dos poucos complexos escolares sem pré-escolar e com terreno reservado e projecto concluído desde que a direita chegara ao poder; o reordenamento e arranjo das zonas expectantes e construção de um parque infantil na zona do Parque dos Príncipes; a requalificação do quarteirão interior à Alameda Mahatma Gandhi; a execução do desnivelamento com a Av. Padre Cruz, nomeadamente com a Av. Rainha D. Amélia e Estrada do Lumiar, assim como a requalificação das laterais envolventes da avenida; a reabilitação das casas onde viveram Júlio Castilho e Cesário Verde, em degradação acelerada; o enquadramento do bairro de génese ilegal, da Quinta do Olival, no Lumiar, e do Bairro dos Sete Céus, na Charneca. -----

----- Mas se pouco se fazia com tanto por fazer, o que se fazia muitas vezes era mal feito. A obra da Alameda das Linhas de Torres, era uma desorganização total. Uma obra que deveria decorrer no verão decorria em pleno inverno e, mesmo assim, depois de estar em curso a parte de rapavimentação e drenagem superficial, que decorria a passo de caracol, havia dias que não se via lá ninguém, decidira-se aproveitar a oportunidade para alterações significativas de geometria, mudavam-se radicalmente os prazos e assim continuava um verdadeiro caos. Por que era que não se fazia o devido planeamento para uma obra fundamental como essa para a zona norte da cidade? -----

----- Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que exigisse que houvesse um mínimo de planeamento e articulação entre os serviços camarários, porque os munícipes não podiam andar a sofrer com tanta desorganização. -----

----- Outra obra em curso, essa que tinha a ver com o Governo, era o Eixo Norte-Sul que estava atrasado porque a Câmara não resolvia o problema dos terrenos, e isso não podia acontecer. -----

----- E se pouco se fazia e o que se fazia muitas vezes era mal executado, o que se previa então era muito pior. É que se ia destruir o que restava do património ambiental numa zona de antigas quintas, das quais não ficariam vestígios. -----

----- Por exemplo, em relação à Quinta das Camélias, ex-quartel da EPAM, a Sra. Vereadora Gabriela Seara mandara para audição pública a alteração do PDM relativamente a esse espaço, contrariando uma recomendação da Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade, em 11 de Julho passado. -----

----- Por outro lado, o Sr. Vice-Presidente da Câmara queria vender um dos melhores espaços públicos do Lumiar, a Quinta de Nossa Senhora da Paz, que pela direita tinha sido votada ao abandono. E considerava isso muito mau, até porque o Sr. Vice-Presidente foi membro da Assembleia de Freguesia do Lumiar. -----

----- Terminou dizendo que os factos referidos, associados à visível má gestão corrente, a degradação do espaço público e as ruas sujas com lixo por todo o lado, demonstravam que se acentuava, com o actual Executivo, o piorar da qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, informou a Assembleia que o PEV, nos termos regimentais, cedera ao PCP 5 minutos do seu tempo. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que ao receber a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara viu que para Alcântara era muita parra e pouca uva, porque, de facto, a Freguesia de Alcântara, apesar de ser das maiores freguesias de Lisboa, das que tinha mais população e mais área, nem sequer aparecia na informação. -----

----- Disse que, olhando para o preâmbulo, via “reabilitação do edificado” mas em Alcântara era zero. E, exibindo algumas fotografias da Rua de Alcântara com as ruínas de um prédio emparedadas, referiu que há anos que era assim, os transeuntes tinham que ir para o meio da rua, o que era um grande perigo para eles. -----

----- No tocante aos equipamentos escolares, disse que na escola n.º 76, em Santo Amaro, estava para ser construído um refeitório há vários anos, e neste momento as crianças não tinham espaço, estavam a comer numa tenda. -----

----- Referiu que Alcântara tinha uma universidade pelo menos, logo encostada à freguesia estava a Universidade Lusíada e depois o Pólo Universitário, mas residências para estudantes em Alcântara nem se pensava, como bibliotecas em Alcântara também nem pensar nisso. -----

----- Quanto à recolha selectiva porta-a-porta, disse que inventavam bairros, freguesias, passavam de 2 para 3, para 17 agora, mas Alcântara nunca aparecia. -----

----- Em matéria de cultura, disse que o que se via era o foguetório, gastava-se dinheiro em fogo de artifício, que era uma coisa fugaz, e, em contrapartida, numa coisa permanente, numa coisa que ficaria para sempre, como seria, por exemplo, investir na Academia de Santo Amaro, que tinha duas companhias de teatro amador

que ombreavam com o teatro profissional, aí não se gastava um cêntimo. Aquilo precisava de grandes obras, ou teria que ser a Junta ou então eles inventar o dinheiro. Nunca a Câmara Municipal para lá dera nada, só a Sra. Vereadora Rita Magrinho, na altura Vereadora do Desporto, por lá haver uma equipa de pesca desportiva lhes deu algum dinheiro. -----

----- Relativamente à segurança rodoviária, disse em Alcântara havia uns 20 ou 30 buracos no pavimento que eram crateras autênticas. Na Travessa do Giestal, Calçada da Boa Hora, Rua dos Lusíadas e outras mais, em Alcântara eram muitos os buracos no pavimento. -----

----- Acerca dos jardins digitais, questionou por que era que o Jardim Avelar Brotero, no Alto de Santo Amaro, não era um jardim digital. “Em Alcântara os jardins digitais são estes”, disse exibindo uma fotografia com a erva daninha a invadir os passeios e cheios de lixo. -----

----- E a prova de que tudo isso estava mal, era que já hoje aprovaram, umas por unanimidade e outras por maioria, moções e recomendações do CDS-PP, na área do trânsito por exemplo, pelo menos em duas freguesias, por isso não era só Alcântara que se queixava. -----

----- Concluiu dizendo que em Alcântara a Câmara era como se não existisse, porque se não fosse a intervenção da Junta, por vezes apoiada pela Câmara porque tinham protocolos, realmente a Câmara não se via. E era pena porque era uma parte grande da cidade, havia lá mais de 20.000 pessoas a viver, por conseguinte merecia ser melhor tratada. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, novamente no uso da palavra, disse que esta sua segunda intervenção se devia ao facto do seu colega Presidente da Junta de Freguesia de São José, Deputado Municipal João Mesquita, ter procurado ali demonstrar que uns estavam mais prejudicados que outros porque alguns só assinaram o aditamento ao protocolo hoje. -----

----- É que, quanto a isso, só tinha a concluir que neste caso existira mais uma diferença, pois o Sr. Presidente da Junta de São José acabara por dizer que já tinha recebido o ofício há 15 dias quando ele só o recebera na passada quarta-feira. Não sabia se teriam sido os correios do código postal da Freguesia dos Olivais ou se foram os correios do código postal da Freguesia de São José que tiveram algum atraso sobre isso. -----

----- Não pretendia fazer ironia sobre isso, queria pensar que tivessem sido os correios e que não tivesse havido aí nenhuma diferença de tratamento. -----

----- A um aparte do Sr. Vereador António Proa, disse que quem levantara a questão foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José, portanto não estava a culpar o Sr. Vereador. Não o culpava, como não culpava nenhum Vereador, mas ao seu colega Presidente de Junta tinha que dizer que ele próprio, sendo de uma força política diferente da que hoje governava a Cidade de Lisboa, já assinara protocolos sem a assinatura do Vereador e sem a assinatura de uma terceira parte neste caso do

protocolo do apoio à família. Portanto, assinara sozinho e não teve o retorno desse protocolo, e daí que o seu à-vontade sobre essa matéria fosse total. -----

----- Lembrou que o que tinha pedido ao Sr. Presidente da Câmara, na sua primeira intervenção, foi que agilizasse a transferência de verbas. -----

----- Mas, como vinha dizendo, quando recebeu o ofício na quarta-feira passada teve o cuidado de questionar sobre a urgência da assinatura do protocolo dizendo que se fosse necessária essa urgência nesse mesmo dia se deslocaria à Rua Alexandre Herculano para o assinar. O assessor do Sr. Vereador António Prôa, Dr. Augusto Baganha, disse-lhe que se fosse necessária essa urgência lhe telefonaria, porque, se não, poderia ficar a assinatura desse protocolo para o dia da reunião da Assembleia Municipal, ou seja, para hoje. Aliás, reparara que não foi o único, talvez mais de duas dezenas de Presidentes de Junta assinaram o protocolo hoje também. -----

----- Mas ainda pretendia dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José que conhecia as regras da Câmara, já andava ali há mais de 20 anos, conhecia bem o que eram os requerimentos, os compromissos, como funcionava a contabilidade da Câmara, conhecia esses passos todos. -----

----- Lembrou que não foi ali criticar ninguém, simplesmente porque o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, falara do relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia, referira-lhe que as Juntas de Freguesia tinham esse tipo de problemas, não com despeito de assinarem protocolos nem com despeito da Câmara Municipal não ser uma pessoa de boa-fé, mas os atrasos também lhes causavam a eles, enquanto Presidentes de Junta, alguns constrangimentos. -----

----- Por fim, perguntou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José se achava que para a acção Praia-Campo, que teve início em Junho, o aditamento ao protocolo assinado hoje ou há 15 dias atrás, teria alguma relevância. -----

----- **O Senhor Vereador António Proa**, no uso da palavra, disse que julgava poder dizer que os Presidentes de Junta têm sido tratados com todo o respeito, respeito que, aliás, era inteiramente merecido. Mais: achava que deram provas, neste primeiro ano de mandato, de evoluções muito positivas no relacionamento com as Juntas de Freguesia, a começar precisamente pelos atrasos nas transferências das verbas. -----

----- Com certeza que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais fazer-lhe-ia a justiça de admitir que os problemas com as transferências, que se recordava bem de ouvir que os prazos eram muito dilatados, esses problemas acabaram pois as transferências tinham-se efectuado com regularidade e nos prazos adequados. Essa era uma evolução muito significativa que tinha que ser registada e não podia ser ali escamoteada. -----

----- Em relação à assinatura dos aditamentos agora referidos, disse que, de facto, no passado dia 5 de Dezembro, não por carta através dos correios mas por fax, foi enviado, pelo seu gabinete, para todos os Presidentes de Junta solicitação para se dirigirem ao seu gabinete para assinarem rapidamente os protocolos. Portanto só não foi ao seu gabinete assinar os protocolos quem não quis, e para quem não quis aguardara-se por este dia, tendo em conta a realização da reunião da Assembleia Municipal, para então se finalizar o processo de assinatura. Foi isso que aconteceu,

não havia aí atraso nenhum. No passado houve atrasos, mas, felizmente, este ano, até ver porque a prudência o obrigava a falar assim, as coisas tinham corrido bastante bem, pelo menos melhor do que no passado. -----

----- Relativamente à acção Praia-Campo, disse que não podia ficar ali a ideia que essa acção se realizara em Julho e só agora estavam a transferir as verbas para essa actividade, porque isso não era verdade. Houve uma primeira transferência para essa acção e este aditamento era um reforço dessa transferência para esse efeito, aliás em diálogo entre o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto e os Srs. Presidentes de Junta. -----

----- Finalizou dizendo que os Srs. Presidentes de Junta sabiam que da sua parte teriam todo o empenho para acompanhar e para melhorar ainda mais o relacionamento com as Juntas de Freguesia, mas, apesar de tudo, achava que as coisas têm corrido bastante bem. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que nas suas duas intervenções sobre esta matéria não pusera em causa o relacionamento do Sr. Vereador com os Presidentes de Junta. Quando as coisas corriam pela positiva não merecia a pena referi-las, era um facto que as transferências para as Juntas de Freguesia, relativamente aos protocolos que foram assinados, tinham sido escrupulosamente cumpridas pela Câmara Municipal de Lisboa, portanto, quando isso corria bem não merecia a pena estar a referir. -----

----- Mas quando o Sr. Vereador agora falava da urgência da assinatura dos protocolos, recordava-lhe que ele próprio ligara para o seu assessor, Dr. Augusto Baganha, e perguntara-lhe: “Sr. Dr. é mesmo urgente passar pelo gabinete? Eu tenho alguma dificuldade de tempo, mas se me disser que é urgente eu tenho que arranjar tempo para os assinar.” E a resposta foi: “Pode esperar até terça-feira, dia da Assembleia Municipal”. -----

----- Portanto, esperara até hoje, assinara o aditamento como, aliás, cerca de duas dezenas de Presidentes de Junta o fizeram também. -----

----- No tocante ao reforço para a acção Praia-Campo, disse que havia um pequeno equívoco, porque esse reforço era para o pagamento dos autocarros visto que as Juntas tiveram que fazer esse concurso porque a Câmara, na devida altura, não o fizera. Aquilo que lhes foi dito nessa altura foi que o dinheiro chegaria antes de se fazer esse concurso e o aditamento foi assinado hoje. Foi apenas isso que referira, não havia nenhum quiproquó com quem quer que fosse, porque reconhecia que em termos de protocolos as verbas têm sido transferidas atempadamente, apenas algumas não e foi essas que referiu. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que agradecia todas as intervenções que foram feitas no sentido de tentar que se esclarecessem algumas matérias, assim como a contribuição que os estimulava para fazer mais e melhor. -----

----- Referindo-se ao loteamento de Marvila, disse que achava que já foi dito o suficiente, mas não queria que houvesse ali como que uma vontade de criar um ambiente de conflito entre a Câmara e o Governo, porquanto essa era uma guerra que

seguramente não queriam e que não desejavam. Portanto, não iriam alimentar polémica em torno de uma coisa que os serviços da Câmara cumpriram com atitudes exemplares no processo que chegara até agora. -----

----- E o que era conhecido é que havia disponibilidade da parte da Câmara para reapreciar todo o processo face a novos elementos que entretanto surgiram, que não tinham sido atempadamente entregues por entidades externas à Câmara e, em face disso, agiriam em conformidade iniciando um procedimento que levaria ao indeferimento do processo inicial. Era isso que fariam com toda a legitimidade, com toda a objectividade e com toda a transparência, sem que isso significasse qualquer recuo, até porque o processo tinha sido conduzido pela Câmara com o maior rigor e a maior isenção. -----

----- Mas não queria alimentar polémicas, o seu querido amigo, Vereador Dias Baptista, disse há pouco a palavra “basta” três vezes, ele não diria três porque bastava dizer um “basta” em relação a esta matéria. -----

----- Relativamente aos corredores BUS, questão colocada pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que esse era sempre um tema recorrente na cidade, mas quando se comparava com outras cidades, por exemplo dizendo que eram 17% ou 24% de ruas com corredores BUS ou quantos quilómetros tinham com esses corredores, costumava dizer que as outras cidades tinham maior número de ruas com maior número de faixas de rodagem e, portanto, não era comparável. O que podia dizer era que estavam num trabalho permanente com a Carris a ver a possibilidade de aumentar, embora a função/objectivo não fosse propriamente ter mais corredores BUS mas sim maior facilidade de circulação. -----

----- E, para isso, pessoalmente estava em crer que com a entrada em vigor, no princípio do próximo ano, das novas competências fiscais da EMEL isso sim iria dar um grande contributo para essa melhoria da circulação rodoviária na Cidade de Lisboa. Obviamente estavam sempre atentos a essa possibilidade, e fizeram, no ano passado, pela primeira vez um projecto inovador, que até ganhara um prémio internacional porque teve o Instituto Superior Técnico ligado a esse projecto com a Carris, para a utilização de certos corredores BUS em intermitência. Portanto, era mais um mecanismo que foi introduzido por forma a tirar partido da tecnologia existente e otimizar corredores BUS já existentes, que em certas condições podiam ser utilizados por outro tipo de veículos. -----

----- Quanto à alusão a que com a aprovação do novo Orçamento não teria álibi, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho podia estar descansado porque não iria procurar nenhum álibi em relação a esta como a muitas outras matérias. Não jogavam ali pela negativa, jogavam pela positiva, portanto não procuraria nunca desculpas, deste género ou daquele, assumiriam sempre, frontalmente, as suas responsabilidades, os seus compromissos de cara levantada e sempre com o sentido de grande responsabilidade perante quem os elegera confiando-lhes os destinos da cidade. -----

----- Relativamente às questões levantadas pela Sra. Presidente da Junta de Santo Estêvão sobre as obras em Alfama, disse que algumas estariam aparentemente paradas ou mesmo paradas, mas os processos não estavam, e isso muitas das vezes devia-se a

questões dos projectos que conflituavam com condições construtivas ou regras urbanísticas. Portanto, o que muitas vezes acontecia era um diálogo dos serviços da Câmara com as empresas construtoras por forma a, ainda dentro das empreitadas em curso, corrigir processos de construção para melhor condição de reabilitação do edificado. -----

----- Quanto à questão do Concelho Participativo, disse que, de facto, era sua intenção trazê-lo em breve à Assembleia Municipal, talvez retocado e melhorado na forma como foi anteriormente trazido. Não tinha pretensões de sentimento patrimonial relativamente às ideias que ali eram apresentadas, fosse por sua iniciativa ou por iniciativa de um Vereador, fosse da maioria ou da oposição. Eram propostas para a Câmara, o importante era que se reflectisse se era ou não importante para a cidade haver um Conselho Participativo. Não se arrogava no direito de dizer que era a sua ideia, que era o seu sentir, porque não era. Era o de todos! -----

----- Agora, convinha dizer que nestas questões deveria chegar-se à frente quem estava efectivamente empenhado e interessado na matéria. Sem protagonismos, sem voluntarismos se calhar um pouco demasiado empolado, porque efectivamente era importante repensar a forma de também trazer para o planeamento, para a gestão, para a actividade autárquica, outras entidades da chamada sociedade civil: ONGs, associações de residentes, associações culturais, desportivas, etc., se sim ou não poderia ser importante englobá-las também numa actividade que a todos interessava e desde logo abrir um pouco também as portas da Câmara e da Assembleia à sociedade civil. -----

----- Disse que se lembrava que quando o Conselho Participativo foi ali discutido, muitas críticas foram no sentido de que os representantes da sociedade civil já estavam na Assembleia Municipal, escusavam de ter mais. Alguém disse isso, é uma pessoa de boa memória mas já não se lembrava quem, mas era um facto que alguém referira na altura que já não seria necessário mais um órgão dessa natureza, ao contrário do que se passava em muitas outras cidades onde, de facto, o planeamento participativo e o orçamento participativo eram uma realidade. -----

----- E desejava elogiar ali o que de facto tem acontecido na Freguesia de Carnide, onde não esteve presente mas esteve o Executivo municipal, no sentido de justamente se caminhar nesse processo, que, aliás, já merecera na Assembleia Municipal uma Sessão especial sobre a questão do Orçamento Participativo e havia outras experiências que iam no sentido de caminharem com confiança para cada vez mais mobilizar, desde um estágio preliminar de preparação até à execução, todo o envolvimento da sociedade naquilo que tinha a ver com as contribuições que deviam ser dadas para a forma de gerir a cidade. -----

----- Nesse aspecto, fazendo a ponte com um outro assunto que foi ali referido, concretamente a CRIL, disse que a CRIL foi um processo que, do seu ponto de vista, suscitara uma participação alargada com várias entidades, desde logo com as instituições de moradores. Não estava agora a tutelar a entidade que promovia a obra, mas foram incorporadas várias sugestões no projecto que ia ser levado a concurso, obviamente no conjunto de muitas outras preocupações, de limitações e de

condicionamentos que foram tidos, portanto a solução que ia a concurso era a melhor possível. Não queria dizer que a solução melhor possível fosse a melhor solução para cada um dos parceiros intervenientes, ou seja, para o próprio Instituto das Estradas de Portugal, para o Instituto do Ambiente, para a Associação de Moradores A, B ou C, para o IPPAR ou para este ou aquele, mas da participação das várias entidades chegara-se àquela que era a melhor solução possível e era com essa que o Governo dizia que ia avançar para efeito de construção. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Heitor de Sousa que referira que tinha ficado surpreendido com a sua participação no programa televisivo, disse que ainda bem que tinha ficado surpreendido porque ele, em relação ao aludido Deputado Municipal, não ficara nada surpreendido com a sua intervenção. Portanto, havia pessoas que surpreendiam e pessoas que já não surpreendiam, e neste caso não o surpreendiam especialmente quando em relação ao projecto da Baixa se vinha dizer que foi aprovado, não foi aprovado, já podia ter sido aprovado. Porque quanto a isso devia lembrar, e o Deputado Municipal Heitor de Sousa devia saber bem, que na apresentação, em Fevereiro, com a intenção na altura de se constituir um Comissariado para o projecto de revitalização da Baixa-Chiado que faria o trabalho em seis meses e que seria apresentado em Setembro de 2006, foi então dito pelo Sr. Vereador do BE que nessa altura apresentaria um projecto alternativo. Não sabia se se estava a referir a esse ou àquele que já foi apresentado e aprovado em reunião de Câmara, porque, se foi ao do BE, se calhar ele poderia vir à Assembleia com mais celeridade porque teriam o maior gosto em fazer o contraditório de ideias, de projectos e propostas para aquilo que todos desejavam que fosse, efectivamente, uma revitalização da Baixa de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que ele próprio não estava também ainda muito satisfeito com o formato que vinha sendo apresentado na informação escrita, mas era sua intenção procurar melhorar incorporando sugestões que chegaram justamente para informar melhor e evitar também que se dissesse que esta freguesia ou aquela não estava a ser alvo da atenção da Câmara, o que, obviamente, não correspondia à verdade. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de encerrar a reunião, informou que o almoço de Natal se realizaria no próximo dia 21, com os Deputados Municipais e funcionários, e solicitou àqueles que não pudessem estar presentes o favor de comunicar essa impossibilidade. -----

----- Seguidamente, depois de informar que a Sessão prosseguiria em segunda reunião no próximo dia 19 de Dezembro, pelas 15 horas, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____ . -----

----- A PRESIDENTE -----